

- c) o cometimento reiterado de faltas ou falhas na execução dos serviços;
- d) a decretação de falência ou insolvência civil da CONTRATADA;
- e) a dissolução da sociedade;
- f) a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo da CAIXA, prejudique a execução do contrato;
- g) a lentidão no seu cumprimento, levando a CAIXA a presumir a não execução do serviço;
- h) demais motivos especificados no Art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Segundo – Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente aos serviços contratados, os quais serão entregues à CAIXA, que os executará por si ou por terceiros.

Parágrafo Terceiro – Caso a CAIXA não se utilize da prerrogativa de rescindir este contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA reconhece os direitos da CAIXA, no caso de rescisão administrativa, prevista no Art. 77, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Quinto - Caso haja interesse da CAIXA em não mais manter o contrato, deverá denunciá-lo com antecedência mínima de 30(trinta) dias, através de comunicação expressa, sem que resulte à outra parte direito a reclamação ou a indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no centro de custo, item orçamentário n.º 5301-03 – Serviços de Limpeza”.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- I) A CAIXA, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o horário de início de execução dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATADA, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
- II) Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CAIXA notificará a contratada para promover as mudanças necessárias.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial deste contrato com a anuência prévia e por escrito da CAIXA;

Parágrafo Segundo – Em caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual;



Parágrafo Terceiro – É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Rio de Janeiro, 01 de Fevereiro de 2.006.
Local e data



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ROGÉRIO TRECE RIBEIRO
Gerente de Serviço
RG : M-1.735.025 SSP/MG
CPF : 247.490.366-68



CONTRATADA
PLANSUL PLANEJ.E CONSULTORIA LTDA
LAÉRCIO ANDRADE DE FREITAS
RG : MG-4.055.664 SSP/MG
CPF : 788.770.837-00

TESTEMUNHAS



Nome: Sheila Malaia Leitão
CPF : 021.745.857-23



Nome: Cláudia Regina de Paula Mattos
CPF : 056.674.288-81



Gerência de Fiscalização Profissional e Registro
Avenida Olegário Maciel 1233 - Bairro Lourdes - Belo Horizonte-MG - CEP 30180-111
Telefone: (31) 3218-4500 - www.cramg.org.br

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - PJ Nº 11/2021/CRA-MG

VÁLIDA ATÉ: 24/09/2021

Certificamos, cumprindo despacho do senhor presidente, exarado em requerimento da parte interessada, que foram efetuados neste conselho, em nome da empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI.**, registro nº CRA-MG 03-002886/S, tendo como responsável técnico RODRIGO BEDA GUALDA, CRA-MG 01-021215/S, os seguintes registros de comprovação de aptidão, fornecidos pelas contratantes abaixo relacionadas, afirmando que os serviços foram executados a contento.

- **Caixa Econômica Federal** – RCA Nº 7.708 de 09/04/2009;
- **Caixa Econômica Federal** – RCA Nº 9.418 de 03/10/2012;
- **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** – RCA Nº 11.165 de 02/03/2016;
- **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** – RCA Nº 11.160 de 01/03/2016;
- **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** – RCA Nº 11.113 de 28/01/2016;
- **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** – RCA Nº 11.145 de 22/02/2016;
- **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** – RCA Nº 11.144 de 22/02/2016;
- **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** – RCA Nº 12.338 de 11.06.2018;
- **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** – RCA Nº 12.342 de 12.06.2018

O referido é verdade e, nesta data, eu, Elisete Godinho, digitei e conferi.

Belo Horizonte, 24 de Março de 2021.

Adm. Flávia Borges de Andrade
Gerente de Fiscalização Profissional e Registro
CRA-MG 01-035103/D



Documento assinado eletronicamente por **Elisete Maria Godinho Araújo, Suporte**, em 24/03/2021, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Borges de Andrade, Gerente de Fiscalização Profissional e Registro**, em 24/03/2021, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0805696** e o código CRC **3B438FCE**.





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais celebrou os Contratos abaixo referidos com a empresa Plansul Planejamento e Consultoria Eireli.:

Contrato 451/2013, cujo objeto é a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeiragem, recepção e de apoio operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do TRIBUNAL, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais, Lote 4. Prazo de Vigência: 16.10.2018 a 31.10.2018 (33º Termo Aditivo).

Contrato 452/2013, cujo objeto é a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeiragem, recepção e de apoio operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do TRIBUNAL, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais, Lote 5. Prazo de Vigência: 22.10.2018 a 31.10.2018 (35º Termo Aditivo).

Contrato 392/2014, cujo objeto é a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Prazo de Vigência: 23.10.2018 a 20.11.2019 (14º Termo Aditivo).

Contrato 407/2014, cujo objeto é a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Prazo de Vigência: 29.10.2018 a 20.11.2019 (47º Termo Aditivo).

Contrato 285/2017, cujo objeto é a prestação, de forma contínua, de serviços especializados de apoio administrativo para os projetos Orquestra Jovem e Coral Infante-juvenil do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Prazo de Vigência: 12.04.2018 a 25.01.2019(1º Termo Aditivo)

Contrato 136/2018, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeiragem, recepção, apoio administrativo e suporte operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do TRIBUNAL, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais. Prazo de Vigência: 19.11.2018 a 23.07.2019(2º Termo Aditivo).

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2018.


Ana Carolina Fantini Scarpelli
Coordenadora de Área - CONTRAT
TJ 5074-0

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte na Av. Afonso Pena nº. 1420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, declara, a pedido da interessada, que mantém com a empresa Plansul - Planejamento e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 78.533.312/0001-58, sediada a Rua Joaquim Costa, nº 270, Agronômica, Florianópolis, SC, o contrato abaixo discriminado:

Contrato: 452/2013

Vigência do Contrato: de 01/11/2013 a 01/11/2016

Objeto do contrato: O objeto do Contrato é a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeirarem, recepção e de apoio operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do TRIBUNAL, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais, LOTE 5, nos termos dos do edital de licitação e seus anexos e da proposta da CONTRATADA apresentada à Licitação nº. 117/2013 – Pregão Eletrônico.

Quantitativo atual de empregados disponibilizados - 404

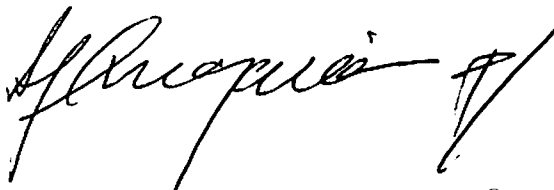
- Auxiliar de serviços gerais	- 200 hs	- 131
- Encarregado	- 200 hs	- 3
- Jardineiro	- 100 hs	- 3
- Jardineiro	- 40 hs	- 3
- Assistente administrativo	- 200 hs	- 66
- Copeira	- 200 hs	- 2
- Recepcionista	- 200 hs	- 67
- Secretaria	- 200 hs	- 5
- Telefonista	- 150 hs	- 16
- Vigia / porteiro	- 220 hs	- 85
- Assistente de apoio a direção do Foro -	200 hs	- 23

Valor do contrato: R\$ 14.351.275,15

Declaramos ainda que o serviço é prestado a contento.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2016.

Luíza Augusta de Souza
TJMG
CNPJ.: 21.154.554/0001-13
Telefone: 3249-8044



Luíza Augusta de Souza
Adv. Acompanhamento e Gestão
CNPJ nº 21.154.554/0001-13

Plansul - Planejamento e Consult. Ltda.
Rua da Gualda
CNPJ nº 78.533.312/0001-58

CONSELHO REGIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.863.664/0001-14

Certificamos que este Atestado/Declaração
refere-se ao Registro de Comprovação de
Aptidão para desempenho de atividades de

Administração - RCA nº 11145, efetuado

em nome de Planoul Planejamento

e Consultoria Ltda.

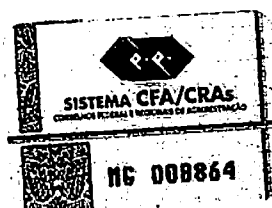
Reg nº 2886, Selo nº 8864

BH, 22/02/16

FUNC CRA-MG

VISTO:

Adm. Flávia Borges de Andrade
CRA-MG 01-0351031D
Gerente
Relações Institucionais





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

523

TJ

mg 2

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de habilitação junto a órgãos públicos, autarquias ou entidades privadas, a pedido da interessada, que a empresa **PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **78.533.312/0001-58**, sediada na Rua Joaquim Costa, nº 270, bairro Agrônômica, Florianópolis, SC, presta, de forma contínua, ao **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TJMG**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 21.154.554/0001-13, os serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeirarem, recepção e de apoio operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do TRIBUNAL, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais, **LOTE 5**, por meio do contrato 452/2013, utilizando o efetivo de profissionais discriminados a seguir:

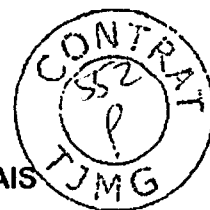
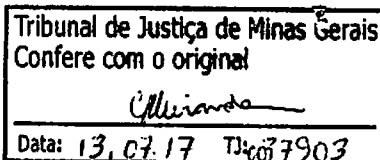
CARGO	JORNADA MENSAL	QTDE
Auxiliar de serviços gerais	200 horas	132
Encarregado	200 horas	3
Jardineiro	20 horas	2
Jardineiro	40 horas	3
Assistente administrativo	200 horas	72
Copeira	200 horas	02
Recepcionista	200 horas	72
Secretaria	200 horas	5
Telefonista	150 horas	16
Vigia 12X36/Adm.	220 horas	108
Assistente de apoio à direção do Foro	200 horas	23
TOTAL DE PROFISSIONAIS		438

Declaramos ainda que a **PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI** presta os serviços de forma satisfatória, não existindo, em nossos registros até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2018

Henrique Esteves Campolina Silva
Gerente de Compra de Bens e Serviços do TJMG
Tel. 31 3249.8011 – E-mail: gecomp@tjmg.jus.br

TJ 4093-0
Henrique Esteves Campolina Silva
Gerente de Compra de Bens e Serviços



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GECONT/CONTRAT
Ct. nº. 452/2013

Publicado no Diário Oficial Eletrônico
Em 04/11/2013

CONTRATO

de prestação de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte na Av. Afonso Pena nº. 1420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, a seguir denominado **TRIBUNAL**, e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**, com sede em Florianópolis/SC, na Rua Joaquim Costa nº. 270, Bairro Agrônômica, CNPJ nº. 78.533.312/0001-58, representada por seu Sócio, Sr. ROGÉRIO CRESPO GUALDA, CPF nº. 135.633.517-91, a seguir denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato decorrente do Processo nº. 967/2013 – Licitação nº. 117/2013 – Pregão Presencial, regido pelas Leis Estaduais de nº. 13.994, de 18.09.2001, de nº. 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 de 18.04.2008 e de nº 45.902, de 28 de janeiro de 2012, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.1993, além das demais disposições legais aplicáveis e às Cláusulas deste.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente Contrato é a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copiragem, recepção e de apoio operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do **TRIBUNAL**, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais. **LOTE 5**, nos termos dos Anexos abaixo relacionados, bem como do edital de licitação e seus anexos e da proposta da **CONTRATADA** apresentada à Licitação nº. 117/2013 – Pregão Eletrônico, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

- ANEXO I - TOTAL DE OCUPAÇÕES POR LOTE;
- ANEXO II - RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO;
- ANEXO III - MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA CUSTOS DA CONTRATAÇÃO;
- ANEXO IV - PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO;
- ANEXO V - PLANILHA ESTIMATIVA DE UNIFORMES EPI'S E EPC'S;
- ANEXO VI - PLANILHA ESTIMATIVA DE INSUMOS;
- ANEXO VII - RELAÇÃO DE CAIXAS E RESERVATÓRIOS DE ÁGUA E SUAS ESPECIFICAÇÕES;
- ANEXO VIII - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA E RESERVATÓRIOS;
- ANEXO IX - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS;
- ANEXO X - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS;
- ANEXO XI - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS E MATERIAIS DE CONSUMO, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS;
- ANEXO XII - MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tribunal de Justiça de Minas Gerais	
Confere com o original	
<i>Cf. original</i>	
Data: 13/07/17	TJ: 1057/2003

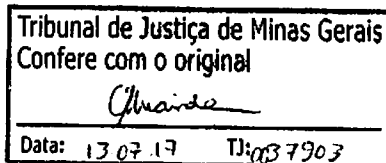
CLÁUSULA SEGUNDA: Caberá à CONTRATADA executar os serviços por meio de profissionais capacitados do seu quadro próprio de pessoal, que preencham, no mínimo, os requisitos constantes no Termo de Referência do Edital da Licitação n.º 117/13.

- 2.1. O quantitativo dos serviços está disposto no ANEXO I – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR LOTE, nos endereços indicados no ANEXO II - RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.
- 2.2. A prestação dos serviços compreende além dos postos de serviços, o fornecimento de uniformes, materiais de consumo e o emprego de equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução do objeto deste Contrato, conforme relação constante dos Anexos deste Termo.
- 2.3. Incluem-se nesta contratação os serviços de vigias, a serem alocados em locais de menor exposição de riscos de ocorrências, por profissionais que possuam ou não curso de formação específico, sem utilização de armamento, visando à guarda do patrimônio público.
- 2.4. Compreende ainda nos serviços a serem contratados a realização de limpeza e desinfecção dos reservatórios e das caixas d'água, devendo a contratada fornecer profissionais, equipamentos e materiais necessários, tudo em conformidade com as normas vigentes.
- 2.5. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o TRIBUNAL e os agentes, PREPOSTOS e SUPERVISORES, profissionais, ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução dos serviços.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a prestação dos serviços deverão ser observadas as seguintes disposições:

- 3.1. Qualquer modificação dos salários praticados nesta contratação somente será permitida quando ocorrer alteração do piso da categoria profissional, em decorrência de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, desde que devidamente registrados e homologados pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, bem como por autorização do Tribunal, vedada a inclusão de antecipações e de benefícios que deveriam ter sido previstos originariamente.
 - 3.1.1. Constitui obrigação da CONTRATADA adequar as jornadas de trabalho estipuladas neste contrato, quando detectado que as mesmas são superiores à estabelecida para a categoria profissional nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.
- 3.2. **JORNADA DE TRABALHO:** A jornada de trabalho para cada ocupação está prevista no Termo de Referência do Edital da Licitação n.º 117/13.
 - 3.2.1. A forma de cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais alocados será determinada pela CONTRATADA, mediante orientação do TRIBUNAL, conforme peculiaridades do local da prestação de serviços nos termos descritos no Termo de Referência do Edital da Licitação n.º 117/13.
 - 3.2.2. A CONTRATADA deverá submeter-se às condições contratuais, quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos pelo TRIBUNAL, em conformidade com as leis trabalhistas e ao controle da presença e permanência dos profissionais em serviço e, ainda:
 - 3.2.3. Assegurar que os profissionais não executem os serviços em dias e/ou horários distintos dos previamente estabelecidos, bem como que cumpram integralmente a jornada e os horários fixados para a prestação de serviços ao TRIBUNAL, em conformidade com as leis trabalhistas, vedada à alteração do horário de trabalho sem autorização dos FISCAIS do contrato.
 - 3.2.4. Exercer, por meio de seu PREPOSTO/SUPERVISOR, controle diário da frequência e pontualidade dos profissionais alocados, visando ao fiel desempenho das atividades contratadas, independente do acompanhamento do TRIBUNAL.
 - 3.2.5. Assegurar que a jornada de trabalho seja cumprida integralmente no local onde o profissional alocado presta serviços, permitida a ausência somente em situações previstas em lei, mediante a imediata substituição para assegurar a continuidade da prestação dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.6. Assegurar, na jornada normal de trabalho, o cumprimento de horas extras programadas, bem como aquelas executadas em atendimento a outras situações inadiáveis, excepcionais ou atípicas, devidamente justificadas, desde que previamente autorizadas, por escrito, pela COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GERAIS - COSERG.

3.2.6.1. Observar, na hipótese de aprovação da realização de horas extras, os limites, diário e mensal, máximos estabelecidos nas normas trabalhistas aplicáveis e em acordos ou convenções coletivas de trabalho das categorias profissionais do objeto deste contrato.

3.2.7. Proibir a prorrogação da jornada normal de trabalho do profissional alocado, que não esteja previamente autorizada, por escrito, pela COSERG.

3.2.7.1. Na hipótese da ocorrência de prestação de serviços extraordinários sem autorização, as horas extras serão objeto de compensação.

DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA: A relação dos prédios e respectivos endereços para a prestação de serviços é a constante do ANEXO II deste contrato.

4.1. A distribuição do efetivo de pessoal nos locais da prestação de serviços poderá ser alterada de acordo com as necessidades administrativas do TRIBUNAL e será determinada pela GESEG, ficando qualquer outra alteração sujeita à sua prévia análise e aprovação.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUINTA: Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93, fica designado como GESTOR do contrato pelo TRIBUNAL, o servidor efetivo ocupante do cargo de Gerente, da Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais - GESEG, consubstanciado no Termo de Designação de Fiscal de Contrato, conforme determina o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.1. Em atenção à mesma disposição legal, o TRIBUNAL designa para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, na qualidade de FISCAIS, ficam designados pelo TRIBUNAL os servidores efetivos ocupantes dos cargos de Coordenadores da COSERG, da COSEC e do SECONP.

5.2. Durante o período de vigência contratual, a CONTRATADA deverá manter, diariamente, entre 08 e 19 horas, pelo menos um PREPOSTO/SUPERVISOR, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, bem como para gerenciar os profissionais envolvidos na prestação de serviços, conforme previsto no art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2.1. A indicação do PREPOSTO/SUPERVISOR pela CONTRATADA ocorrerá por meio de declaração escrita, contendo o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à qualificação profissional do empregado indicado.

5.2.2. Na qualidade de representante administrativo da CONTRATADA, o PREPOSTO/SUPERVISOR terá competência para receber comunicações, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e tomar decisões sobre a execução do contrato, devendo reportar-se unicamente ao GESTOR e/ou FISCAIS do contrato.

5.3. O PREPOSTO/SUPERVISOR, indicado pela CONTRATADA deverá comandar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, devendo para tanto:

- a) Garantir o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que não devem ser interrompidos ressalvados os casos de força maior, justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo TRIBUNAL;
- b) Administrar todo e qualquer assunto que envolva a prestação dos serviços nas dependências do TRIBUNAL;
- c) Estar sempre em contato com os órgãos de fiscalização do TRIBUNAL, adotando as providências requeridas quanto à execução dos serviços;
- d) Cuidar da disciplina dos profissionais alocados, diligenciando para que os mesmos executem unicamente as tarefas pertinentes ao objeto contratado, conforme exigências



Officiado

Data: 13.07.13 TJ:0037903

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

previstas no **ANEXO IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, observando-se as peculiaridades dos serviços, com vistas a assegurar a perfeita execução dos serviços e evitar o desvio de função;

- e) Diligenciar para que os profissionais alocados não se afastem de seus afazeres, principalmente para atender a chamados, ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- f) Garantir que seus profissionais ajam com cordialidade e respeito quando do atendimento ao público interno e externo;
- g) Comunicar ao TRIBUNAL, por escrito, qualquer irregularidade ou anormalidade observada no local da prestação dos serviços;
- h) Avisar ao TRIBUNAL, imediatamente, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade do TRIBUNAL, ou que estejam sob a responsabilidade da CONTRATADA, ou de terceiros;
- i) Apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do TRIBUNAL, inclusive nas situações descritas anteriormente;
- j) Prestar esclarecimentos, independentemente de solicitação, sobre outros eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA;
- k) Encaminhar à COSERG e/ou à COSEC/SECONP todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços.

5.4. Para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, todos os edifícios constantes no **ANEXO II – RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** deverão ser visitados pelos SUPERVISORES indicados pela CONTRATADA, pelo menos uma vez a cada mês e sempre que solicitado por este TRIBUNAL.

5.5. O TRIBUNAL poderá reportar-se diretamente aos SUPERVISORES, dando ciência ao PREPOSTO, para resolução de qualquer problema operacional relacionado ao contrato.

5.6. Cabe à CONTRATADA encaminhar à COSEC/SECONP, mensalmente, até o dia 20 de cada mês, em formato digital, em arquivos separados por comarcas, cópia do relatório de acompanhamento da execução do contrato, devidamente preenchido e, se for o caso, sugerindo melhorias e destacando as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual, conforme modelo sugerido pelo TRIBUNAL, no **ANEXO X - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS**.

5.7. Os relatórios entregues deverão corresponder à avaliação dos serviços prestados no mês anterior.

5.8. A periodicidade mencionada no item 16.24 poderá ser alterada pelos FISCAIS do contrato, podendo ficar condicionada à solicitação do TRIBUNAL, e a CONTRATADA terá então, até 30 (trinta) dias para entrega dos relatórios referentes à prestação dos serviços do mês em que ocorreu a solicitação, contados a partir da data da notificação pela COSEC/SECONP.

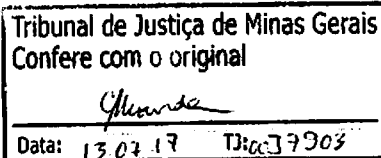
5.9. A CONTRATADA deverá encaminhar à COSEC/SECONP, em formato digital, cópia do relatório mensal das substituições, inclusive de férias, dos profissionais alocados na contratação, atestando as condições das substituições dos profissionais, conforme modelo sugerido pelo TRIBUNAL no **ANEXO XI - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS**.

5.10. Os relatórios descritos nos subitens 16.24 e 16.26 deverão ser preenchidos, de maneira clara e concisa, pelo Juiz Diretor do Foro, ou também por representante indicado por esse, bem como pelo PREPOSTO ou SUPERVISOR da CONTRATADA e atestado por ambos.

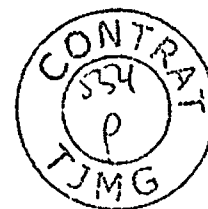
5.11. O relatório de substituição, inclusive de férias, devidamente preenchido, deve ser encaminhado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a ocorrência da substituição.

5.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao TRIBUNAL números telefônicos para localização imediata de seu PREPOSTO e SUPERVISORES, bem como fornecer números telefônicos, e-mails,

Handwritten signature



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Pager, ou outros meios legalmente eficazes, para contato com os mesmos, ainda que fora do expediente normal de trabalho, sem quaisquer custos adicionais para o TRIBUNAL.

5.13. O TRIBUNAL comunicará, por escrito, as deficiências e as irregularidades de qualquer natureza porventura verificadas na execução dos serviços e no descumprimento de cláusulas contratuais, que sejam de responsabilidade da CONTRATADA, estabelecendo prazo para as correções, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.14. Os FISCALIS indicados pelo TRIBUNAL deverão reportar-se, preferencialmente, ao PREPOSTO indicado pela CONTRATADA, a seus procuradores ou aos SUPERVISORES, quando se tratar de ciência das ocorrências e de assuntos relacionados à administração e operacionalização da execução deste contrato.

5.15. A administração e a fiscalização do TRIBUNAL não farão cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

5.16. A ocorrência de danos ou irregularidades na execução deste contrato não implicará corresponsabilidade do TRIBUNAL.

5.17. Não obstante a CONTRATADA seja o único e exclusivo responsável pela execução de todos os serviços, o TRIBUNAL se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente, ou pelo GESTOR ou pelos FISCALIS designados.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA SEXTA: Constituem obrigações das partes:

6.1. DO TRIBUNAL:

6.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Contrato.

6.1.2. Fiscalizar, por meio de seus servidores designados, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo TRIBUNAL, não devem ser interrompidos.

6.1.3. Expedir ao PREPOSTO/SUPERVISOR da CONTRATADA, por meio da COSERG e da COSEC/SECONP, autorização escrita para início da execução dos serviços.

6.1.4. Transmitir ao PREPOSTO/SUPERVISOR da CONTRATADA, por meio da COSERG e/ou COSEC/SECONP, conforme o caso, as instruções necessárias à realização dos serviços.

6.1.5. Elaborar cronograma de execução de serviços, por meio da COSEC/SECONP, estabelecendo a programação da execução das atividades, bem como as respectivas alterações, observada a necessidade e conveniência administrativa.

6.1.6. Disponibilizar o local para a execução dos serviços.

6.1.7. Notificar a CONTRATADA, para que esta coloque dentro da rotina de serviço de seus profissionais, lotados nas dependências deste TRIBUNAL, a verificação e o desligamento das luzes das salas desocupadas após as 18h30min.

6.1.8. Permitir e assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso e a movimentação dos profissionais da CONTRATADA às instalações onde os serviços serão prestados, desde que devidamente uniformizados, quando for o caso, e identificados por meio de crachá.

6.1.9. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços.

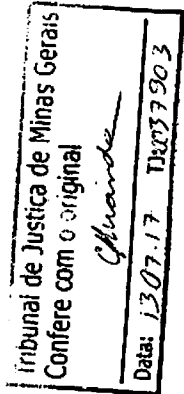
6.1.10. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários à plena execução do objeto deste Contrato.

6.1.11. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-la.

6.1.12. Comunicar à CONTRATADA, imediatamente, a ocorrência de qualquer acidente com os profissionais alocados por ela.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



6.1.13. Efetuar os pagamentos mensais devidos pela execução dos serviços, cumprindo os prazos determinados, desde que observadas as formalidades legais e exigências deste Contrato.

6.1.14. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme, crachá, equipamentos e/ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

6.1.15. Manter representante do TRIBUNAL portador das chaves, que deverá acompanhar durante todo o tempo a execução dos serviços, caso haja necessidade de entrada e/ou permanência de pessoal da CONTRATADA em salas de trabalho vazias ou em outras repartições.

6.2. DA CONTRATADA, além daquelas descritas no Termo de Referência do Edital da Licitação n.º 117/13 e seus Anexos:

6.2.1. Implantar, a partir da data prevista na "Autorização de Início da Prestação de Serviços", a execução e supervisão permanente das atividades, nos locais relacionados no ANEXO I – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR LOTE deste Contrato, observando os horários e a programação de execução, bem como as respectivas alterações, segundo cronograma elaborado conjuntamente pela GESEG e pela COSEC.

6.2.2. Executar o contrato sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

6.2.3. Manter sede, filial ou escritório na cidade que nomear polo da região onde os serviços serão prestados, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como para realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

6.2.3.1. A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento da obrigação prevista no subitem anterior.

6.2.4. Encaminhar, até 40 dias após a assinatura do contrato, cronograma com a previsão dos serviços de lavagem das caixas e reservatórios de água de todas as comarcas.

6.2.4.1. Na impossibilidade da CONTRATADA observar o prazo estipulado pelo TRIBUNAL, deverá comunicar imediatamente à COSERG e à COSEC/SECONP, através de correspondência formal, indicando o motivo, para a devida apreciação e aprovação.

6.2.5. Fiscalizar, através de seu PREPOSTO/SUPERVISOR, o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo TRIBUNAL, não devem ser interrompidos.

6.2.5.1. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do TRIBUNAL não eximirá CONTRATADA de total responsabilidade por seus atos falhos.

6.2.6. Recrutar, selecionar, preparar e encaminhar os profissionais integrantes do seu quadro funcional próprio, em quantidade suficiente e qualificação mínima exigida necessária à execução dos serviços requisitados pelo TRIBUNAL, observadas as disposições e as condições mínimas estabelecidas no Termo de Referência do Edital da Licitação 117/2013.

6.2.6.1. Qualquer remanejamento de profissional da CONTRATADA ficará condicionado à autorização, por escrito, da GESEG, conforme o caso.

6.2.7. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

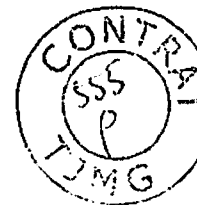
6.2.7.1. Os FISCAIS do contrato poderão examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados ao seu serviço, para comprovar o registro de função profissional, bem como conferir todas as anotações na carteira de trabalho, dando atenção especial quanto à função exercida, a remuneração e todas eventuais alterações dos contratos de trabalho, nos termos do Anexo – IV da IN nº 02/2008, alteração pela IN nº 03/2009.

6.2.8. Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão, quanto na demissão, como durante toda a vigência do contrato de trabalho de seus profissionais, todos os



Tribunal de Justiça de Minas Gerais	
Confere com o original	
<i>Aluanda</i>	
Data: 13/02/17	TJ:037903

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



exames médicos exigidos, apresentando os atestados de sanidade física e mental ao TRIBUNAL, quando houver solicitação formal do GESTOR ou de qualquer um dos FISCAIS do contrato.

6.2.9. Zelar pela disciplina dos profissionais alocados na prestação de serviços, que deverão obedecer às normas internas disciplinares e de segurança do TRIBUNAL, sendo vedado:

- a) Qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas e bilhetes, a circulação de listas e pedidos de qualquer natureza;
- b) A permanência dos profissionais cedidos nas dependências do órgão no qual prestam serviços, antes ou depois dos horários de trabalho;
- c) O consumo ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências do TRIBUNAL;
- d) O uso de uniforme quando não estiver prestando serviços.

6.2.10. Responsabilizar-se pelo fornecimento e recolhimento dos crachás, que serão confeccionados com fotografia recente do empregado e tarja magnética, conforme modelo previamente aprovado pela COSEC/SECONP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do início da prestação de serviços, devendo ser, obrigatoriamente recolhidos e destruídos pela CONTRATADA, quando do término do contrato de trabalho dos profissionais alocados nesta contratação.

6.2.10.1. A entrega do crachá far-se-á mediante "Recibo de Entrega" assinado e datado pelo profissional cedido, elaborado em três vias, sendo uma para a CONTRATADA, uma para o empregado alocado e uma a ser encaminhada à COSEC/SECONP, em arquivo digital por comarca e data.

6.2.11. Deverá a CONTRATADA conceder férias aos seus funcionários dentro do período concessivo, sob pena de rescisão contratual, informando mensalmente ao TRIBUNAL os nomes dos funcionários em férias.

6.2.11.1. A escala de férias deverá ser elaborada de forma a não prejudicar o andamento dos trabalhos habituais.

6.2.11.2. A CONTRATADA, mediante solicitação da COSEC/SECONP, deverá registrar as ocorrências e efetuar as substituições dos profissionais que entrarem em férias.

6.2.11.3. No período de férias, a CONTRATADA deverá repor a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, substituindo um profissional por outro.

6.2.11.4. Caso o profissional manifeste o interesse em converter 1/3 (um terço) de suas férias em abono pecuniário, dentro do prazo legal, o seu substituto irá laborar por vinte dias, que, somados aos dez dias convertidos em abono pecuniário, totalizará os trinta dias que serão reembolsados pelo TRIBUNAL.

6.2.11.5. A COSEC/SECONP poderá dispensar a reposição do substituto.

6.2.11.5.1. Para fins de acompanhamento das substituições de profissionais em férias regulamentares, a CONTRATADA deverá encaminhar à COSEC/SECONP, mensalmente, a relação contendo nome dos profissionais substituídos e substitutos.

6.2.12. Caberá à CONTRATADA providenciar as substituições de profissionais que se ausentarem das atividades por licença-paternidade, licença-maternidade, licença-médica, ou outro afastamento.

6.2.12.1. Em todos os casos de substituição, a CONTRATADA deverá encaminhar os profissionais substitutos para os locais de trabalho mediante formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente: o nome completo do empregado substituto e do empregado substituído, a qualificação, a ocupação e jornada de trabalho, o motivo da substituição e, quando possível, a data de início e término da substituição.

6.2.12.2. A CONTRATADA fica obrigada a substituir, através da formalização da GESEG/SECONP, qualquer empregado em serviço, cuja apresentação, saúde, conduta moral ou profissional, sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes, ou insatisfatórias, ou aqueles que, por qualquer forma, não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6.2.12.3. No cumprimento desse encargo, a CONTRATADA deverá assegurar que todo profissional que cometer falta disciplinar, ou não estiver atendendo ao serviço contratado, será retirado do local de trabalho ou quaisquer outras instalações do TRIBUNAL.

6.2.13. Caberá à CONTRATADA arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, abrangidos: os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais, os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos profissionais alocados, inclusive vale-transporte e vale-lanche.

6.2.13.1. A CONTRATADA deverá excluir do faturamento mensal os dias de faltas não justificadas dos profissionais alocados, os salários daqueles que o TRIBUNAL colocar à sua disposição e dos que receberem benefícios do INSS (licença-maternidade, auxílio enfermidade, auxílio acidente do trabalho, etc.).

6.2.13.2. As despesas não previstas na planilha de custos, consignadas nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais alocadas na contratação, deverão ser calculadas no percentual do GRUPO C – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS e detalhadas para devidos fins.

6.2.14. Efetuar o pagamento mensal direto na conta corrente dos seus profissionais, visto que não será permitido pagamento em espécie nas dependências do TRIBUNAL.

6.2.14.1. A CONTRATADA deverá providenciar, nos moldes previstos nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, contratação de seguro de vida em grupo, com auxílio funeral e auxílio familiar para seus profissionais.

6.2.14.2. Cabe à CONTRATADA encaminhar, às suas custas, ao local de trabalho, quaisquer comprovantes de pagamento devidos aos seus empregados, tais como: vales-transportes, vales-lanche, contracheques, bem como o conjunto de uniformes, quando caso for.

6.2.15. Caberá à CONTRATADA encaminhar, às suas custas, ao local de trabalho, a folha de ponto dos funcionários.

6.2.16. Fornecer ou disponibilizar o contracheque aos empregados até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

6.2.17. Fornecer à COSERG, por meio eletrônico, a relação nominal dos profissionais que atuarão junto ao TRIBUNAL, contendo os dados descritos abaixo, comunicando toda e qualquer alteração que venha a ocorrer posteriormente:

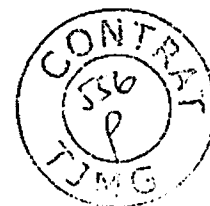
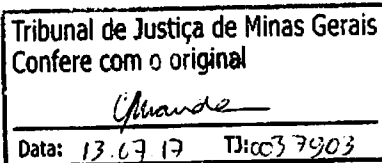
- a) nome completo;
- b) endereço residencial, telefone e e-mail, se houver;
- c) registro profissional nas entidades afins, quando for o caso;
- d) CPF, RG e PIS;
- e) data de admissão pela CONTRATADA;
- f) data de início da prestação de serviços no TRIBUNAL;
- g) ocupação;
- h) horário de trabalho;
- i) local da prestação dos serviços.

6.2.18. Fornecer à COSERG, obrigatoriamente, no máximo até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, relação informando quais entidades sindicais que os funcionários, que serão alocados para a execução do objeto deste certame, pertencem, bem como as informações referentes às Convenções Coletivas e dissídios salariais.

6.2.19. Encaminhar, mensalmente, à GERÊNCIA DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS INFORMATIZADOS – GESAD, os arquivos de dados com as informações constantes da folha de pagamento, bem como aquelas referentes a outros benefícios concedidos aos profissionais que prestam serviços através desta contratação, nos formatos estabelecidos pelo TRIBUNAL.

6.2.20. Enviar, mensalmente, à COSERG:

S



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

a) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados constantes do contrato. Relativamente aos seus documentos integrantes:

- I) Protocolo do Conectividade Social;
- II) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF do mês de competência da prestação de serviços e respectivo comprovante bancário de recolhimento;
- III) Relação de Empregado por Tomador de Serviços – RET (específico para o Tomador);
- IV) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP – RE, com resumo do fechamento (específico para o Tomador);
- V) Comprovante de Declaração à Previdência Social (específico para o Tomador);
- VI) Comprovante de Solicitação de Retificação para o FGTS, quando ocorrer;
- VII) Comprovante de Solicitação de Exclusão, quando ocorrer;
- VIII) A REC, a RET, o Comprovante de Declaração à Previdência, a Confissão de Não Recolhimento de FGTS e de Contribuição Social, a Declaração de Ausência de Fato Gerador para Recolhimento FGTS, a Retificação/Protocolo de Dados do FGTS e o Comprovante/Protocolo de Solicitação de Exclusão, quando ocorrer, devem ser impressos para apresentação ao TRIBUNAL;
- IX) Guia da Previdência Social – GPS (específica para o Tomador).

16.16.16. O TRIBUNAL se reserva o direito de, quando assim entender necessário, solicitar à CONTRATADA, quaisquer documentos para fins de comprovação da regularidade e cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos profissionais que prestam ou prestaram serviços em razão deste instrumento, no prazo estabelecido pelo TRIBUNAL.

6.2.21. Caberá à CONTRATADA apresentar os documentos solicitados no prazo estabelecido pelo TRIBUNAL.

6.2.22. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.23. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências do TRIBUNAL membros da CIPA, quando exigido pelas normas de segurança do trabalho.

6.2.24. Responderá a CONTRATADA, em juízo, ou fora dele, na qualidade de empregador exclusivo, para todos os efeitos de direito, cabendo-lhe assumir inteira responsabilidade:

- a) por todos os atos de negligência de seus empregados, praticados durante o horário de trabalho;
- b) por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre a CONTRATADA e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja no âmbito trabalhista, previdenciário, social, de caráter securitário ou qualquer outro, obrigando-se a saldá-los na época própria;
- c) por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas em dependências do TRIBUNAL;
- d) pelos encargos de possível demanda trabalhista, civil e administrativa, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- e) pelas multas e indenizações aplicadas ao TRIBUNAL por autoridade competente, pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, ou por qualquer outro órgão fiscalizador dos serviços contratados, em decorrência:

- I - do descumprimento das obrigações relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais resultantes da execução do contrato;



Quinde

Data: 13.07.17 TJS: 37903

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- II - do descumprimento da legislação específica, de regulamentos e de posturas municipais;
- III - da inobservância, por parte de seus profissionais, de leis, decretos, normas de segurança do trabalho, regulamentos e posturas municipais.

- f) pela violação de sigilo dos documentos, processo e assuntos internos do TRIBUNAL;
- g) pelo uso indevido de informações sigilosas ou de uso restrito;
- h) por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do TRIBUNAL, provocados por ineficiência ou irregularidades na execução dos serviços ora contratados;
- i) por quaisquer danos materiais ou pessoais, direta ou indiretamente, ocasionados ao TRIBUNAL, ao seu patrimônio, à CONTRATADA, ou a terceiros, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados ou PREPOSTO e SUPERVISORES, na execução dos serviços, ou na área de prestação de serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste termo, sendo sua obrigação:

I - avisar ao TRIBUNAL, imediatamente, após tomar conhecimento da ocorrência, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade, ou que estejam sob a responsabilidade da CONTRATADA, do TRIBUNAL ou de terceiro;

II - apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do TRIBUNAL, inclusive nas situações descritas anteriormente;

III - guardar, segurar e proteger todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, de propriedade da CONTRATADA, utilizados nos serviços;

IV - manter conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, de forma que eles se apresentem em perfeitas condições de uso.

6.2.24.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste Contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao TRIBUNAL, nem poderá onerar o objeto contratado, razão pela qual as partes contratantes renunciam expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.

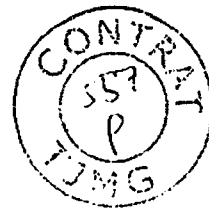
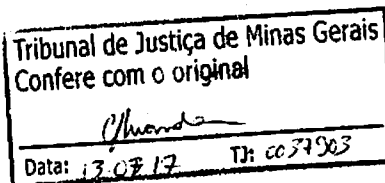
6.2.24.2. Na hipótese do TRIBUNAL arcar com o pagamento de alguma despesa advinda de conduta que esteja sob a responsabilidade da CONTRATADA, esta se obriga a promover o respectivo ressarcimento a preços atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comprovação da responsabilidade.

6.2.24.3. Caso a CONTRATADA não providencie o ressarcimento dentro do prazo estipulado, o TRIBUNAL reserva-se o direito de descontar o valor do pagamento dos créditos vincendos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

6.2.25. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- e) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- f) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível;
- g) Desenvolver ou adotar anuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6.2.26. Encaminhar à COSERG, no início da prestação dos serviços, e/ou a cada nova admissão, os documentos específicos relacionados à CONTRATADA e aos profissionais pertencentes ao seu quadro funcional, por meio digital, conforme descrição abaixo:

- a) Contrato de trabalho;
- b) Ficha de registro dos profissionais e das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social, comprovando o registro do empregado;
- c) Comprovante do cadastramento dos empregados no regime do PIS/PASEP;
- d) Documento que comprove o recebimento de equipamento de proteção individual ou coletiva, se o serviço exigir;
- e) Atestado de saúde ocupacional (ASO), exigível por força da Norma Regulamentadora nº. 7, subitem 7.4.4., anexo à Portaria nº. 3.214, de 8 de junho de 1978(), nas seguintes situações: admissional, periódico, demissional e retorno ao trabalho;
- f) Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas na contratação, observada rigorosamente a data de vigência dos mesmos;
- g) Regulamento interno da CONTRATADA, se houver;
- h) Comprovante de opção de fornecimento do vale-transporte, com a quantidade a ser fornecida mensalmente e o valor correspondente, quando for o caso;
- i) Comprovante de quitação do prêmio e cópia da apólice do seguro de vida em grupo dos profissionais alocados na prestação de serviços;
- j) Comunicado de Acidente do Trabalho (CAT), na hipótese de ocorrência.

6.2.27. Encaminhar à COSERG, durante a prestação dos serviços, quando devidamente solicitado, por meio digital:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – cópias das páginas com anotações, amostras por cargo;
- b) Cartão, ficha, ou livro de ponto assinado pelo empregado, constando as horas normais e extraordinárias trabalhadas;
- c) Recibo de concessão do aviso de férias;
- d) Comprovante da entrega da RAIS() e de que o trabalhador dela fez parte, quando for o caso;
- e) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;
- f) Documento comprovando a concessão de aviso-prévio pela CONTRATADA, ou pelo profissional alocado;
- g) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador possa requerer o benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo);
- h) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

6.2.28. Executar a prestação dos serviços observando as normas regulamentadoras prescritas pela Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T. e pela legislação complementar, além dos dispositivos contidos nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, pactuados entre os Sindicatos que abrangem as categorias profissionais envolvidas nesta contratação.

6.2.29. Caberá à CONTRATADA executar os serviços por meio de profissionais capacitados do seu quadro próprio de pessoal, que preencham, no mínimo, os requisitos constantes no Termo de Referência do Edital da Licitação n.º 117/2013.

6.2.30. Utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho conforme enquadramento das categorias profissionais alocadas nesta contratação.

6.2.30.1. A CONTRATADA deverá adequar o valor salarial estimado pelo TRIBUNAL, na planilha de formação de preços da contratação, quando detectado que este está inferior ao piso da categoria



Plumante

Data: 13.07.17 TJ: 0077903

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

profissional fixado nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, observando a proporcionalidade da jornada de trabalho inerente às ocupações CONTRATADA.

6.2.31. Adequar as jornadas de trabalho estipuladas no Termo de Referência do Edital da Licitação n.º 117/2013, quando detectado que as mesmas são superiores à estabelecida para a categoria profissional nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

6.2.32. Caberá à CONTRATADA conceder adiantamento financeiro aos profissionais envolvidos na contratação, para fazer face às despesas em viagem, no período que estiver consignado no formulário "Autorização de Viagem".

6.2.32.1. As despesas em viagem correspondem àquelas despendidas com alimentação e hospedagem pelos profissionais que, em razão do serviço, necessitam se deslocar de sua sede, no valor máximo de R\$100,00 (cem reais), por dia.

6.2.32.2. As despesas referidas deverão ser aprovadas em respectiva prestação de contas.

6.2.32.3. O reembolso das despesas em viagem observará os seguintes critérios:

a) Para os efeitos deste reembolso considera-se sede o local onde o empregado está lotado para o exercício habitual de suas atividades;

b) Somente caberá reembolso de despesa de viagem quando exigir pernoite.

6.2.32.4. Despesas, tais como, telefonemas, bebidas alcoólicas e cigarros não serão reembolsáveis à CONTRATADA.

6.2.32.5. Os vales-lanche, no valor e na quantidade estipulados no ANEXO IV - Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação, serão fornecidos a todos os empregados alocados na prestação de serviços.

6.2.32.6. Não será concedido nenhum reembolso de alimentação ou hospedagem se o empregado terceirizado dispuser de alimentação e pousada sem ônus ou incluídas em evento.

6.2.33. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

6.2.34. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

DO VALOR DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA: O custo total da contratação está estimado em R\$ 11.639.999,28 (onze milhões, seiscentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 969.999,94 (novecentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos), sendo R\$ 4.868.930,04 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quatro centavos) correndo à conta da Dotação Orçamentária n.º 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.37.01 - Locação de Serviços de Conservação e Limpeza e R\$ 6.771.069,24 (seis milhões, setecentos e setenta e um mil, sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos) correndo à conta da Dotação Orçamentária n.º 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.37.02 - Locação de Serviços de Apoio Administrativo.

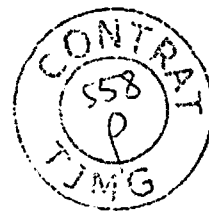
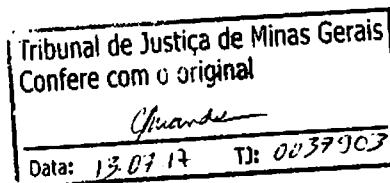
DO FATURAMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA OITAVA: Para fins de conferência do TRIBUNAL, a CONTRATADA deverá encaminhar à COSERG o demonstrativo dos valores a serem faturados, correspondentes aos serviços efetivamente prestados, ou aos créditos previstos neste contrato.

8.1. A apresentação da folha analítica e sintética (impressa e eletrônica) deverá ocorrer até o 3º dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço realizada.

8.2. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal/fatura discriminada, emitida após o primeiro e, no máximo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao da prestação realizada.

8.3. **FATURA MENSAL:**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.3.1. Valor: corresponderá ao previsto no **SUBGRUPO A.1 – SALÁRIOS** (considerado o total de mão-de-obra utilizada para a prestação dos serviços contratados, deduzidas as ocorrências arroladas no mês, tais como, faltas, admissões, demissões, férias, etc.), acrescidos:

- a) do percentual referente ao Adicional de Gratificação por Acúmulo de Função na ocupação de Auxiliar de Serviços Gerais (percentual este indicado na cláusula que versa sobre acúmulo de função das convenções coletivas de trabalho, apresentadas pela CONTRATADA);
- b) dos valores referentes ao **GRUPO B – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** ((SUBGRUPO A.1+ADICIONAIS) X GRUPO B);
- c) do valor (fixo) referentes ao **GRUPO C – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS – LDI**;
- d) do valor (fixo) referente ao **GRUPO D – INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA**;
- e) dos valores referentes ao **GRUPO F – CONTA VINCULADA** ((SUBGRUPO A.1+ADICIONAIS) X GRUPO G).
- f) Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

8.3.2. Documentos Necessários:

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética (impressa e eletrônica), dos profissionais alocados, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o TRIBUNAL, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Relação das ocorrências do mês, como: data de início ou término do contrato de trabalho, férias, afastamentos por motivo legal, contendo o nome completo dos profissionais dos substitutos e substituídos, data de início e término da substituição, a ocupação, e relação dos profissionais que recebem benefícios do INSS, faltas e repouso semanal remunerado, com respectivos valores, contendo nome, matrícula, salário-base;
- d) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP (impressa e eletrônica), do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados alocados na contratação;
- e) Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-lanche de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante de fornecimento dos vales-lanche, separado por localidade da prestação de serviços;
- f) Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-transporte de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante do depósito efetuado diretamente na conta bancária do profissional nos locais que não exista bilhetagem eletrônica ou outro meio documental hábil previamente aprovado pelo TRIBUNAL.

8.4. SUBSTITUIÇÕES:

8.4.1. Valor: corresponderá ao reembolso da parcela desta rubrica, na quantidade de dias efetivamente trabalhados. Sobre o resultado serão acrescidos os percentuais das rubricas férias, abono constitucional e 13º Salário. Sobre o somatório incidirão os percentuais referentes ao **GRUPO B – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** (Substituição x Grupo B). Por fim, incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

8.4.2. Documento Necessário:

- a) Comprovante de depósito bancário.

8.5. HORAS EXTRAS AUTORIZADAS:



Manoel

Data: 13/07/17 TJ: 0037903

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.5.1. Valor: Corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, pela quantidade de horas praticadas e seus reflexos. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** (Horas Extras x Grupo B – Encargos Sociais Básicos), acrescido o percentual referente ao **GRUPO G – CONTA VINCULADA** (Horas Extras x Grupo G – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

8.5.2. Documentos Necessários:

- a) Espelho de ponto devidamente assinado pelo empregado e resumo da apuração das horas extras realizadas;
- b) Comprovante de depósito bancário.

8.6. REEMBOLSO DE DESPESA DE VIAGEM:

8.6.1. Valor: Corresponderá ao pagamento das despesas reembolsáveis, aprovadas na prestação de contas, respeitando o valor diário máximo estipulado na Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

8.6.2. Documentos Necessários:

- a) Formulários “Autorização de Viagem” e “Relatório de Viagem/Prestação de Contas”, devidamente preenchidos, assinados e aprovados.

8.7. ADICIONAL NOTURNO:

8.7.1. Valor: corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, pela quantidade de horas praticadas e seus reflexos. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, acrescido o percentual referente ao **GRUPO F – CONTA VINCULADA** (Adicional Noturno x Grupo F – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

8.7.2. Documentos Necessários:

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética (impressa e eletrônica), dos profissionais que realizaram serviço noturno, alocados nesta contratação, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o TRIBUNAL, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- b) Comprovante de depósito bancário;

8.8. VERBAS RESCISÓRIAS:

8.8.1. Valor: O reembolso de verbas rescisórias compreenderá as seguintes rubricas com as obrigações abaixo:

- a) **AVISO PRÉVIO INDENIZADO E REFLEXOS:** constante do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, acrescido do percentual de incidência do FGTS. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

8.8.2. Documento Necessário:

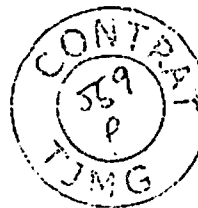
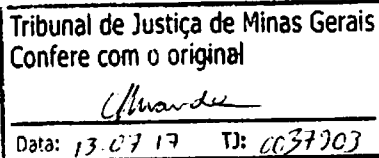
- a) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acasos devidas.

8.9. PROCEDIMENTOS PARA LIBERAÇÃO DE VALORES DA CONTA VINCULADA:

8.9.1. 13º SALÁRIO:

8.9.1.1. A liberação de valores referentes a essa rubrica, corresponderá ao valor expresso na folha de pagamento, acrescido do percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**. A

g



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATADA deverá efetuar o pagamento com os empregados em duas parcelas, sendo a primeira parcela no percentual de 50% em julho e a segunda parcela em dezembro.

8.9.1.2. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica "13º Salário";
- b) Comprovante de Pagamento.

8.10.2. FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL

8.10.2.1. A liberação de valores referentes a essa rubrica, corresponderá ao valor expresso na folha de pagamento, acrescido do percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**.

8.10.2.2. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica "Férias e Abono Constitucional";
- b) Comprovante de Pagamento.

8.11. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL / INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (Multa FGTS)

8.11.1. A liberação de valores referentes a essa rubrica corresponderá ao reembolso de 50% (cinquenta por cento) dos depósitos relativos ao FGTS (sendo 10% - Contribuição Social e 40% - Indenização por Rescisão sem Justa Causa (Multa FGTS) efetuados durante a vigência do contrato, considerando como depósito inicial o referente ao mês de competência da assinatura do contrato, em consonância com a data de admissão do profissional alocado na prestação dos serviços ora contratados.

8.11.2. Documentos Necessários:

- a) Extrato do FGTS para fins Rescisórios;
- b) Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório;
- c) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS - GRRF;
- d) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho - TRCT, devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acaso devidas.
- e) Documento comprovando a concessão de aviso prévio pela CONTRATADA, ou pelo empregado alocado;
- f) Atestado de saúde ocupacional - ASO.

DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA: O processo de liquidação da despesa decorrerá da verificação da efetiva prestação dos serviços, tomada por prazo de execução, o que dará o direito a CONTRATADA de receber seu crédito, vedada qualquer antecipação de pagamentos ou inclusão de serviços não previstos.

9.1. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura discriminada.

9.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, nas propostas e no próprio instrumento contratual, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz, devendo esta ainda ser acompanhada das Certidões Negativas de Débito junto ao INSS, FGTS, Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União junto à Receita Federal do Brasil (válidas e regulares) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

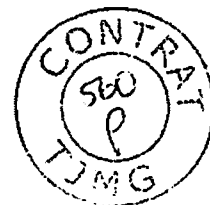
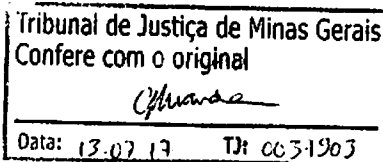
9.2.1. A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências contratuais e legais, especialmente as de natureza fiscal/tributária, acrescidas das seguintes informações:

- a) Indicação do objeto do contrato;
- b) Indicação do número do contrato;
- c) Indicação, clara e precisa, dos serviços prestados; e,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- d) Destaque, conforme regulação específica, da base de cálculo, alíquota e valor das retenções incidentes - ISSQN, INSS, IRRF e outros, se houver.
- 9.3. O TRIBUNAL reserva-se no direito de somente efetuar o pagamento da prestação de serviços contínuos após comprovação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações, cláusulas e condições deste contrato.
- 9.4. O ateste da fatura correspondente à prestação dos serviços caberá aos FISCAIS da contratação.
- 9.5. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pelo TRIBUNAL, através de sua Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de apresentação do documento fiscal hábil de cobrança à COSERG.
- 9.6. Quando da efetivação do pagamento da nota fiscal/fatura serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual/distrital ou municipal), na forma e modo determinado pelo ordenamento jurídico aplicável.
- 9.7. No primeiro e último mês de vigência contratual, os valores a serem pagos pelo TRIBUNAL serão calculados “pro rata die”, pelo período da efetiva prestação dos serviços, considerando o mês comercial de 30 (trinta) dias para efetuar o cálculo.
- 9.8. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetuado após a verificação da regularidade das Certidões indicadas no subitem 9.2 deste Contrato, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas, e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no edital.
- 9.9 Na hipótese de isenção de algum dos Encargos Sociais Básicos e/ou Tributos, a CONTRATADA deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do **GRUPO B e/ou G**.
- 9.9.1. No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término do contrato ou decisão terminativa.
- 9.10. Do montante a pagar à CONTRATADA, poderá o TRIBUNAL deduzir:
- a) O valor proporcional aos dias não justificados pelos profissionais da CONTRATADA; e,
 - b) Os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, em conformidade com o Termo de Referência do Edital da Licitação n.º 117/2013.
- 9.11. O TRIBUNAL identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange a valores dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, observado que o prazo estabelecido nesta cláusula passará a ser contado a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura, devidamente corrigida.
- 9.12. A devolução de nota fiscal/fatura não aprovada pelo TRIBUNAL, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados ou fornecedores.
- 9.13. Caso a CONTRATADA não encaminhe a nota fiscal/fatura e demais documentos ao TRIBUNAL no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.
- 9.14. O pagamento correspondente à última nota fiscal/fatura somente será liberado após o cumprimento de todas as tarefas mensais, bem como a correção de todas as pendências apuradas.
- 9.15. O TRIBUNAL poderá suslar os pagamentos devidos à CONTRATADA, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:
- a) À liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
 - b) À existência de débitos para com o TRIBUNAL, quando não coberto pela garantia contratual ou esta for insuficiente;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) À existência de débitos para com terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA, relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais ao TRIBUNAL;
- d) Ao descumprimento de obrigação relacionada ao objeto deste contrato, que possa ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária do TRIBUNAL;
- e) À não apresentação da garantia de execução, ou sua apresentação de forma irregular;
- f) À comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação quanto à situação de regularidade fiscal da empresa.

9.16. As ocorrências em espécie não constituem o TRIBUNAL em mora, não geram direito à alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços, reservando-se o TRIBUNAL ao direito de se utilizar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, para cobrir as pendências apuradas.

9.17. O pagamento efetuado pelo TRIBUNAL não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho na prestação do serviço e de quaisquer irregularidades detectadas durante a vigência contratual.

9.18. O TRIBUNAL poderá realizar glosa de valores de serviços não realizados, na própria fatura, oficiando a CONTRATADA sobre as razões que ensejaram o desconto.

9.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, "pro rata tempore", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Em, que:

i = taxa percentual anual no valor de 6%

9.19.1. A atualização financeira tratada neste item será incluída no faturamento seguinte ao da ocorrência e dependerá de solicitação da CONTRATADA.

9.20. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao TRIBUNAL, nem poderá onerar o objeto contratado, razão porque as partes contratantes renunciaram expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.

9.21. Na hipótese do TRIBUNAL arcar com o pagamento de alguma despesa advinda de conduta que esteja sob a responsabilidade da CONTRATADA, esta se obriga a promover o respectivo ressarcimento a preços atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comprovação da responsabilidade.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Confere com o original

Quanda

Data: 13/07/13 TJ: 0037903

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

9.22. Caso a CONTRATADA não execute o ressarcimento dentro do prazo estipulado, o TRIBUNAL reserva-se ao direito de descontar o valor do pagamento dos créditos vincendos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

DA CONTA VINCULADA

CLÁUSULA DÉCIMA: Será observado o contingenciamento mensal de parcela do pagamento devido à CONTRATADA, em atendimento a Resolução nº. 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

10.1. O montante mensal a ser contingenciado será obtido mediante a aplicação dos percentuais constantes no **ANEXO IV – PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO** referentes aos provisionamentos das seguintes rubricas:

- a) Férias;
- b) 1/3 constitucional;
- c) 13º salário;
- d) multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
- e) incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário (INSS, Sesi/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT + FAT/SEBRAE, etc).

10.2. Os valores a serem contingenciados serão glosados do pagamento mensal à CONTRATADA e depositados em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da CONTRATADA em banco público oficial.

10.3. Os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro índice que venha a ser utilizado, desde que de maior rentabilidade.

10.4. A CONTRATADA, no prazo de vinte dias, contado a partir da data da assinatura do contrato, deverá atender à solicitação de assinatura dos documentos de abertura da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação –, em banco público indicado pelo TRIBUNAL, nos termos estabelecidos no inciso II do art. 6º da resolução nº. 169, de 31 de janeiro de 2013 – CNJ.

10.5. Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta corrente vinculada deverão ser suportadas pela taxa de administração constante na proposta comercial da empresa.

10.6. O valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta corrente vinculada será retido do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação.

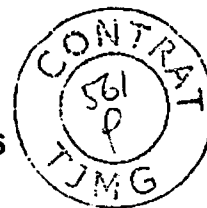
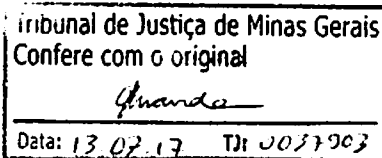
10.7. Para resgate dos recursos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – a CONTRATADA deverá expedir solicitação formal à Unidade Competente do Tribunal.

10.8. Para resgate dos recursos da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – a CONTRATADA, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do TRIBUNAL os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado alocado no contrato as rubricas correspondentes ao valor a ser resgatado.

10.9. A solicitação deverá ser acompanhada de planilha detalhando, para cada empregado, o cálculo de férias, 1/3 constitucional e 13º salário, que resultará no valor a ser lançado em holerite, restringindo-se ao lapso de tempo que o empregado estiver alocado na execução do contrato, acompanhando a proporcionalidade dos aprovisionamentos havidos e culminando no valor total do resgate.

10.10. O responsável pela fiscalização do contrato ratificará as informações que integrarem os cálculos e que influenciem nos valores a serem levantados da conta corrente vinculada, no que disser respeito à frequência do empregado no posto de trabalho, número de ausências, adicional noturno, se o período abrangido pelo cálculo é compatível com a alocação do empregado na Unidade, dentre outros, e enviará de imediato, por meio eletrônico, a planilha de cálculo atestada, a folha de

92



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

pagamento e a solicitação formal da empresa para os setores competentes nos termos do art. 12 da Resolução nº 169 de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça.

10.11. Quando se tratar de valor pago em razão de rescisão do contrato de trabalho entre a empresa CONTRATADA e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de 01 (um) ano de serviço, o resgate de valores incluirá aquele referente ao contingenciamento da multa do FGTS, se for o caso, sendo que a documentação relacionada na cláusula 30.9 deverá ser acrescida do cálculo já homologado junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego ou sindicato da categoria, nos termos da legislação trabalhista vigente.

10.12. No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a CONTRATADA solicitará o resgate do valor ao TRIBUNAL, observando os procedimentos descritos acima ou poderá adotar o procedimento indicado no item 10.15 desta cláusula, devendo apresentar ao TRIBUNAL, no prazo de dez dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

10.13. Nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência de valor da conta corrente vinculada para a conta corrente judicial, o TRIBUNAL, por meio do responsável pela fiscalização do contrato, deverá notificar a CONTRATADA sobre a ordem judicial e informar que o valor transferido judicialmente será glosado por ocasião do primeiro pagamento e dos subsequentes a serem efetuados à CONTRATADA e depositados na conta corrente vinculada para recomposição do saldo.

10.14. Eventuais saldos da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – somente serão liberados à CONTRATADA se após dois anos do término do contrato o empregado que estava alocado na execução do contrato não acionar a justiça do trabalho.

10.15. A CONTRATADA poderá solicitar autorização do TRIBUNAL para movimentar os recursos da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação -, diretamente para a conta corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas na cláusula 10.1.

10.16. Na situação descrita acima, o TRIBUNAL solicitará ao banco público oficial que, no prazo de dez dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

10.17. No encerramento do contrato, eventuais saldos da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – do contrato findo serão transferidos para novo contrato quando a última contratada e a CONTRATADA forem a mesma empresa.

DO REAJUSTAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O restabelecimento da relação pactuada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, dar-se-á segundo os critérios abaixo especificados:

a) O valor referente à remuneração, PAT, PAF, PQM, Contribuição Assistencial Patronal, Programa de Assistência Odontológica, adicional assiduidade, previstos neste termo de referência será reajustado quando em decorrência de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que devidamente registrados e homologados pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, ou, ainda, por autorização deste Tribunal, vedada a inclusão de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, salvo interesse desta Administração. Isso se refletirá nos grupos onde estiver prevista a incidência do valor remuneratório. Estarão assegurados os reajustes decorrentes das Convenções Coletivas de Trabalho – CCT / 2013.

b) O valor dos benefícios vale-lanche será reajustado quando ocorrer alteração em decorrência de convenção(ões) coletiva(s) de trabalho, desde que devidamente registrada(as) e homologada(s) pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT/MG, ou ato do Poder Público.

c) Os valores relativos aos uniformes, LDI - Lucro e Despesas Indiretas, vale-transporte, Insumos e serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios somente serão reajustados após



Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Confere com o original

Cf. v. 100

Data: 13/07/19 T. 003/2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

12 (doze) meses contados da data limite de apresentação da proposta, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA, mediante negociação entre as partes.

d) Os valores das multas descritas na tabela 2 do item 17.9 deste Contrato serão reajustados após 12 (doze) meses contados da sua assinatura, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA.

11.1. A proposta de reajuste dependerá de iniciativa da CONTRATADA, devendo ser apresentada ao TRIBUNAL, em até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato ensejador da variação dos componentes de custo desta contratação.

11.2. A inércia da CONTRATADA implicará a perda dos valores retroativos a que faria jus, no caso de inobservância do prazo previsto no subitem anterior.

11.3. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, após a formalização do contrato, se tornarem obrigatórias por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, ou quando este TRIBUNAL assim autorizar.

11.4. A CONTRATADA deverá informar ao TRIBUNAL toda alteração de caráter obrigatório e superveniente, decorrente de acordos ou convenções coletivas de trabalho, durante a execução do objeto contratual.

DO PRAZO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O prazo de vigência deste contrato de prestação de serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

12.1. No caso de prorrogação do prazo contratual, o TRIBUNAL se reserva o direito de exigir, durante todo o período de prorrogação, o mesmo atendimento prestado no decorrer da vigência do termo inicial.

12.2. Caso a CONTRATADA não tenha interesse em renovar o contrato, deverá manifestar formalmente sua intenção ao TRIBUNAL, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes da data prevista para o término da relação contratual.

DA GARANTIA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A CONTRATADA deverá entregar na Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária, situada à Rua Guajajaras nº. 40, 17º andar em Belo Horizonte/MG, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Autorização de Início dos Serviços, comprovante de garantia na modalidade SEGURO GARANTIA no valor de R\$ 581.999,96 (quinhentos e oitenta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste ajuste, como forma de garantir a perfeita execução do seu objeto.

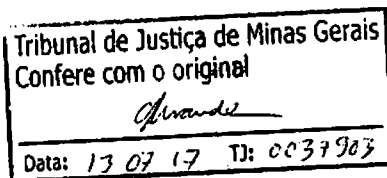
13.1. A vigência da garantia ofertada deverá abranger toda a vigência deste Contrato e seu valor corresponderá sempre a 5% (cinco por cento) do valor total contratual, ou seja, valor inicial mais os termos aditivos formalizados.

13.2. A prorrogação da vigência do Contrato, fundada no art. 57, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, obriga a Contratada a prorrogar a vigência da garantia inicialmente ofertada, para cada etapa do contrato, ou prestar nova garantia, observando que:

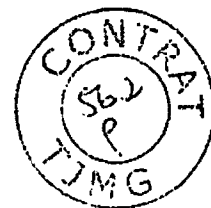
a) O valor corresponderá ao período aditado.

b) A nova vigência deverá abranger todo o período acrescido, cabendo à Contratada prestá-la ao Tribunal no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

13.2.1. O TRIBUNAL reterá todos os créditos relativos à prestação dos serviços até que seja atendido o disposto no subitem anterior.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



13.3. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando o TRIBUNAL autorizado a executá-la para cobrir as sanções previstas na Cláusula Décima Sétima.

13.3.1. Se o valor da garantia for utilizado para o fim do subitem anterior, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da notificação.

13.4. A execução da garantia em razão de multa sancionatória não inviabiliza a aplicação desta em valor superior ao da garantia prestada.

13.5. Havendo garantia, após a execução deste contrato, competirá à CONTRATADA formular ao TRIBUNAL, por meio da DIRFIN/COFIS, o pedido de liberação ou restituição, desde que não haja no plano administrativo ou judicial qualquer pendência ou reclamação, hipótese em que ficará retida até solução final.

13.5.1. A devolução da garantia não exime a CONTRATADA das responsabilidades civil e penal oriundas da execução do objeto contratual.

13.6. O TRIBUNAL, no decorrer da execução contratual, poderá autorizar a substituição da garantia inicialmente ofertada se, cumulativamente:

a) a CONTRATADA comunicar ao TRIBUNAL previa e justificadamente essa intenção;

b) os GESTORES do contrato declararem inexistir descumprimento de cláusula contratual de responsabilidade da CONTRATADA, bem como pendências relativas à execução do objeto ou que foi instaurado, ou em vias de instauração, qualquer procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidade da CONTRATADA;

c) a substituição seja por modalidade estabelecida no §1º do art. 56 da Lei Federal nº. 8.666/93;

13.6.1. A nova garantia prestada deverá preencher os requisitos do ato convocatório e deste contrato.

13.6.2. No caso de Fiança e Seguro-Garantia deverá existir expressamente prevista a cobertura de eventual inadimplência ocorrida na vigência da garantia substituída, ainda que o fato venha a ser apurado posteriormente ou, ainda, a garantia substituta tenha vigência e igual à da substituída.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto da licitação, observados os limites dispostos no citado artigo.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: É vedado à CONTRATADA:

15.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira.

15.2. Subcontratar o todo ou parte do serviço, sem prévia e expressa autorização do TRIBUNAL, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.

15.3. Interromper a execução dos serviços sob a alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei.

15.4. Emitir duplicatas com base neste contrato, não se responsabilizando o TRIBUNAL, em hipótese alguma, por seu pagamento.

15.5. Contratar empregado que possua parentesco natural ou civil, na linha reta ou colateral, com magistrado ou servidor de 1ª e 2ª Instância do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais;

15.6. Alocar trabalhador autônomo ou equiparado, para a prestação de serviços neste TRIBUNAL.

15.6.1. A contratação de empregado, colocados à disposição deste Tribunal, para exercício de funções de chefia, que tenham sido condenados em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos termos da Resolução CNJ, nº.156, de 8 de agosto de 2012.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Confere com o original

Alvares

Data: 13-07-17 TJ: 0057903

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

15.7. Responsabilizar o TRIBUNAL por compromisso assumido com terceiros, envolvendo ou não os profissionais alocados na prestação dos serviços.

15.8. Designar para função de confiança ou nomear para cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I – atos de improbidade administrativa;

II – crimes:

- a) contra a administração pública;
- b) contra a incolumidade pública;
- c) contra a fé pública;
- d) hediondos;
- e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;
- g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

15.8.1. A vedação descrita no caput deste Subitem abrange aqueles que tenham:

I – praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

II – sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

III – tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o TRIBUNAL se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.

16.1. Em caso de cisão, o TRIBUNAL poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

16.1.1. Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência ao TRIBUNAL, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

16.2. A não apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida, implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.

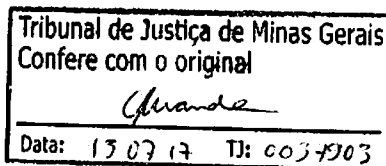
DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

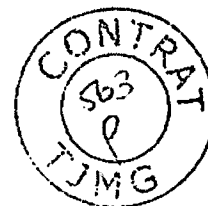
- a) Por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial.
- b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que seja conveniente para o TRIBUNAL.
- c) Por incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante a prestação dos serviços.

17.1. No caso de rescisão unilateral, o TRIBUNAL não indenizará a CONTRATADA, salvo pelo serviço já prestado até o momento da rescisão.

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente CONTRATO, execução insatisfatória do serviço, mora de execução, omissão e outras falhas, o TRIBUNAL poderá aplicar à CONTRATADA, após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas falhas técnicas corrigíveis;
 - b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado;
 - b.2) até 10% (dez) por cento sobre o valor do contrato, em caso de recusa da Contratada em efetuar o reforço da garantia.
 - b.3) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, com a possível rescisão contratual;
 - c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001 e demais disposições correlatas;
 - d) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93. O prazo do impedimento de licitar e contratar será de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.1. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.
- 18.2. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração e, caso não seja suficiente, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.
- 18.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- 18.4. As sanções serão obrigatoriamente registradas no CAFIMP, devendo a licitante ser descredenciado junto ao Cadastro de Fornecedores do órgão ou entidade promotora da licitação, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital da Licitação 117/2013, neste contrato e das demais cominações legais.
- 18.5. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 17.9. desta cláusula.
- 18.6. O retardamento da execução do objeto contratado estará configurado quando a CONTRATADA:
- a) Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data constante na ordem de início de execução dos serviços;
 - b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 18.7. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 17.9 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 a seguir:

Tabela 1



Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Confere com o original

Alfonso

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

18.8. O comportamento de modo inidôneo estará configurado quando a LICITANTE VENCEDORA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

18.9. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas 2 e 3, seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 900,00
5	R\$ 2.000,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 3

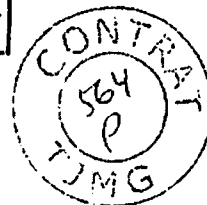
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por posto
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal	6	Por ocorrência

Handwritten signature



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Confere com o original
Aluanda
Data: 13.07.17 TJ: 0037503



10	ou consequências letais. Retirar das dependências do TRIBUNAL quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por funcionário e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de funcionários faltosos.	2	Por ocorrência
19	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	2	Por dia e por ocorrência
20	Entregar o uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses.	1	Por dia
21	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade ou região metropolitana onde serão prestados os serviços.	1	Por ocorrência e por dia
22	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência e por dia
23	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
24	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida no item 17	1	Por ocorrência e por dia
25	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida no item 17	1	Por ocorrência e por dia

18.10. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente à de impedimento de licitar e contratar, observado o devido processo legal.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

18.11. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual que será prestada, conforme consta Cláusula Décima Terceira deste Contrato.

18.12. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do TRIBUNAL, a partir do qual se observará o disposto na cláusula de garantia prevista em contrato.

18.13. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A eficácia deste Contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário Judiciário Eletrônico").

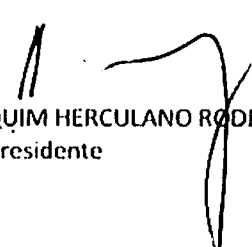
DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA: As partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente Contrato.

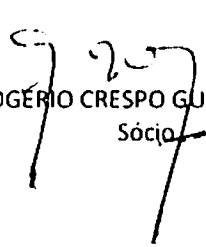
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um mesmo efeito.

Belo Horizonte, 01 de Novembro de 2013.

PELO TRIBUNAL:


Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES
Presidente

PELA CONTRATADA:


ROGÉRIO CRESPO GUALDA
Sócio



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Publicado no Diário do Judiciário Eletrônico - DJE
Em 25/09/2017

GECONT/CONTRAT

27º TERMO ADITIVO

ao Contrato nº. 452/2013 (9050116) firmado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

Pelo presente instrumento, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº. 21.154.554/0001-13, neste ato representado pela Juíza Auxiliar da Presidência, LUZIA DIVINA DE PAULA PEIXÔTO, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria TJMG nº. 3.384/PR/2016, de 08 de julho de 2016, e a empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA., CNPJ nº. 78.533.312/0001-58, representada por seu Procurador, Sr. RAFAEL BEDA GUALDA, CPF nº. 932.194.409-59, acordam em alterar as Cláusulas Sétima e Décima Segunda, bem como os Anexos IV, V, VI e VII do Contrato firmado em 01.11.2013, que tem como objeto a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeiragem, recepção e de apoio operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do TRIBUNAL, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais, LOTE 5, permanecendo inalteradas as demais disposições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência, previsto na Cláusula Décima Segunda do Contrato, fica prorrogado para o período de 01.11.2017 a 31.10.2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: Alteram-se, a partir de 16.09.2017, a Cláusula Sétima, bem como o Anexos IV (Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação), V (Planilha Estimativa de Uniformes e EPI's e EPC's), VI (Planilha Estimativa de Insumos) e VII (Relação de Caixas e Reservatórios de Água e suas Especificações) do Contrato, para refletir a aplicação de reajuste aos valores de LDI, insumos, uniformes, vale-transporte e serviços de limpeza e desinfecção de caixas-d'água e reservatórios, decorrente da variação do IPCA-IBGE, relativo ao período compreendido entre agosto/2016 a julho/2017, no percentual de 2,71146%.

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas com a execução do presente Termo Aditivo estão estimadas em R\$ 17.055.120,53 (dezessete milhões, cinquenta e cinco mil, cento e vinte reais e cinquenta e três centavos), distribuídas da seguinte forma:

3.1. Na Dotação Orçamentária nº 4031.02.061.706.2050.3.3.90.37.01 ou outra que vier a ser consignada para este fim:

a) R\$ 3.914,79 (três mil, novecentos e quatorze reais e setenta e nove centavos), referentes ao reajuste dos valores de LDI, insumos, uniformes, vale-transporte e serviços de limpeza e desinfecção de caixas-d'água e reservatórios, para o período de 16.09.2017 a 31.10.2017;

b) R\$ 4.933.883,52 (quatro milhões, novecentos e trinta e três mil, oitocentos e e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos), referentes à prorrogação do contrato, para o período de 01.11.2017 a 31.10.2018.

3.2. Na Dotação Orçamentária nº 4031.02.061.706.2050.3.3.90.37.02 ou outra que vier a ser consignada para este fim:

a) R\$ 2.076,98 (dois mil, setenta e seis reais e noventa e oito centavos), referentes ao reajuste dos valores de LDI, insumos, uniformes, vale-transporte e serviços de limpeza e desinfecção de caixas-d'água e reservatórios, para o período de 16.09.2017 a 31.10.2017;



**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça**

b) R\$ 12.115.245,24 (doze milhões, cento e quinze mil, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), referentes à prorrogação do contrato, para o período de **01.11.2017 a 31.10.2018**.


3.3. Os valores acima estão representados nas planilhas anexas ao presente Termo, integrando-o inseparavelmente.

E por estarem assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento em duas vias de igual teor e para um só efeito.

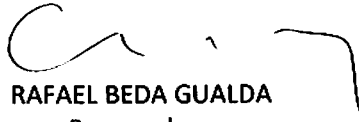
Belo Horizonte,

15 SET 2017

PELO TRIBUNAL:


LUZIA DIVINA DE PAULA PEIXOTO
Juíza Auxiliar da Presidência

PELA CONTRATADA:


RAFAEL BEDA GUALDA
Procurador



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATO 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

27º TERMO ADITIVO - REAJUSTES INSUMOS, LDI, ETC + RENOVAÇÃO

37.01 - Conservação e Limpeza

REAJUSTE DE INSUMOS, LDI, ETC

Valor Mensal do Último Termo Aditivo Publicado (26º TA)	R\$	408.547,10
Valor Mensal Atualizado	R\$	411.155,98
Diferença Mensal Apurada	R\$	2.609,88
Valor da diferença para o Período de 16.09.2017 a 31.10.2017 (45 dias)	R\$	3.914,79
TOTAL CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	R\$	3.914,79

37.02 - Apoio Administrativo

REAJUSTE DE INSUMOS, LDI, ETC

Valor Mensal do Último Termo Aditivo Publicado (26º TA)	R\$	1.008.219,12
Valor Mensal Atualizado	R\$	1.009.803,77
Diferença Mensal Apurada	R\$	1.384,65
Valor da diferença para o Período de 16.09.2017 a 31.10.2017 (45 dias)	R\$	2.076,98
TOTAL APOIO ADMINISTRATIVO	R\$	2.076,98

VALOR TOTAL - (37.01 + 37.02)

REAJUSTE DE INSUMOS, LDI, ETC

Valor Mensal do Último Termo Aditivo Publicado (26º TA)	R\$	1.416.786,22
Valor Mensal Atualizado	R\$	1.420.780,73
Diferença Mensal Apurada	R\$	3.994,51
Valor da diferença para o Período de 16.09.2017 a 31.10.2017 (45 dias)	R\$	5.991,77
VALOR TOTAL - 37.01 + 37.02 (Reajuste Insumos, LDI, ETC)	R\$	5.991,77

PRORROGAÇÃO - 01.11.2017 A 31.10.2018 (12 Meses)

37.01 - Conservação e Limpeza

Valor da Parcela Mensal Atualizada:	R\$	411.155,98
Total para o período de 01.11.2017 a 31.10.2017 (12 meses)	R\$	4.933.883,52

37.02 - Apoio Administrativo

Valor da Parcela Mensal Atualizada:	R\$	1.009.803,77
Total para o período de 01.11.2017 a 31.10.2017 (12 meses)	R\$	12.115.245,24

VALOR TOTAL - (37.01 + 37.02)

Valor da Parcela Mensal Atualizada:	R\$	1.420.780,73
Total para o período de 01.11.2017 a 31.10.2017 (12 meses)	R\$	17.049.128,76

VALOR TOTAL DA DESPESA

Despesa Total Acrescida - Reajuste LDI, Insumos, etc (Período 16.09.2017 a 31.10.2017) - 37.01*	R\$	3.914,79
Despesa Total Acrescida - Reajuste LDI, Insumos, etc (Período 16.09.2017 a 31.10.2017) - 37.02*	R\$	2.076,98
Despesa Total Acrescida - Reajuste LDI, Insumos, etc (Período 16.09.2017 a 31.10.2017) - Total*	R\$	5.991,77
Valor do Contrato - Prorrogação (Incluído Reajustes)	R\$	17.049.128,76
Valor Total da despesa com o 27º Termo Aditivo	R\$	17.055.120,53

VALOR TOTAL DA PRORROGAÇÃO (01.11.2017 A 31.10.2018): R\$ 17.049.128,76**VALOR TOTAL DO 27º TERMO ADITIVO (16.09.2017 A 31.10.2018): R\$ 17.055.120,53**

Macrodesafio: 12

1ª Instância: Gestão das Comarcas	R\$	17.055.120,53
2ª Instância: Gestão da Estrutura Física e de Bens e Serviços do 2º Grau	R\$	-

Informações Complementares - CECOEX

Apropriações por Despesa/Exercício	2017	2018	Total
Despesa 37.01 - Reajustes (16.09.2017 a 31.10.2017)	R\$ 3.914,79	R\$ -	R\$ 3.914,79
Despesa 37.01 - Prorrogação (01.11.2017 a 31.12.2017)	R\$ 822.313,92	R\$ -	R\$ 822.313,92
Despesa 37.01 - Prorrogação (01.01.2018 a 31.10.2018)	R\$ -	R\$ 4.111.569,60	R\$ 4.111.569,60
Subtotal 37.01	R\$ 826.228,71	R\$ 4.111.569,60	R\$ 4.937.798,31
Despesa 37.02 - Reajustes (16.09.2017 a 31.10.2017)	R\$ 2.076,98	R\$ -	R\$ 2.076,98
Despesa 37.02 - Prorrogação (01.11.2017 a 31.12.2017)	R\$ 2.019.207,54	R\$ -	R\$ 2.019.207,54
Despesa 37.02 - Prorrogação (01.01.2018 a 31.10.2018)	R\$ -	R\$ 10.096.037,70	R\$ 10.096.037,70
Subtotal 37.02	R\$ 2.021.284,52	R\$ 10.096.037,70	R\$ 12.117.322,22
TOTAIS	R\$ 2.847.513,23	R\$ 14.207.607,30	R\$ 17.055.120,53

* Planilhas Estimativas sujeitas a diferença de arredondamentos no caso dos centavos

Resumo do 27º Termo Aditivo:

(1) A partir de 16.09.2017, reajustados os valores de LDI, insumos, uniformes, vale-transporte e limpeza de caixa-d'água, com base no IPCA-IBGE do período de Agosto/2016 a Julho/2017 (2,71146%), conforme previsto em contrato, Cláusula Décima Primeira, alínea "c".

- Renovação do contrato pelo período de 12 meses, conforme comunicações e despachos da GECONT, GESEG e CONTRAT, anexos ao processo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PERMISSÍVEL LEGAL PARA CÁLCULO DOS 25%

CONTRATO 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

Instrumento	Fatores	Valor Acrescido ao Contrato	Valor Reduzido ao Contrato	Valor Reajustado ao Contrato	Valor Total do Contrato	Valor Atualizado do Contrato	Percentual Utilizado do Permissivo Legal para Acréscimo
Contrato					R\$ 11.639.999,28	R\$ 11.639.999,28	0,00000%
1º Termo Aditivo	Alteração de Salários	R\$ 14.220,96	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.654.220,24	R\$ 11.639.999,28	0,12217%
2º Termo Aditivo	Alteração de Quadro	R\$ 349.286,56	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.003.506,80	R\$ 11.639.999,28	3,00074%
3º Termo Aditivo	Aumento de Valor de Despesa de Viagem	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.629,72	R\$ 12.005.136,52	R\$ 11.641.629,00	0,00000%
4º Termo Aditivo	CCT 2014	R\$ -	R\$ -	R\$ 899.810,64	R\$ 12.904.747,16	R\$ 12.541.239,64	0,00000%
	Aumento de Quadro	R\$ 11.951,45	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.916.698,61	R\$ 12.541.239,64	0,09530%
5º Termo Aditivo	Acerto Contrib. Assitencial Patronal	R\$ -	R\$ -	R\$ (23.755,80)	R\$ 12.892.942,81	R\$ 12.517.483,84	0,00000%
	Reajuste LDI, Insumos, etc	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.849,64	R\$ 12.904.792,45	R\$ 12.553.089,28	0,00000%
	Aumento de Objeto	R\$ 874.669,44	R\$ -	R\$ -	R\$ 13.779.461,89	R\$ 12.517.483,84	6,98758%
	Renovação (1)	R\$ 209.972,31	R\$ -	R\$ 289.387,36	R\$ 14.258.821,56	R\$ 12.786.871,20	1,67743%
6º Termo Aditivo	Alteração de Objeto	R\$ -	R\$ (648,79)	R\$ -	R\$ 14.258.172,77	R\$ 12.786.871,20	0,00000%
7º Termo Aditivo	CCT TELEFONISTA 2014	R\$ -	R\$ -	R\$ 45.483,44	R\$ 14.303.636,21	R\$ 12.832.334,64	0,00000%
	CCTS 2015	R\$ -	R\$ -	R\$ 756.147,30	R\$ 15.059.783,51	R\$ 13.588.481,94	0,00000%
	Alteração de Uniformes	R\$ -	R\$ (8.466,90)	R\$ -	R\$ 15.051.316,61	R\$ 13.588.481,94	0,00000%
	Alteração de Uniformes	R\$ -	R\$ (3.441,24)	R\$ -	R\$ 15.047.875,37	R\$ 13.588.481,94	0,00000%
8º Termo Aditivo	CCT TELEFONISTA 2015	R\$ -	R\$ -	R\$ 42.916,70	R\$ 15.090.792,07	R\$ 13.631.398,64	0,00000%
9º Termo Aditivo	Alteração de Quadro	R\$ -	R\$ (511,61)	R\$ -	R\$ 15.090.280,46	R\$ 13.631.398,64	0,00000%
10º Termo Aditivo	Alteração de Cláusula	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.090.280,46	R\$ 13.631.398,64	0,00000%
11º Termo Aditivo	Aumento de Quadro	R\$ 18.557,41	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.108.837,87	R\$ 13.631.398,64	0,12147%
12º Termo Aditivo	Reajuste LDI, Insumos, etc	R\$ -	R\$ -	R\$ 18.361,31	R\$ 15.125.199,18	R\$ 13.649.759,95	0,00000%
	Adequação de Insumos	R\$ -	R\$ (77.359,32)	R\$ -	R\$ 15.047.839,86	R\$ 13.649.759,95	0,00000%
	Complemento de Alterações Ocorridas em Períodos Anteriores(2)	R\$ 113.022,31	R\$ (14.083,50)	R\$ 288.341,81	R\$ 15.435.120,48	R\$ 13.938.101,76	0,82802%
	Renovação	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.435.120,48	R\$ 13.938.101,76	0,00000%
13º Termo Aditivo	CCT 2015 - Complementar	R\$ -	R\$ -	R\$ 520.216,84	R\$ 15.955.337,32	R\$ 14.458.318,60	0,00000%
14º Termo Aditivo	Alteração de Quadro	R\$ -	R\$ (1.604.062,17)	R\$ -	R\$ 14.351.275,15	R\$ 14.458.318,60	0,00000%
15º Termo Aditivo	Alteração de Quadro	R\$ -	R\$ (282,12)	R\$ -	R\$ 14.350.993,03	R\$ 14.458.318,60	0,00000%
	Adequação de Insumos	R\$ -	R\$ (13.642,14)	R\$ -	R\$ 14.337.350,89	R\$ 14.458.318,60	0,00000%
16º Termo Aditivo	CCT 2016	R\$ -	R\$ -	R\$ 710.278,50	R\$ 15.047.629,39	R\$ 15.168.597,10	0,00000%
17º Termo Aditivo	CCT 2016 (Complementar)	R\$ -	R\$ -	R\$ 82.667,01	R\$ 15.130.296,40	R\$ 15.251.264,11	0,00000%
18º Termo Aditivo	Alteração de Insumos	R\$ -	R\$ (4.010,82)	R\$ -	R\$ 15.126.285,78	R\$ 15.251.264,11	0,00000%
19º Termo Aditivo	Reajuste LDI, Insumos, etc	R\$ -	R\$ -	R\$ 14.501,30	R\$ 15.140.787,08	R\$ 15.265.765,41	0,00000%
	Alteração de Rubrica (ISSQN)	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.220,12	R\$ 15.149.007,20	R\$ 15.273.985,53	0,00000%
	Adequação de Insumos	R\$ (51.119,76)	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.097.887,44	R\$ 15.273.985,53	-0,33469%
	Complemento das Alterações Ocorridas no Período (3)	R\$ -	R\$ (568.664,75)	R\$ 102.320,31	R\$ 14.631.543,00	R\$ 15.376.305,84	0,00000%
	Renovação	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 14.631.543,00	R\$ 15.376.305,84	0,00000%
20º Termo Aditivo	Alteração de Quadro	R\$ 1.153.484,84	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.785.037,84	R\$ 15.376.305,84	7,50177%
21º Termo Aditivo	Adequação de Insumos	R\$ -	R\$ (21.921,60)	R\$ -	R\$ 15.763.116,24	R\$ 15.376.305,84	0,00000%
	Alteração de Quadro	R\$ -	R\$ (3.300,50)	R\$ -	R\$ 15.759.815,74	R\$ 15.376.305,84	0,00000%
22º Termo Aditivo	CCT 20017	R\$ -	R\$ -	R\$ 226.526,31	R\$ 15.986.342,05	R\$ 15.602.832,15	0,00000%
23º Termo Aditivo	Adequação de Insumos	R\$ -	R\$ (39.137,14)	R\$ -	R\$ 15.947.204,91	R\$ 15.602.832,15	0,00000%
	Alteração de Quadro	R\$ -	R\$ (11.808,59)	R\$ -	R\$ 15.935.596,32	R\$ 15.602.832,15	0,00000%
24º Termo Aditivo	CCT 2017 complementar	R\$ -	R\$ -	R\$ 379.566,60	R\$ 16.315.162,92	R\$ 15.982.398,75	0,00000%
25º Termo Aditivo	CCT 2017 complementar	R\$ -	R\$ -	R\$ 103.032,50	R\$ 16.418.195,42	R\$ 16.085.431,25	0,00000%
26º Termo Aditivo	CCT 2017 - Retrativa 2016	R\$ -	R\$ -	R\$ 518.280,18	R\$ 16.936.475,60	R\$ 16.603.711,43	0,00000%
	CCT 2017 complementar	R\$ -	R\$ -	R\$ 169.081,30	R\$ 17.105.536,90	R\$ 16.772.772,73	0,00000%
27º Termo Aditivo	Reajuste LDI, Insumos, etc (18.09.2017 a 31.10.2017)	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.991,77	R\$ 17.111.528,67	R\$ 16.778.764,60	0,00000%
	Complemento das Alterações Ocorridas no Período (4)	R\$ -	R\$ (43.888,57)	R\$ (18.713,34)	R\$ 17.049.128,76	R\$ 16.760.051,16	0,00000%
	Renovação	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 17.049.128,76	R\$ 16.760.051,16	0,00000%
TOTAL		R\$ 2.692.055,52	R\$ (2.414.827,58)	R\$ 5.131.901,52	R\$ 17.049.128,76	R\$ 16.760.051,16	19,99979%



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Saldo Percentual Remanescente para Acréscimo	5,00021%
Saldo Remanescente para Acréscimo	R\$ 838.037,14

Saldo Percentual Remanescente para Supressão	8,54390%
Saldo Remanescente para Supressão	R\$ 1.431.961,30

- (1) Complementação de valores referente a alterações ocorridas durante o período de vigência contrato: de 01.11.2013 a 01.11.2014.
- (2) Complementação de valores referente a alterações ocorridas durante o período de vigência contrato: de 01.11.2014 a 01.11.2015.
- (3) Complementação de valores referentes às alterações ocorridas durante o período de vigência contrato: de 01.11.2015 a 01.11.2016.
- (4) Complementação de valores referentes às alterações ocorridas durante o período de vigência contrato: de 01.11.2016 a 31.10.2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Percentual Utilizado do Permissivo Legal para Supressão
0,00000%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
-0,00507%
0,00000%
0,00000%
-0,06231%
-0,02532%
0,00000%
-0,00375%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
-0,56674%
-0,10318%
0,00000%
0,00000%
-11,09439%
-0,00195%
-0,09435%
0,00000%
0,00000%
-0,02630%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
-3,72309%
0,00000%
0,00000%
-0,14257%
-0,02148%
0,00000%
-0,25083%
-0,07440%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
0,00000%
-0,26037%
0,00000%
-16,48610%

[Assinatura]



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV - PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO				TOTAL
CONTRATO Nº 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TDA.				
2º TERMO ADITIVO - Reajuste LDI, Insumos, Vale Transporte e Limpeza Caixas D'Água + Renovação				
GRUPO A - REMUNERAÇÃO				
SUBGRUPO A.1. - SALÁRIOS				
QUANT.	CARGO	JORNADA MENSAL	SALÁRIO	TOTAL
CURVELO				
Buenópolis, Conceição do Mato Dentro, Corinto, Curvelo, Diamantina, Serró				
16	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 14.709,12
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	-
0	Jardineiro - 20h (salário/220*100)	100	R\$ 608,13	-
1	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	R\$ 1.216,27
10	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ 14.431,60
2	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ 3.914,76
0	Copeira	200	R\$ 964,28	-
8	Recepcionista	200	R\$ 1.499,67	R\$ 11.997,36
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	-
9	Vigia	220	R\$ 1.243,84	R\$ 11.194,56
46	TOTAL			R\$ 67.483,87
FETHEMG INTERIOR				
Comarcas: Almorós, Aracuaí, Conselheiro Pena, Geseg Interior (Reserva), Galiléia, Guanhães, Itamarandiba, Jacinto, Mantena, Minas Novas, Peçanha, Resplendor, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santa Maria do Suaçuí, São João Evangelista, Turmalina, Virgíópolis				
30	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 27.579,60
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	-
0	Jardineiro - 20h (salário/220*100)	100	R\$ 608,14	-
1	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	R\$ 1.216,27
20	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ 28.863,20
4	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ 7.829,52
0	Copeira	200	R\$ 964,28	-
22	Recepcionista	200	R\$ 1.499,68	R\$ 32.992,96
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	-
37	Vigia	220	R\$ 1.243,84	R\$ 46.022,08
114	TOTAL			R\$ 144.503,63
VALE DO MUCURI				
Comarcas: Águas Formosas, Almenara, Capelinha, Carlos Chagas, Itambacuri, Jequitinhonha, Malacacheta, Medina, Nanuque, Novo Cruzeiro, Pedra Azul				
21	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 19.305,72
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	-
1	Jardineiro - 20h (salário/220*100)	100	R\$ 608,14	R\$ 608,14
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	-
9	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ 12.988,44
5	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ 9.786,90
0	Copeira	200	R\$ 964,28	-
12	Recepcionista	200	R\$ 1.499,68	R\$ 17.996,16
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	-
8	Vigia	220	R\$ 1.243,84	R\$ 9.950,72
66	TOTAL			R\$ 70.636,68
VALE DO MUCURI				
Teófilo Otoni				
7	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 949,75	R\$ 6.648,25
1	Encarregado	200	R\$ 1.418,65	R\$ 1.418,65
1	Jardineiro - 20h (salário/220*100)	100	R\$ 661,20	R\$ 661,20
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.322,39	-
4	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ 5.772,64
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ 1.957,38
0	Copeira	200	R\$ 1.044,72	-
3	Recepcionista	200	R\$ 1.630,42	R\$ 4.891,26
1	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$ 1.953,46
10	Vigia	220	R\$ 1.352,34	R\$ 13.523,40
28	TOTAL			R\$ 38.826,24
GOVERNADOR VALADARES				
10	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 949,75	R\$ 9.497,50
1	Encarregado	200	R\$ 1.418,65	R\$ 1.418,65
0	Jardineiro - 20h (salário/220*100)	100	R\$ 661,20	-
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.322,39	-
6	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ 8.658,96
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ 1.957,38
1	Copeira	200	R\$ 1.044,73	R\$ 1.044,73
3	Recepcionista	200	R\$ 1.630,42	R\$ 4.891,26
2	Secretária	200	R\$ 1.924,15	R\$ 3.848,30
8	Vigia	220	R\$ 1.352,34	R\$ 10.818,72
32	TOTAL			R\$ 42.136,50
MONTES CLAROS				
13	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 949,74	R\$ 12.346,82
1	Encarregado	200	R\$ 1.418,64	R\$ 1.418,64
0	Jardineiro - 20h (salário/220*100)	100	R\$ 661,19	-
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.322,38	-
5	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ 7.215,80

81



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1	Assistência de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ 1.957,38
1	Copeira	200	R\$ 1.044,73	R\$ 1.044,73
2	Recepcionista	200	R\$ 1.630,42	R\$ 3.260,84
2	Secretária	200	R\$ 1.924,15	R\$ 3.848,30
12	Vigia	220	R\$ 1.352,35	R\$ 16.228,20
37	TOTAL:			R\$ 47.329,61



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SETHAC NORTE DE MINAS					
Comarcas: Bocalúva, Brasília de Minas, Coração de Jesus, Espinosa, Francisco Sá, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Manga, Montalvânia, Monte Azul, Pirapora, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Salinas, São Francisco, São João da Ponte, São João do Paralelo, São Romão, Talobelas, Várzea da Palma					
35	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$	919,32	R\$ 32.178,20
0	Encarregado	200	R\$	1.304,85	R\$ -
0	Jardineiro - 20h (salário/220*100)	100	R\$	608,13	R\$ -
1	Jardineiro - 40h	200	R\$	1.216,27	R\$ 1.216,27
18	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,18	R\$ 25.978,88
9	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ 17.616,42
0	Copeira	200	R\$	964,28	R\$ -
22	Recepcionista	200	R\$	1.499,67	R\$ 32.992,74
0	Secretária	200	R\$	1.953,48	R\$ -
23	Vigia	220	R\$	1.243,84	R\$ 28.608,32
168	TOTAL				R\$ 138.866,83
SINTTEL					
Almenara, Bocalúva, Curvelo, Geseg Interior (Reserva), Governador Valadares, Janaúba, Januária, Mantena, Montes Claros, Nanuque, Pirapora					
16	Telefonista	150	R\$	1.648,62	R\$ 26.345,92
16	TOTAL				R\$ 26.345,92
437	TOTAL SUBGRUPO A.1				R\$ 563.818,38
SUBGRUPO A.2 - ADICIONAIS					
HORA EXTRA - R\$8.000,00/Mês (inclusive com a súmula 444 TST - Vigias jornada 12x36)				R\$	9.879,18
GRATIFICAÇÃO - Acúmulo de função para todos os "Auxiliares de Serviços Gerais - com GAF" - conforme convenção coletiva				R\$	14.671,58
ADICIONAL NOTURNO (120 horas por mês considerando o cargo de Vigia - Noturno - N)				R\$	6.876,29
TOTAL SUBGRUPO A.2.				R\$	31.427,04
TOTAL DO GRUPO A				R\$	595.245,42
GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)					
INSS		20,00%	R\$		119.049,08
FGTS		8,00%	R\$		47.619,63
SESC		1,50%	R\$		8.928,88
SENAC		1,00%	R\$		5.952,45
INCRA		0,20%	R\$		1.190,49
SEBRAE		0,60%	R\$		3.571,47
SALÁRIO EDUCAÇÃO		2,50%	R\$		14.881,14
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT (com incidência do Fator Acidentário de Prevenção - FAP) *		2,00%	R\$		11.904,91
TOTAL GERAL DO GRUPO B		35,80%	R\$		213.097,88
GRUPO C - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS - LDI (% SOBRE GRUPO A)					
DESPESAS ADMINISTRATIVAS					
DESPESAS OPERACIONAIS					
LUCRO					
SUPERVISÃO					
OUTRAS DESPESAS (tais como treinamento e/ou reciclagem de pessoal, despesas bancárias da conta vinculada, etc)					
TOTAL GERAL DO GRUPO C			R\$		19.574,67
GRUPO D - INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA					
UNIFORMES E EPI'S / EPC'S (inclusive dos substitutos)			R\$		21.047,27
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS			R\$		2.024,80
FERRAMENTAL PARA JARDIM			R\$		28,93
MATERIAIS DE CONSUMO - SEMESTRAL			R\$		1.604,76
MATERIAIS DE CONSUMO - ANUAL			R\$		352,40
PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE			R\$		33.688,31
DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA			R\$		4.377,33
VALE-LANCHE			R\$	9,80	157.635,28
DESCONTO DO VALE-LANCHE (20% DO VALOR DO VALE-LANCHE)		20,00%	-R\$		30.453,48
VALE-TRANSPORTE			R\$	2,99	28.745,88
DESCONTO DO VALE-TRANSPORTE (6% do Subgrupo A.1 - SALÁRIO)		6,00%	-R\$		16.914,55
PAT. PAF, PQM, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE, SEGURO DE VIDA EM GRUPO, ETC.			R\$		9.442,18
TOTAL GERAL DO GRUPO D			R\$		211.679,11
GRUPO E - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS - NA OCORRÊNCIA (% SOBRE GRUPO A)					
REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM (Considerar 8 diárias no valor de 140,00 por mês)			R\$	140,00	R\$ 840,00
SUBSTITUIÇÕES DE FALTAS LEGAIS / INJUSTIFICADAS E RESPECTIVOS REFLEXOS (AUXILIO DOENÇA ≤15 DIAS.		2,06%	R\$		12.262,05
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS SOBRE SUBSTITUIÇÕES*		0,74%	R\$		4.389,82
AVISO PRÉVIO INDENIZADO E RESPECTIVOS REFLEXOS		2,26%	R\$		13.452,54
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO		0,18%	R\$		952,41
INCIDENÇÃO ADICIONAL (ART. 9º DA LEI 7.238/84)		0,08%	R\$		476,19
TOTAL GERAL DO GRUPO E		6,30%	R\$		32.373,01
GRUPO F - CONTA VINCULADA (% SOBRE GRUPO A)					
FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS		11,11%	R\$		66.131,77
13º SALÁRIO		8,33%	R\$		49.583,95
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO *		6,98%	R\$		41.426,22
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FGTS - LEI COMOLMENTAR Nº 110/01)		0,80%	R\$		4.781,97
INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (MULTA FGTS)		3,20%	R\$		19.047,87
TOTAL GERAL DO GRUPO F		30,40%	R\$		180.981,78
SUBTOTAL MENSAL (GRUPO A + GRUPO B + GRUPO C + GRUPO D + GRUPO E + GRUPO F)				R\$	1.262.821,76
GRUPO G - TRIBUTOS (% SOBRE O SUBTOTAL MENSAL)					
TRIBUTOS		DIRBEP / GECONT / COMPOS		VALOR	
ISSQN (ALÍQUOTAS VARIADAS)				R\$	50.157,92



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PIS		LIVROS PERCENTUAIS	R\$	21.027,25
COFINS			R\$	96.753,81
TOTAL GERAL DO GRUPO G			R\$	107.938,98
TOTAL GERAL MENSAL			R\$	1.420.760,73



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO				TOTAL 37.01
CONTRATO Nº 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TDA.				
2º TERMO ADITIVO - Reajuste LDI, Insumos, Vale Transporte e Limpeza Caixas D'Água + Renovação				
GRUPO A - REMUNERAÇÃO				
SUBGRUPO A.1. - SALÁRIOS				
QUANT.	CARGO	JORNADA MENSAL	SALÁRIO	TOTAL
CURVELO Buenópolis, Conceição do Mato Dentro, Corinto, Curvelo, Diamantina, Serro				
16	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 14.709,12
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	R\$ -
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 608,13	R\$ -
1	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	R\$ 1.216,27
17	TOTAL			R\$ 16.925,39
FETHEMO INTERIOR Comarcas: Almorés, Aracuai, Conselheiro Pena, Galiléia, Geog Interior (Reserva), Guanhães, Itamarandiba, Jacinto, Mantena, Minas Novas, Peçanha, Resplendor, Rio Vermelho, Sabinoópolis, Santa Maria do Suaçuí, São João Evangelista, Turmalina, Virgíópolis				
30	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 27.579,60
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	R\$ -
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 608,14	R\$ -
1	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	R\$ 1.216,27
31	TOTAL			R\$ 28.785,87
VALE DO MUCURI Comarcas: Águas Formosas, Almonara, Capelinha, Carlos Chagas, Itambacuri, Jequitinhonha, Malacacheta, Medina, Nanuque, Novo Cruzeiro, Pedra Azul				
21	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 19.305,72
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	R\$ -
1	Jardineiro - 20h	100	R\$ 608,14	R\$ 608,14
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	R\$ -
22	TOTAL			R\$ 19.913,96
VALE DO MUCURI Teófilo Otoni				
7	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 949,75	R\$ 6.848,25
1	Encarregado	200	R\$ 1.418,65	R\$ 1.418,65
1	Jardineiro - 20h	100	R\$ 661,20	R\$ 661,20
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.322,39	R\$ -
9	TOTAL			R\$ 8.728,10
GOVERNADOR VALADARES				
10	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 949,75	R\$ 9.497,50
1	Encarregado	200	R\$ 1.418,65	R\$ 1.418,65
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 661,20	R\$ -
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.322,39	R\$ -
11	TOTAL			R\$ 10.916,15
MONTES CLAROS				
13	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 949,74	R\$ 12.346,82
1	Encarregado	200	R\$ 1.418,64	R\$ 1.418,64
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 661,19	R\$ -
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.322,38	R\$ -
14	TOTAL			R\$ 13.785,26
GETHAC NORTE DE MINAS Comarcas: Bocaiuva, Brasília de Minas, Coração de Jesus, Espinosa, Francisco Sá, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Manga, Montalvânia, Monte Azul, Pirapora, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Salinas, São Francisco, São João de Ponte, São João do Paraíso, São Romão, Telcelinas, Várzea da Palma				
35	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 32.176,20
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	R\$ -
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 608,13	R\$ -
1	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	R\$ 1.216,27
36	TOTAL			R\$ 33.392,47
140	TOTAL SUBGRUPO A.1			R\$ 131.437,10
SUBGRUPO A.2. - ADICIONAIS				
HORA EXTRA - R\$8 000,00/Mês (inclusive com a súmula 444 TST - Vigias jornada 12x36)			R\$	3.588,10
GRATIFICAÇÃO - Acúmulo de função para todos os "Auxiliares de Serviços Gerais" - conforme convenção coletiva			R\$	14.671,56
ADICIONAL NOTURNO (120 horas por mês considerando o cargo de Vigia - Noturno - N)			R\$	-
TOTAL SUBGRUPO A.2			R\$	18.259,66
TOTAL DO GRUPO A			R\$	149.696,76



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)			
INSS	20,00%	R\$	29.939,35
FGTS	8,00%	R\$	11.975,74
SESC	1,50%	R\$	2.245,45
SENAC	1,00%	R\$	1.496,97
INCRÁ	0,20%	R\$	299,39
SEBRAE	0,60%	R\$	898,18
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	3.742,42
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT (com incidência do Fator Acidentário de Prevenção - FAP) *	2,00%	R\$	2.993,94
TOTAL GERAL DO GRUPO B	35,80%	R\$	53.591,44
GRUPO C - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS - LDI (% SOBRE GRUPO A)			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
LUCRO			
SUPERVISÃO			
OUTRAS DESPESAS (tais como treinamento e/ou reciclagem de pessoal, despesas bancárias da conta vinculada, etc)			
TOTAL GERAL DO GRUPO C		R\$	7.252,80
GRUPO D - INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA			
UNIFORMES E EPI'S / EPC'S (Inclusive dos substitutos)		R\$	6.943,67
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$	2.024,80
FERRAMENTAL PARA JARDIM		R\$	28,93
MATERIAIS DE CONSUMO - SEMESTRAL		R\$	1.604,78
MATERIAIS DE CONSUMO - ANUAL		R\$	352,40
PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	33.688,31
DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA		R\$	4.377,33
VALE-LANCHE		R\$	50.635,20
DESCONTO DO VALE-LANCHE (20% DO VALOR DO VALE-LANCHE)	20,00%	-R\$	10.127,04
VALE-TRANSPORTE	R\$ 2,99	R\$	9.209,20
DESCONTO DO VALE-TRANSPORTE (8% do Subgrupo A.1 - SALÁRIO)	8,00%	-R\$	3.943,11
PAT. PAF, PQM, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE, SEGURO DE VIDA EM GRUPO, ETC.		R\$	4.302,94
TOTAL GERAL DO GRUPO D		R\$	99.097,38
GRUPO E - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS - NA OCORRÊNCIA (% SOBRE GRUPO A)			
REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM	R\$ 140,00	R\$	-
SUBSTITUIÇÕES DE FALTAS LEGAIS / INJUSTIFICADAS E RESPECTIVOS REFLEXOS (AUXÍLIO DOENÇA ≤15 DIAS)	2,08%	R\$	3.083,78
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS SOBRE SUBSTITUIÇÕES*	0,74%	R\$	1.103,98
AVISO PRÉVIO INDENIZADO E RESPECTIVOS REFLEXOS	2,26%	R\$	3.383,14
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,16%	R\$	239,52
INDENIZAÇÃO ADICIONAL (ART. 9º DA LEI 7.238/84)	0,08%	R\$	119,76
TOTAL GERAL DO GRUPO E	2,50%	R\$	7.930,16
GRUPO F - CONTA VINCULADA (% SOBRE GRUPO A)			
FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	11,11%	R\$	16.631,31
13º SALÁRIO	8,33%	R\$	12.489,74
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO *	8,96%	R\$	10.418,17
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FGTS - LEI COMOLMENTAR Nº 110/01)	0,80%	R\$	1.197,58
INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (MULTA FGTS)	3,20%	R\$	4.790,30
TOTAL GERAL DO GRUPO F	30,40%	R\$	45.507,10
SUBTOTAL MENSAL (GRUPO A + GRUPO B + GRUPO C + GRUPO D + GRUPO E + GRUPO F)		R\$	363.055,65
GRUPO G - TRIBUTOS (% SOBRE O SUBTOTAL MENSAL)			
TRIBUTOS		VALOR	
ISSQN (ALÍQUOTAS VARIADAS)	DIVERSOS PERCENTUAIS	R\$	13.988,39
PIS		R\$	6.085,12
COFINS		R\$	27.999,80
TOTAL GERAL DO GRUPO G		R\$	48.071,31
TOTAL GERAL MENSAL		R\$	411.156,96

X



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO					37.01
CONTRATO Nº 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TDA.					ISSQN 2,00%
27º TERMO ADITIVO - Reajuste LDI, Insumos, Vale Transporte e Limpeza Calças D'Água + Renovação					
GRUPO A - REMUNERAÇÃO					
SUBGRUPO A.1 - SALÁRIOS					
QUANT.	CARGO	JORNADA MENSAL	SALÁRIO		TOTAL
CURVELO					
6	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$	919,32	R\$ 5.515,92
0	Encarregado	200	R\$	1.304,85	-
0	Jardineiro - 20h	100	R\$	608,13	-
1	Jardineiro - 40h	200	R\$	1.216,27	1.216,27
7	TOTAL			R\$	6.732,19
FETHEMO INTERIOR					
Comarcas: Santa Maria do Suaçuí, Virgíópolis					
3	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$	919,32	R\$ 2.757,96
0	Encarregado	200	R\$	1.304,85	-
0	Jardineiro - 20h	100	R\$	608,14	-
0	Jardineiro - 40h	200	R\$	1.216,27	-
3	TOTAL			R\$	2.757,96
VALE DO MUCURI					
0	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$	919,32	-
0	Encarregado	200	R\$	1.304,85	-
0	Jardineiro - 20h	100	R\$	608,14	-
0	Jardineiro - 40h	200	R\$	1.216,27	-
0	TOTAL			R\$	-
VALE DO MUCURI					
0	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$	949,75	-
0	Encarregado	200	R\$	1.418,85	-
0	Jardineiro - 20h	100	R\$	661,20	-
0	Jardineiro - 40h	200	R\$	1.322,39	-
0	TOTAL			R\$	-
GOVERNADOR VALADARES					
0	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$	949,75	-
0	Encarregado	200	R\$	1.418,85	-
0	Jardineiro - 20h	100	R\$	661,20	-
0	Jardineiro - 40h	200	R\$	1.322,39	-
0	TOTAL			R\$	-
MONTES CLAROS					
0	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$	949,74	-
0	Encarregado	200	R\$	1.418,84	-
0	Jardineiro - 20h	100	R\$	661,19	-
0	Jardineiro - 40h	200	R\$	1.322,38	-
0	TOTAL			R\$	-
BETHAC NORTE DE MINAS					
Comarcas: Francisco Sá, Grão Mogol, Janaúba, Manga, São Francisco, São Romão					
11	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$	919,32	R\$ 10.112,52
0	Encarregado	200	R\$	1.304,85	-
0	Jardineiro - 20h	100	R\$	608,13	-
0	Jardineiro - 40h	200	R\$	1.216,27	-
11	TOTAL			R\$	10.112,52
21	TOTAL SUBGRUPO A.1			R\$	19.892,67
SUBGRUPO A.2 - ADICIONAIS					
HORA EXTRA - R\$8.000,00/Mês (inclusive com a súmula 444 TST - Vigias jornada 12x36)					R\$ 494,28
GRATIFICAÇÃO - Acúmulo de função para todos os "Auxiliares de Serviços Gerais" - conforme convenção coletiva					R\$ 2.206,37
ADICIONAL NOTURNO (120 horas por mês considerando o cargo de Vigia - Noturno - N)					R\$ -
TOTAL SUBGRUPO A.2					R\$ 2.700,65
TOTAL DO GRUPO A					R\$ 22.593,32



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)			
INSS	20,00%	R\$	4.480,66
FGTS	8,00%	R\$	1.784,27
SESC	1,50%	R\$	334,55
SENAC	1,00%	R\$	223,03
INCRA	0,20%	R\$	44,61
SEBRAE	0,80%	R\$	133,82
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	557,58
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT (com incidência do Fator Acidentário de Prevenção - FAP) *	2,00%	R\$	446,07
TOTAL GERAL DO GRUPO B	35,50%	R\$	7.984,59

GRUPO C - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS - LDI (% SOBRE GRUPO A)			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
LUCRO			
SUPERVISÃO			
OUTRAS DESPESAS (tais como treinamento e/ou reciclagem de pessoal, despesas bancárias da conta vinculada, etc)			
TOTAL GERAL DO GRUPO C		R\$	1.003,34

GRUPO D - INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA			
UNIFORMES E EPI'S / EPC'S (inclusive dos substitutos)		R\$	1.045,89
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$	289,97
FERRAMENTAL PARA JARDIM		R\$	2,60
MATERIAIS DE CONSUMO - SEMESTRAL		R\$	181,14
MATERIAIS DE CONSUMO - ANUAL		R\$	45,81
PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	4.552,38
DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA		R\$	619,00
VALE-LANCHE		R\$	7.595,28
DESCONTO DO VALE-LANCHE (20% DO VALOR DO VALE-LANCHE)	20,00%	-R\$	1.519,06
VALE-TRANSPORTE	R\$ 2,99	R\$	1.381,38
DESCONTO DO VALE-TRANSPORTE (6% do Subgrupo A.1 - SALÁRIO)	6,00%	-R\$	588,08
PAT. PAF. PQM. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE, SEGURO DE VIDA EM GRUPO, ETC.		R\$	496,19
TOTAL GERAL DO GRUPO D		R\$	14.082,61

GRUPO E - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS - NA OCORRÊNCIA (% SOBRE GRUPO A)			
REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM		R\$ 140,00	
SUBSTITUIÇÕES DE FALTAS LEGAIS / INJUSTIFICADAS E RESPECTIVOS REFLEXOS (AUXÍLIO DOENÇA ≤15)	2,06%	R\$	459,45
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS SOBRE SUBSTITUIÇÕES*	0,74%	R\$	164,48
AVISO PRÉVIO INDENIZADO E RESPECTIVOS REFLEXOS	2,26%	R\$	504,05
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,16%	R\$	35,69
INDENIZAÇÃO ADICIONAL (ART. 9º DA LEI 7.238/84)	0,08%	R\$	17,84
TOTAL GERAL DO GRUPO E	2,80%	R\$	1.181,61

GRUPO F - CONTA VINCULADA (% SOBRE GRUPO A)			
FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	11,11%	R\$	2.477,90
13º SALÁRIO	8,33%	R\$	1.857,87
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO *	6,96%	R\$	1.552,20
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FGTS - LEI COMPLEMENTAR Nº 110/01)	0,80%	R\$	178,43
INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (MULTA FGTS)	3,20%	R\$	713,71
TOTAL GERAL DO GRUPO F	30,40%	R\$	6.780,11

SUBTOTAL MENSAL (GRUPO A + GRUPO B + GRUPO C + GRUPO D + GRUPO E + GRUPO F)	R\$	63.335,37
--	------------	------------------

GRUPO G - TRIBUTOS (% SOBRE O SUBTOTAL MENSAL)			
TRIBUTOS	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA S/ FATURAMENTO	VALOR
ISSQN (ALÍQUOTAS VARIADAS)	2,00%	2,23%	R\$ 1.189,08
PIS	1,48%	1,65%	R\$ 879,81
COFINS	6,81%	7,59%	R\$ 4.048,76
TOTAL GERAL DO GRUPO G	10,29%	11,47%	R\$ 6.117,73

TOTAL GERAL MENSAL	R\$	69.453,10
---------------------------	------------	------------------

Handwritten signature



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO				37.01
CONTRATO Nº 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TDA.				ISSQN 3,00%
27º TERMO ADITIVO - Reajuste LDI, Insumos, Vale Transporte e Limpeza Caixas D'Água + Renovação				
GRUPO A - REMUNERAÇÃO				
SUBGRUPO A.1. - SALÁRIOS				
QUANT.	CARGO	JORNADA MENSAL	SALÁRIO	TOTAL
CURVELO Buenópolis, Conceição do Mato Dentro, Corinto, Diamantina				
8	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 7.354,56
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	-
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 608,13	-
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	-
8	TOTAL			R\$ 7.354,56
FETHEMG INTERIOR Almoreds, Aracuaí, Conselheiro Pena, Galliléia, Itamarandiba, Jacinto, Mantena, Minas Novas, Rio Vermelho, Sabinópolis, São João Evangelista, Turmalina				
20	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 18.386,40
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	-
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 608,14	-
1	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	R\$ 1.216,27
21	TOTAL			R\$ 19.602,67
VALE DO MUCURI Capelinha, Itambacuri, Medina, Nanuque, Pedra Azul				
10	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 9.193,20
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	-
1	Jardineiro - 20h	100	R\$ 608,14	R\$ 608,14
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	-
11	TOTAL			R\$ 9.801,34
VALE DO MUCURI Teófilo Otoni				
7	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 949,75	R\$ 6.648,25
1	Encarregado	200	R\$ 1.418,65	R\$ 1.418,65
1	Jardineiro - 20h	100	R\$ 681,20	R\$ 681,20
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.322,39	-
9	TOTAL			R\$ 8.728,10
GOVERNADOR VALADARES				
0	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 949,75	-
0	Encarregado	200	R\$ 1.418,65	-
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 681,20	-
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.322,39	-
0	TOTAL			R\$ -
MONTES CLAROS				
13	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 949,74	R\$ 12.346,62
1	Encarregado	200	R\$ 1.418,64	R\$ 1.418,64
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 681,19	-
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.322,38	-
14	TOTAL			R\$ 13.765,26
BETHAC NORTE DE MINAS Bocaiúva, Brasília de Minas, Espinosa, Januária, Montalvânia, Monte Azul, Pirapora, Porteirinha, Salinas, São João da Ponte, São João do Paraisópolis, Talobetras				
19	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 17.467,08
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	-
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 608,13	-
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	-
19	TOTAL			R\$ 17.467,08
62	TOTAL SUBGRUPO A.1			R\$ 78.719,01
SUBGRUPO A.2. - ADICIONAIS				
HORA EXTRA - R\$8.000,00/Mês (inclusive com a súmula 444 TST - Vigias jornada 12x36)			R\$	2.050,34
GRATIFICAÇÃO - Acúmulo de função para todos os "Auxiliares de Serviços Gerais" - conforme convenção coletiva			R\$	8.567,53
ADICIONAL NOTURNO (120 horas por mês considerando o cargo de Vigia - Noturno - N)			R\$	-
TOTAL SUBGRUPO A.2.			R\$	10.617,88
TOTAL DO GRUPO A			R\$	87.336,89



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)			
INSS	20,00%	R\$	17.487,38
FGTS	8,00%	R\$	6.986,95
SESC	1,50%	R\$	1.310,05
SENAC	1,00%	R\$	873,37
INCRA	0,20%	R\$	174,67
SEBRAE	0,60%	R\$	524,02
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	2.183,42
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT (com incidência do Fator Acidentário de Prevenção - FAP) *	2,00%	R\$	1.746,74
TOTAL GERAL DO GRUPO B	35,80%	R\$	31.268,81
GRUPO C - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS - LDI (% SOBRE GRUPO A)			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
LUCRO			
SUPERVISÃO			
OUTRAS DESPESAS (tais como treinamento e/ou reciclagem de pessoal, despesas bancárias da conta vinculada, etc)			
TOTAL GERAL DO GRUPO C		R\$	4.110,45
GRUPO D - INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA			
UNIFORMES E EPI'S / EPC'S (inclusive dos substitutos)		R\$	4.063,28
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$	1.280,12
FERRAMENTAL PARA JARDIM		R\$	26,33
MATERIAIS DE CONSUMO - SEMESTRAL		R\$	1.140,19
MATERIAIS DE CONSUMO - ANUAL		R\$	223,55
PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	19.785,22
DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA		R\$	2.644,12
VALE-LANCHE		R\$	29.657,76
DESCONTO DO VALE-LANCHE (20% DO VALOR DO VALE-LANCHE)	20,00%	-R\$	5.931,55
VALE-TRANSPORTE	R\$ 2,99	R\$	5.393,96
DESCONTO DO VALE-TRANSPORTE (6% do Subgrupo A.1 - SALÁRIO)	6,00%	-R\$	2.301,57
PAT. PAF. PQM. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE, SEGURO DE VIDA EM GRUPO, ETC.		R\$	2.474,33
TOTAL GERAL DO GRUPO D		R\$	66.465,74
GRUPO E - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS - NA OCORRÊNCIA (% SOBRE GRUPO A)			
REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM	R\$ 140,00		
SUBSTITUIÇÕES DE FALTAS LEGAIS / INJUSTIFICADAS E RESPECTIVOS REFLEXOS (AUXÍLIO DOENÇA ≤15 DIAS)	2,08%	R\$	1.799,14
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS SOBRE SUBSTITUIÇÕES*	0,74%	R\$	644,09
AVISO PRÉVIO INDENIZADO E RESPECTIVOS REFLEXOS	2,26%	R\$	1.973,61
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,16%	R\$	139,74
INDENIZAÇÃO ADICIONAL (ART. 9º DA LEI 7.239/84)	0,08%	R\$	69,87
TOTAL GERAL DO GRUPO E	2,50%	R\$	4.626,65
GRUPO F - CONTA VINCULADA (% SOBRE GRUPO A)			
FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	11,11%	R\$	9.703,13
13º SALÁRIO	8,33%	R\$	7.275,16
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO *	6,96%	R\$	6.078,23
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FGTS - LEI COMPLEMENTAR Nº 110/01)	0,80%	R\$	698,70
INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (MULTA FGTS)	3,20%	R\$	2.794,78
TOTAL GERAL DO GRUPO F	30,40%	R\$	26.650,00
SUBTOTAL MENSAL (GRUPO A + GRUPO B + GRUPO C + GRUPO D + GRUPO E + GRUPO F)		R\$	212.365,33
GRUPO G - TRIBUTOS (% SOBRE O SUBTOTAL MENSAL)			
TRIBUTOS	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA S/ FATURAMENTO	VALOR
ISSQN (ALÍQUOTAS VARIADAS)	3,00%	3,38%	R\$ 7.181,78
PIS	1,48%	1,67%	R\$ 3.543,01
COFINS	6,81%	7,88%	R\$ 16.302,65
TOTAL GERAL DO GRUPO G	11,29%	12,73%	R\$ 27.027,44
TOTAL GERAL MENSAL			R\$ 239.392,77

88

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO				37.01
CONTRATO Nº 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TDA.				ISSQN 5,00%
27º TERMO ADITIVO - Reajuste LDI, Insumos, Vale Transporte e Limpeza Caixas D'Água + Renovação				
GRUPO A - REMUNERAÇÃO				
SUBGRUPO A.1. - SALÁRIOS				
QUANT.	CARGO	JORNADA MENSAL	SALÁRIO	TOTAL
CURVELO Serra				
2	Auxiliar de Serviços Gerais - GAF	200	R\$ 919,32	R\$ 1.838,64
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	R\$ -
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 608,13	R\$ -
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	R\$ -
2	TOTAL			R\$ 1.838,64
FETHEMG INTERIOR Comarcas: Guanhães, Geseg Interior (Reserva), Peçanha, Reoplendor				
7	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 6.435,24
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	R\$ -
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 608,14	R\$ -
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	R\$ -
7	TOTAL			R\$ 6.435,24
VALE DO MUCURI Comarcas: Águas Formosas, Almenara, Carlos Chagas, Jequidinhonha, Malacacheta, Novo Cruzeiro				
11	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 10.112,52
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	R\$ -
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 608,14	R\$ -
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	R\$ -
11	TOTAL			R\$ 10.112,52
VALE DO MUCURI				
0	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 949,75	R\$ -
0	Encarregado	200	R\$ 1.418,85	R\$ -
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 681,20	R\$ -
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.322,39	R\$ -
0	TOTAL			R\$ -
GOVERNADOR VALADARES				
10	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 949,75	R\$ 9.497,50
1	Encarregado	200	R\$ 1.418,85	R\$ 1.418,85
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 681,20	R\$ -
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.322,39	R\$ -
11	TOTAL			R\$ 10.916,15
MONTES CLAROS				
0	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 949,74	R\$ -
0	Encarregado	200	R\$ 1.418,84	R\$ -
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 681,19	R\$ -
0	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.322,38	R\$ -
0	TOTAL			R\$ -
BETHAC NORTE DE MINAS Coração de Jesus, Rio Pardo de Minas, Várzea da Palma				
5	Auxiliar de Serviços Gerais	200	R\$ 919,32	R\$ 4.596,60
0	Encarregado	200	R\$ 1.304,85	R\$ -
0	Jardineiro - 20h	100	R\$ 608,13	R\$ -
1	Jardineiro - 40h	200	R\$ 1.216,27	R\$ 1.216,27
6	TOTAL			R\$ 5.812,87
37	TOTAL SUBGRUPO A.1			R\$ 36.115,42
SUBGRUPO A.2. - ADICIONAIS				
HORA EXTRA - R\$8.000,00/Mês (inclusive com a súmula 444 TST - Vigias jornada 12x36)			R\$	1.043,48
GRATIFICAÇÃO - Acúmulo de função para todos os "Auxiliares de Serviços Gerais" - conforme convenção coletiva			R\$	3.897,66
ADICIONAL NOTURNO (120 horas por mês considerando o cargo de Vigia - Noturno - N)				
TOTAL SUBGRUPO A.2			R\$	4.941,14
TOTAL DO GRUPO A			R\$	40.056,56



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)			
INSS	20,00%	R\$	8.011,31
FGTS	8,00%	R\$	3.204,52
SESC	1,50%	R\$	600,85
SENAC	1,00%	R\$	400,67
INCRA	0,20%	R\$	80,11
SEBRAE	0,80%	R\$	240,34
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	1.001,41
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT (com incidência do Fator Acidentário de Prevenção - FAP) *	2,00%	R\$	801,13
TOTAL GERAL DO GRUPO B	35,80%	R\$	14.340,25
GRUPO C - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS - LDI (% SOBRE GRUPO A)			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
LUCRO			
SUPERVISÃO			
OUTRAS DESPESAS (tais como treinamento e/ou reciclagem de pessoal, despesas bancárias da conta vinculada, etc)			
TOTAL GERAL DO GRUPO C		R\$	2.140,01
GRUPO D - INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA			
UNIFORMES E EPI'S / EPC'S (Inclusive dos substitutos)		R\$	1.834,50
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS			R\$ 464,71
FERRAMENTAL PARA JARDIM		R\$	-
MATERIAIS DE CONSUMO - SEMESTRAL		R\$	283,43
MATERIAIS DE CONSUMO - ANUAL		R\$	83,04
PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	9.350,71
DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA		R\$	1.114,21
VALE-LANCHE		R\$	13.382,16
DESCONTO DO VALE-LANCHE (20% DO VALOR DO VALE-LANCHE)	20,00%	-R\$	2.678,43
VALE-TRANSPORTE	R\$ 2,98	R\$	2.433,88
DESCONTO DO VALE-TRANSPORTE (8% do Subgrupo A.1 - SALÁRIO)	6,00%	-R\$	1.053,46
PAT. PAF. PQM. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE, SEGURO DE VIDA EM GRUPO, ETC.		R\$	1.332,42
TOTAL GERAL DO GRUPO D		R\$	28.549,14
GRUPO E - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS - NA OCORRÊNCIA (% SOBRE GRUPO A)			
REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM		R\$	140,00
SUBSTITUIÇÕES DE FALTAS LEGAIS / INJUSTIFICADAS E RESPECTIVOS REFLEXOS (AUXILIO DOENÇA ≤15 DIAS)	2,08%	R\$	825,17
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS SOBRE SUBSTITUIÇÕES*	0,74%	R\$	295,41
AVISO PRÉVIO INDENIZADO E RESPECTIVOS REFLEXOS	2,26%	R\$	905,28
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,16%	R\$	64,09
INDENIZAÇÃO ADICIONAL (ART. 9º DA LEI 7.238/84)	0,08%	R\$	32,05
TOTAL GERAL DO GRUPO E	2,50%	R\$	2.122,00
GRUPO F - CONTA VINCULADA (% SOBRE GRUPO A)			
FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	11,11%	R\$	4.450,28
13º SALÁRIO	8,33%	R\$	3.336,71
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO *	6,98%	R\$	2.787,74
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FGTS - LEI COMOLMENTAR Nº 110/01)	0,80%	R\$	320,45
INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (MULTA FGTS)	3,20%	R\$	1.281,81
TOTAL GERAL DO GRUPO F	30,40%	R\$	12.176,99
SUBTOTAL MENSAL (GRUPO A + GRUPO B + GRUPO C + GRUPO D + GRUPO E + GRUPO F + GRUPO G)		R\$	97.384,95
GRUPO G - TRIBUTOS (% SOBRE O SUBTOTAL MENSAL)			
TRIBUTOS	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA S/ FATURAMENTO	VALOR
ISSQN (ALÍQUOTAS VARIADAS)	5,00%	5,77%	R\$ 5.615,55
PIS	1,48%	1,71%	R\$ 1.662,20
COFINS	6,81%	7,85%	R\$ 7.648,39
TOTAL GERAL DO GRUPO G	13,29%	15,33%	R\$ 14.926,14
TOTAL GERAL MENSAL		R\$	112.311,09



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO					TOTAL 37.02	
CONTRATO Nº 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TDA.						
2º TERMO ADITIVO - Reajuste LDI, Insumos, Vale Transporte e Limpeza Calças D'Água + Renovação						
GRUPO A - REMUNERAÇÃO						
SUBGRUPO A.1. - SALÁRIOS						
QUANT.	CARGO	JORNADA MENSAL	SALÁRIO		TOTAL	
CURVELO						
Buenópolis, Conceição do Mato Dentro, Corinto, Curvelo, Diamantina, Serró						
10	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$	14.431,60
2	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$	3.914,76
0	Copeira	200	R\$	984,28	R\$	-
8	Recepcionista	200	R\$	1.499,67	R\$	11.997,36
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$	-
9	Vigia	200	R\$	1.243,84	R\$	11.194,56
29	TOTAL				R\$	41.538,28
FETHEMG INTERIOR						
Comarcas: Almerós, Arscual, Conselheiro Pena, Galiléia, Geseg Interior (Reserva), Guanhães, Itamarandiba, Jacinto, Mantena, Minas Novas, Peçanha, Resplendor, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santa Maria do Suaçuí, São João Evangelista, Turmalina, Virgíópolis						
20	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$	28.863,20
4	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$	7.829,52
0	Copeira	200	R\$	984,28	R\$	-
22	Recepcionista	200	R\$	1.499,68	R\$	32.992,96
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$	-
37	Vigia	200	R\$	1.243,84	R\$	46.022,08
63	TOTAL				R\$	116.707,76
VALE DO MUCURI						
Comarcas: Águas Formosas, Almenara, Capelinha, Carlos Chagas, Itambacuri, Jequitinhonha, Malacachota, Medina, Nanuque, Novo Cruzeiro, Pedra Azul						
9	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$	12.988,44
5	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$	9.786,90
0	Copeira	200	R\$	984,28	R\$	-
12	Recepcionista	200	R\$	1.499,68	R\$	17.996,16
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$	-
8	Vigia	200	R\$	1.243,84	R\$	9.950,72
34	TOTAL				R\$	60.722,22
VALE DO MUCURI						
Teófilo Otoni						
4	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$	5.772,64
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$	1.957,38
0	Copeira	200	R\$	1.044,72	R\$	-
3	Recepcionista	200	R\$	1.630,42	R\$	4.891,26
1	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$	1.953,46
10	Vigia	200	R\$	1.352,34	R\$	13.523,40
19	TOTAL				R\$	28.098,14
GOVERNADOR VALADARES						
6	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$	8.658,96
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$	1.957,38
1	Copeira	200	R\$	1.044,73	R\$	1.044,73
3	Recepcionista	200	R\$	1.630,42	R\$	4.891,26
2	Secretária	200	R\$	1.924,15	R\$	3.848,30
8	Vigia	200	R\$	1.352,34	R\$	10.818,72
21	TOTAL				R\$	31.219,35
MONTES CLAROS						
5	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$	7.215,80
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$	1.957,38
1	Copeira	200	R\$	1.044,73	R\$	1.044,73
2	Recepcionista	200	R\$	1.630,42	R\$	3.260,84
2	Secretária	200	R\$	1.924,15	R\$	3.848,30
12	Vigia	200	R\$	1.352,35	R\$	16.228,20
23	TOTAL				R\$	33.665,25
BETHAC NORTE DE MINAS						
Comarcas: Bocaiuva, Brasília de Minas, Coração de Jesus, Espinosa, Francisco Sá, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Manga, Montalvânia, Monte Azul, Pirapora, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Salinas, São Francisco, São João da Ponte, São João do Paraíso, São Romão, Talcoelras, Várzea da Palma						
18	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$	25.976,88
9	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$	17.616,42
0	Copeira	200	R\$	984,28	R\$	-
22	Recepcionista	200	R\$	1.499,67	R\$	32.992,74
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$	-
23	Vigia	200	R\$	1.243,84	R\$	28.608,32
72	TOTAL				R\$	106.194,36
SINTEL						
Almenara, Bocaiuva, Curvelo, Geseg Interior (Reserva), Governador Valadares, Janaúba, Januária, Mantena, Montes Claros, Nanuque, Pirapora, Teófilo Otoni						
16	Telefonista	150	R\$	1.848,62	R\$	26.345,92
16	TOTAL				R\$	26.345,92
DIREP / GECONT / COMPOS					R\$ 432.361,28	
297	TOTAL SUBGRUPO A.1					

11



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUBGRUPO A.2 - ADICIONAIS			
HORA EXTRA - R\$8.000,00/Mês (inclusive com a súmula 444 TST - Vigias jornada 12x36)	R\$		6.291,08
GRATIFICAÇÃO - Acúmulo de função para todos os "Auxiliares de Serviços Gerais - com GAF" - conforme convenção coletiva	R\$		-
ADICIONAL NOTURNO (120 horas por mês considerando o cargo de Vigia - Noturno - N)	R\$		6.876,29
TOTAL SUBGRUPO A.2	R\$		13.167,38
TOTAL DO GRUPO A	R\$		448.848,66
GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)			
INSS	20,00%	R\$	89.109,73
FGTS	8,00%	R\$	35.643,89
SESC	1,50%	R\$	6.683,23
SENAC	1,00%	R\$	4.455,49
INCRÁ	0,20%	R\$	891,10
SEBRAE	0,80%	R\$	2.673,29
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	11.138,72
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT (com incidência do Fator Acidentário de Provenção - FAP) *	2,00%	R\$	8.910,97
TOTAL GERAL DO GRUPO B	35,80%	R\$	169.808,42
GRUPO C - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS - LDI (% SOBRE GRUPO A)			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$	-
DESPESAS OPERACIONAIS		R\$	-
LUCRO		R\$	-
SUPERVISÃO		R\$	-
OUTRAS DESPESAS (tais como treinamento e/ou reciclagem de pessoal, despesas bancárias da conta vinculada, etc)		R\$	-
TOTAL GERAL DO GRUPO C		R\$	12.311,77
GRUPO D - INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA			
UNIFORMES E EPI'S / EPC'S (inclusive dos substitutos)		R\$	14.103,60
VALE-LANCHE		R\$	107.000,08
DESCONTO DO VALE-LANCHE (20% DO VALOR DO VALE-LANCHE)	20,00%	-R\$	20.326,42
VALE-TRANSPORTE	R\$ 2,99	R\$	19.536,66
DESCONTO DO VALE-TRANSPORTE (6% do Subgrupo A.1 - SALÁRIO)	6,00%	-R\$	12.971,44
PAT. PAF. PQM. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE, SEGURO DE VIDA EM GRUPO, ETC.		R\$	5.139,24
TOTAL GERAL DO GRUPO D		R\$	112.461,73
GRUPO E - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS - NA OCORRÊNCIA (% SOBRE GRUPO A)			
REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM	R\$ 140,00	R\$	840,00
SUBSTITUIÇÕES DE FALTAS LEGAIS / INJUSTIFICADAS E RESPECTIVOS REFLEXOS (AUXÍLIO DOENÇA ≤15 DIAS,	2,06%	R\$	9.178,29
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS SOBRE SUBSTITUIÇÕES*	0,74%	R\$	3.285,84
AVISO PRÉVIO INDENIZADO E RESPECTIVOS REFLEXOS	2,26%	R\$	10.069,40
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,16%	R\$	712,89
INDENIZAÇÃO ADICIONAL (ART. 9º DA LEI 7.238/84)	0,08%	R\$	356,43
TOTAL GERAL DO GRUPO E	2,80%	R\$	24.442,85
GRUPO F - CONTA VINCULADA (% SOBRE GRUPO A)			
FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	11,11%	R\$	49.500,46
13º SALÁRIO	8,33%	R\$	37.114,21
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO *	6,96%	R\$	31.008,05
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FGTS - LEI COMOLMENTAR Nº 110/01)	0,80%	R\$	3.564,39
INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (Multa FGTS)	3,20%	R\$	14.257,57
TOTAL GERAL DO GRUPO F	30,40%	R\$	135.444,68
SUBTOTAL MENSAL (GRUPO A + GRUPO B + GRUPO C + GRUPO D + GRUPO E + GRUPO F)		R\$	669.736,10
GRUPO G - TRIBUTOS (% SOBRE O SUBTOTAL MENSAL)			
TRIBUTOS	DIVERSOS PERCENTUAIS		VALOR
ISSQN (ALÍQUOTAS VARIADAS)		R\$	36.171,63
PIS		R\$	14.942,13
COFINS		R\$	68.754,01
TOTAL GERAL DO GRUPO G		R\$	119.867,67
TOTAL GERAL MENSAL		R\$	1.009.803,77

88

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO				37.02	
CONTRATO Nº 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TDA.				ISSQN 2,00%	
27º TERMO ADITIVO - Reajuste LDI, Insumos, Vale Transporte e Limpeza Caixas D'Água + Renovação					
GRUPO A - REMUNERAÇÃO					
SUBGRUPO A.1. - SALÁRIOS					
QUANT.	CARGO	JORNADA MENSAL	SALÁRIO		TOTAL
CURVELO					
Curvelo (Vigia)					
0	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ -
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ -
0	Copeira	200	R\$	964,28	R\$ -
0	Recepcionista	200	R\$	1.499,67	R\$ -
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$ -
5	Vigia	200	R\$	1.243,84	R\$ 6.219,20
5	TOTAL				R\$ 6.219,20
FETHEMO INTERIOR					
Santa Maria do Suaçuí					
0	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ -
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ -
0	Copeira	200	R\$	964,28	R\$ -
1	Recepcionista	200	R\$	1.499,68	R\$ 1.499,68
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$ -
0	Vigia	200	R\$	1.243,84	R\$ -
1	TOTAL				R\$ 1.499,68
VALE DO MUCURI					
Águas Formosas (Vigia), Carlos Chagas (Vigia)					
0	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ -
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ -
0	Copeira	200	R\$	964,28	R\$ -
0	Recepcionista	200	R\$	1.499,68	R\$ -
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$ -
2	Vigia	200	R\$	1.243,84	R\$ 2.487,68
2	TOTAL				R\$ 2.487,68
VALE DO MUCURI					
Teófilo Otoni					
4	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ 5.772,64
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ 1.957,38
0	Copeira	200	R\$	1.044,72	R\$ -
3	Recepcionista	200	R\$	1.630,42	R\$ 4.891,28
1	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$ 1.953,46
10	Vigia	200	R\$	1.352,34	R\$ 13.523,40
19	TOTAL				R\$ 28.098,14
GOVERNADOR VALADARES					
0	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ -
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ -
0	Copeira	200	R\$	1.044,73	R\$ -
0	Recepcionista	200	R\$	1.630,42	R\$ -
0	Secretária	200	R\$	1.924,15	R\$ -
0	Vigia	200	R\$	1.352,34	R\$ -
0	TOTAL				R\$ -
MONTES CLAROS					
0	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ -
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ -
0	Copeira	200	R\$	1.044,73	R\$ -
0	Recepcionista	200	R\$	1.630,42	R\$ -
0	Secretária	200	R\$	1.924,15	R\$ -
0	Vigia	200	R\$	1.352,35	R\$ -
0	TOTAL				R\$ -
BETHAC NORTE DE MINAS					
Coração de Jesus (Vigia), Francisco Sá, Grão Mogol, Janaúba					
2	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ 2.886,32
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ 1.957,38
0	Copeira	200	R\$	964,28	R\$ -
4	Recepcionista	200	R\$	1.499,67	R\$ 5.998,68
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$ -
0	Vigia	200	R\$	1.243,84	R\$ -
7	TOTAL				R\$ 10.842,38
SINTTEL					
Janaúba, Teófilo Otoni					
3	Telefonista	150	R\$	1.646,62	R\$ 4.939,88
3	TOTAL				R\$ 4.939,88
DIRSEP / GECONT / COMPOS					
37	TOTAL SUBGRUPO A.1				R\$ 84.088,94

RR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUBGRUPO A.2 - ADICIONAIS			
HORA EXTRA - R\$8.000,00/Mês (inclusive com a súmula 444 TST - Vigias jornada 12x36)	R\$		1.207,19
GRATIFICAÇÃO - Acúmulo de função para todos os "Auxiliares de Serviços Gerais - com GAF" - conforme convenção coletiva	R\$		-
ADICIONAL NOTURNO (120 horas por mês considerando o cargo de Vigia - Noturno - N)	R\$		1.334,48
TOTAL SUBGRUPO A.2	R\$		2.541,67
TOTAL DO GRUPO A	R\$		56.628,61
GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)			
INSS	20,00%	R\$	11.325,72
FGTS	8,00%	R\$	4.530,29
BESC	1,50%	R\$	849,43
SENAC	1,00%	R\$	566,29
INCRA	0,20%	R\$	113,26
SEBRAE	0,60%	R\$	339,77
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	1.415,72
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT (com incidência do Fator Acidentário de Prevenção - FAP) *	2,00%	R\$	1.132,57
TOTAL GERAL DO GRUPO B	35,80%	R\$	20.273,04
GRUPO C - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS - LDI (% SOBRE GRUPO A)			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
LUCRO			
SUPERVISÃO			
OUTRAS DESPESAS (tais como treinamento e/ou reciclagem de pessoal, despesas bancárias da conta vinculada, etc)			
TOTAL GERAL DO GRUPO C		R\$	2.004,96
GRUPO D - INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA			
UNIFORMES E EPI'S / EPC'S (inclusive dos substitutos)		R\$	2.053,15
VALE-LANCHE		R\$	13.303,62
DESCONTO DO VALE-LANCHE (20% DO VALOR DO VALE-LANCHE)	20,00%	-R\$	2.459,42
VALE-TRANSPORTE	R\$ 2,99	R\$	2.433,88
DESCONTO DO VALE-TRANSPORTE (6% do Subgrupo A.1 - SALÁRIO)	6,00%	-R\$	1.822,61
PAT. PAF, PQM, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE, SEGURO DE VIDA EM GRUPO, ETC.		R\$	1.122,26
TOTAL GERAL DO GRUPO D		R\$	14.830,88
GRUPO E - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS - NA OCORRÊNCIA (% SOBRE GRUPO A)			
REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM	R\$ 140,00	R\$	280,00
SUBSTITUIÇÕES DE FALTAS LEGAIS / INJUSTIFICADAS E RESPECTIVOS REFLEXOS (AUXÍLIO DOENÇA ≤15 DIAS)	2,06%	R\$	1.166,66
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS SOBRE SUBSTITUIÇÕES*	0,74%	R\$	417,82
AVISO PRÉVIO INDENIZADO E RESPECTIVOS REFLEXOS	2,26%	R\$	1.279,81
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,16%	R\$	90,61
INDENIZAÇÃO ADICIONAL (ART. 9º DA LEI 7.238/84)	0,08%	R\$	45,30
TOTAL GERAL DO GRUPO E	2,50%	R\$	3.279,89
GRUPO F - CONTA VINCULADA (% SOBRE GRUPO A)			
FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	11,11%	R\$	6.291,44
13º SALÁRIO	8,33%	R\$	4.717,18
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO *	8,96%	R\$	3.941,08
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FGTS - LEI COMOLMENTAR Nº 110/01)	0,80%	R\$	453,03
INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (MULTA FGTS)	3,20%	R\$	1.812,12
TOTAL GERAL DO GRUPO F	30,40%	R\$	17.214,83
SUBTOTAL MENSAL (GRUPO A + GRUPO B + GRUPO C + GRUPO D + GRUPO E + GRUPO F)		R\$	114.232,19
GRUPO G - TRIBUTOS (% SOBRE O SUBTOTAL MENSAL)			
TRIBUTOS	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA S/ FATURAMENTO	VALOR
ISSQN (ALÍQUOTAS VARIADAS)	2,00%	2,23%	R\$ 2.548,70
PIS	1,48%	1,65%	R\$ 1.884,58
COFINS	6,81%	7,59%	R\$ 8.671,51
TOTAL GERAL DO GRUPO G	10,29%	11,47%	R\$ 13.102,77
TOTAL GERAL MENSAL		R\$	127.334,96

18

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO					37.02
CONTRATO Nº 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TDA.					ISSQN 3,00%
2º TERMO ADITIVO - Reajuste LDI, Insumos, Vale Transporte e Limpeza Caixas D'Água + Renovação					
GRUPO A - REMUNERAÇÃO					
SUBGRUPO A.1. - SALÁRIOS					
QUANT.	CARGO	JORNADA MENSAL	SALÁRIO	TOTAL	
CURVELO					
Buenópolis, Conceição do Mato Dentro, Corinto, Curvelo					
7	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ 10.102,12	
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ 1.957,38	
0	Copeira	200	R\$ 964,28	R\$ -	
4	Recepcionista	200	R\$ 1.499,67	R\$ 5.998,68	
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$ -	
2	Vigia	200	R\$ 1.243,84	R\$ 2.487,68	
14	TOTAL			R\$ 20.546,66	
FETHEMG INTERIOR					
Aracuaí, Conselheiro Pena, Galiléia, Itamarandiba, Jacinto, Mantena, Minas Novas, Rio Vermelho, Sabinópolis, São João Evangelista, Turmalina, Virgínia					
9	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ 12.988,44	
3	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ 5.872,14	
0	Copeira	200	R\$ 964,28	R\$ -	
12	Recepcionista	200	R\$ 1.499,68	R\$ 17.996,16	
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$ -	
6	Vigia	200	R\$ 1.243,84	R\$ 7.463,04	
30	TOTAL			R\$ 44.319,78	
VALE DO MUCURI					
Comarcas: Águas Formosas, Capelinha, Itambacuri, Malacacheta, Medina, Nanuque, Pedra Azul					
6	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ 8.658,96	
4	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ 7.829,52	
0	Copeira	200	R\$ 964,28	R\$ -	
7	Recepcionista	200	R\$ 1.499,68	R\$ 10.497,76	
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$ -	
4	Vigia	200	R\$ 1.243,84	R\$ 4.975,36	
21	TOTAL			R\$ 31.961,60	
VALE DO MUCURI					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ -	
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ -	
0	Copeira	200	R\$ 1.044,72	R\$ -	
0	Recepcionista	200	R\$ 1.630,42	R\$ -	
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$ -	
0	Vigia	200	R\$ 1.352,34	R\$ -	
0	TOTAL			R\$ -	
GOVERNADOR VALADARES					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ -	
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ -	
0	Copeira	200	R\$ 1.044,73	R\$ -	
0	Recepcionista	200	R\$ 1.630,42	R\$ -	
0	Secretária	200	R\$ 1.924,15	R\$ -	
0	Vigia	200	R\$ 1.352,34	R\$ -	
0	TOTAL			R\$ -	
MONTES CLAROS					
5	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ 7.215,80	
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ 1.957,38	
1	Copeira	200	R\$ 1.044,73	R\$ 1.044,73	
2	Recepcionista	200	R\$ 1.630,42	R\$ 3.260,84	
2	Secretária	200	R\$ 1.924,15	R\$ 3.848,30	
0	Vigia	200	R\$ 1.352,35	R\$ -	
11	TOTAL			R\$ 17.327,05	
BETHAC NORTE DE MINAS					
Bocaiuva, Brasília de Minas, Coração de Jesus, Espinosa, Januária, Manga (Vigia), Montalvânia, Monte Azul, Pirapora, Porteirinha, Rio Pardo de Minas (Vigia), Salinas, São Francisco, São João da Ponte, São João do Paraíso, São Romão, Talobelas, Várzea da Palma					
14	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$ 20.204,24	
7	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$ 13.701,66	
0	Copeira	200	R\$ 964,28	R\$ -	
16	Recepcionista	200	R\$ 1.499,67	R\$ 23.994,72	
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$ -	
19	Vigia	200	R\$ 1.243,84	R\$ 23.632,96	
66	TOTAL			R\$ 81.533,58	
SINTTEL					
Bocaiuva, Curvelo, Januária, Mantena, Montes Claros, Nanuque, Pirapora					
8	Telefonista	150	R\$ 1.846,62	R\$ 13.172,96	
8	TOTAL			R\$ 13.172,96	
DIRSEP / GECONT / COMPOS					
140	TOTAL SUBGRUPO A.1			R\$ 208.660,63	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUBGRUPO A.2 - ADICIONAIS			
HORA EXTRA - R\$8.000,00/Mês (inclusive com a súmula 444 TST - Vigias jornada 12x36)	R\$		2.985,08
GRATIFICAÇÃO - Acúmulo de função para todos os "Auxiliares de Serviços Gerais - com GAF" - conforme convenção coletiva			
ADICIONAL NOTURNO (120 horas por mês considerando o cargo de Vigia - Noturno - N)	R\$		2.845,53
TOTAL SUBGRUPO A.2.	R\$		5.830,62
TOTAL DO GRUPO A	R\$		214.591,45
GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)			
INSS	20,00%	R\$	42.938,29
FGTS	8,00%	R\$	17.175,32
SESC	1,50%	R\$	3.220,37
SENAC	1,00%	R\$	2.148,91
INCRA	0,20%	R\$	429,38
SEBRAE	0,60%	R\$	1.288,15
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	5.387,29
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT (com incidência do Fator Acidentário de Prevenção - FAP) *	2,00%	R\$	4.293,83
TOTAL GERAL DO GRUPO B	28,80%	R\$	76.869,54
GRUPO C - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS - LOI (% SOBRE GRUPO A)			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
LUCRO			
SUPERVISÃO			
OUTRAS DESPESAS (tais como treinamento e/ou reciclagem de pessoal, despesas bancárias da conta vinculada, etc)			
TOTAL GERAL DO GRUPO C		R\$	5.478,44
GRUPO D - INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA			
UNIFORMES E EPI'S / EPC'S (inclusive dos substitutos)		R\$	5.618,28
VALE-LANCHE		R\$	50.425,76
DESCONTO DO VALE-LANCHE (20% DO VALOR DO VALE-LANCHE)	20,00%	-R\$	9.548,35
VALE-TRANSPORTE	R\$ 2,99	R\$	9.209,20
DESCONTO DO VALE-TRANSPORTE (6% do Subgrupo A.1 - SALÁRIO)	8,00%	-R\$	6.285,82
PAT. PAF. PQM. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE, SEGURO DE VIDA EM GRUPO. ETC.		R\$	2.416,36
TOTAL GERAL DO GRUPO D		R\$	51.858,42
GRUPO E - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS - NA OCORRÊNCIA (% SOBRE GRUPO A)			
REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM	R\$ 140,00	R\$	280,00
SUBSTITUIÇÕES DE FALTAS LEGAIS / INJUSTIFICADAS E RESPECTIVOS REFLEXOS (AUXILIO DOENÇA ≤15 DIAS.	2,06%	R\$	4.422,64
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS SOBRE SUBSTITUIÇÕES*	0,74%	R\$	1.583,31
AVISO PRÉVIO INDENIZADO E RESPECTIVOS REFLEXOS	2,28%	R\$	4.852,03
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,16%	R\$	343,51
INDENIZAÇÃO ADICIONAL (ART. 9º DA LEI 7.238/84)	0,08%	R\$	171,75
TOTAL GERAL DO GRUPO E	2,50%	R\$	11.653,24
GRUPO F - CONTA VINCULADA (% SOBRE GRUPO A)			
FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	11,11%	R\$	23.852,22
13º SALÁRIO	8,33%	R\$	17.883,80
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO *	6,96%	R\$	14.941,49
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FGTS - LEI COMOLMENTAR Nº 110/01)	0,80%	R\$	1.717,53
INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (MULTA FGTS)	3,20%	R\$	6.870,13
TOTAL GERAL DO GRUPO F	30,40%	R\$	65.255,17
SUBTOTAL MENSAL (GRUPO A + GRUPO B + GRUPO C + GRUPO D + GRUPO E + GRUPO F)		R\$	428.603,26
GRUPO G - TRIBUTOS (% SOBRE O SUBTOTAL MENSAL)			
TRIBUTOS	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA S/ FATURAMENTO	VALOR
ISSQN (ALÍQUOTAS VARIADAS)	3,00%	3,38%	R\$ 14.433,68
PIS	1,48%	1,87%	R\$ 7.120,60
COFINS	6,81%	7,68%	R\$ 32.784,40
TOTAL GERAL DO GRUPO G	11,29%	12,73%	R\$ 54.318,68
TOTAL GERAL MENSAL			R\$ 481.121,92



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO				37.02	
CONTRATO Nº 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TDA.				ISSQN 3,50%	
2º TERMO ADITIVO - Realjeto LDI, Insumos, Vale Transporte e Limpeza Caixas D'Água + Renovação					
GRUPO A - REMUNERAÇÃO					
SUBGRUPO A.1 - SALÁRIOS					
QUANT.	CARGO	JORNADA MENSAL	SALÁRIO	TOTAL	
CURVELO					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,18	R\$	-
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	-
0	Copeira	200	R\$ 964,28	R\$	-
0	Recepcionista	200	R\$ 1.499,67	R\$	-
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$	-
0	Vigia	200	R\$ 1.243,84	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
FETHEMG INTERIOR Guanhães					
2	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,18	R\$	2.886,32
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	1.957,38
0	Copeira	200	R\$ 964,28	R\$	-
1	Recepcionista	200	R\$ 1.499,68	R\$	1.499,68
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$	-
0	Vigia	200	R\$ 1.243,84	R\$	-
4	TOTAL			R\$	6.343,38
VALE DO MUCURI					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,18	R\$	-
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	-
0	Copeira	200	R\$ 964,28	R\$	-
0	Recepcionista	200	R\$ 1.499,68	R\$	-
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$	-
0	Vigia	200	R\$ 1.243,84	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
VALE DO MUCURI					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,18	R\$	-
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	-
0	Copeira	200	R\$ 1.044,72	R\$	-
0	Recepcionista	200	R\$ 1.630,42	R\$	-
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$	-
0	Vigia	200	R\$ 1.352,34	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
GOVERNADOR VALADARES					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,18	R\$	-
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	-
0	Copeira	200	R\$ 1.044,73	R\$	-
0	Recepcionista	200	R\$ 1.630,42	R\$	-
0	Secretária	200	R\$ 1.924,15	R\$	-
0	Vigia	200	R\$ 1.352,34	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
MONTES CLAROS					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,18	R\$	-
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	-
0	Copeira	200	R\$ 1.044,73	R\$	-
0	Recepcionista	200	R\$ 1.630,42	R\$	-
0	Secretária	200	R\$ 1.924,15	R\$	-
0	Vigia	200	R\$ 1.352,35	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
SETHAC NORTE DE MINAS					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,18	R\$	-
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	-
0	Copeira	200	R\$ 964,28	R\$	-
0	Recepcionista	200	R\$ 1.499,67	R\$	-
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$	-
0	Vigia	200	R\$ 1.243,84	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
SINTTEL					
0	Telefonista	150	R\$ 1.646,62	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
4	TOTAL SUBGRUPO A.1			R\$	6.343,38

fl

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

SUBGRUPO A.2 - ADICIONAIS			
HORA EXTRA - R\$8.000,00/Mês (inclusive com a súmula 444 TST - Vigias jornada 12x36)	R\$	54,92	
GRATIFICAÇÃO - Acúmulo de função para todos os "Auxiliares de Serviços Gerais - com GAF" - conforme convenção coletiva			
ADICIONAL NOTURNO (120 horas por mês considerando o cargo de Vigia - Noturno - N)	R\$	-	
TOTAL SUBGRUPO A.2	R\$	54,92	
TOTAL DO GRUPO A	R\$	6.388,30	
GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)			
INSS	20,00%	R\$	1.279,68
FGTS	8,00%	R\$	511,86
SESC	1,50%	R\$	95,97
SENAC	1,00%	R\$	63,98
INCRA	0,20%	R\$	12,80
SEBRAE	0,80%	R\$	38,39
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	159,96
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT (com incidência do Fator Acidentário de Prevenção - FAP) *	2,00%	R\$	127,97
TOTAL GERAL DO GRUPO B	35,60%	R\$	2.290,59
GRUPO C - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS - LCI (% SOBRE GRUPO A)			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
LUCRO			
SUPERVISÃO			
OUTRAS DESPESAS (tais como treinamento a/bu reciclagem de pessoal, despesas bancárias da conta vinculada, etc)			
TOTAL GERAL DO GRUPO C		R\$	148,15
GRUPO D - INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA			
UNIFORMES E EPI'S / EPC'S (inclusive dos substitutos)		R\$	62,99
VALE-LANCHE		R\$	1.448,72
DESCONTO DO VALE-LANCHE (20% DO VALOR DO VALE-LANCHE)	20,00%	-R\$	289,34
VALE-TRANSPORTE	R\$ 2,99	R\$	263,12
DESCONTO DO VALE-TRANSPORTE (6% do Subgrupo A.1 - SALÁRIO)	6,00%	-R\$	190,30
PAT, PAF, PQM, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE, SEGURO DE VIDA EM GRUPO, ETC.		R\$	-
TOTAL GERAL DO GRUPO D		R\$	1.293,15
GRUPO E - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS - NA OCORRÊNCIA (% SOBRE GRUPO A)			
REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM	R\$ 140,00	R\$	-
SUBSTITUIÇÕES DE FALTAS LEGAIS / INJUSTIFICADAS E RESPECTIVOS REFLEXOS (AUXILIO DOENÇA ≤15 DIAS,	2,06%	R\$	131,80
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS SOBRE SUBSTITUIÇÕES*	0,74%	R\$	47,19
AVISO PRÉVIO INDENIZADO E RESPECTIVOS REFLEXOS	2,26%	R\$	144,60
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,16%	R\$	10,24
INDENIZAÇÃO ADICIONAL (ART. 9º DA LEI 7.238/84)	0,08%	R\$	5,12
TOTAL GERAL DO GRUPO E	2,50%	R\$	338,95
GRUPO F - CONTA VINCULADA (% SOBRE GRUPO A)			
FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	11,11%	R\$	710,85
13º SALÁRIO	8,33%	R\$	532,98
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO *	6,96%	R\$	445,29
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FGTS - LEI COMOLMENTAR Nº 110/01)	0,80%	R\$	51,19
INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (MULTA FGTS)	3,20%	R\$	204,75
TOTAL GERAL DO GRUPO F	30,40%	R\$	1.945,06
SUBTOTAL MENSAL (GRUPO A + GRUPO B + GRUPO C + GRUPO D + GRUPO E + GRUPO F)		R\$	12.416,24
GRUPO G - TRIBUTOS (% SOBRE O SUBTOTAL MENSAL)			
TRIBUTOS	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA 8/ FATURAMENTO	VALOR
ISSQN (ALÍQUOTAS VARIADAS)	3,50%	3,97%	R\$ 492,81
PIS	1,46%	1,68%	R\$ 208,30
COFINS	6,81%	7,72%	R\$ 958,48
TOTAL GERAL DO GRUPO G	11,76%	13,37%	R\$ 1.659,59
TOTAL GERAL MENSAL		R\$	14.074,83



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO				37.02	
CONTRATO Nº 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TDA.				ISSQN 4,00%	
27º TERMO ADITIVO - Reajuste LDI, Insumos, Vale Transporte e Limpeza Caixas D'Água + Renovação					
GRUPO A - REMUNERAÇÃO					
SUBGRUPO A.1 - SALÁRIOS					
QUANT.	CARGO	JORNADA MENSAL	SALÁRIO	TOTAL	
CURVELO					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$	-
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	-
0	Copeira	200	R\$ 964,28	R\$	-
0	Recepcionista	200	R\$ 1.499,67	R\$	-
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$	-
0	Vigia	200	R\$ 1.243,84	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
FETHEMG INTERIOR					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$	-
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	-
0	Copeira	200	R\$ 964,28	R\$	-
0	Recepcionista	200	R\$ 1.499,68	R\$	-
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$	-
0	Vigia	200	R\$ 1.243,84	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
VALE DO MUCURI					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$	-
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	-
0	Copeira	200	R\$ 964,28	R\$	-
0	Recepcionista	200	R\$ 1.499,68	R\$	-
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$	-
0	Vigia	200	R\$ 1.243,84	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
VALE DO MUCURI					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$	-
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	-
0	Copeira	200	R\$ 1.044,72	R\$	-
0	Recepcionista	200	R\$ 1.630,42	R\$	-
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$	-
0	Vigia	200	R\$ 1.352,34	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
GOVERNADOR VALADARES					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$	-
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	-
0	Copeira	200	R\$ 1.044,73	R\$	-
0	Recepcionista	200	R\$ 1.630,42	R\$	-
0	Secretária	200	R\$ 1.924,15	R\$	-
0	Vigia	200	R\$ 1.352,34	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
MONTES CLAROS					
0	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$	-
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	-
0	Copeira	200	R\$ 1.044,73	R\$	-
0	Recepcionista	200	R\$ 1.630,42	R\$	-
0	Secretária	200	R\$ 1.924,15	R\$	-
12	Vigia	200	R\$ 1.352,35	R\$	16.228,20
12	TOTAL			R\$	16.228,20
BETHAC NORTE DE MINAS					
Januária (Vigia), Manga, Rio Pardo do Minas, São Romão (Vigia)					
2	Assistente Administrativo	200	R\$ 1.443,16	R\$	2.886,32
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$ 1.957,38	R\$	1.957,38
0	Copeira	200	R\$ 964,28	R\$	-
2	Recepcionista	200	R\$ 1.499,67	R\$	2.999,34
0	Secretária	200	R\$ 1.953,46	R\$	-
3	Vigia	200	R\$ 1.243,84	R\$	3.731,52
8	TOTAL			R\$	11.574,68
SINTTEL					
0	Telefonista	150	R\$ 1.646,62	R\$	-
0	TOTAL			R\$	-
DIRSEP / GECOM / COMPOS					
20	TOTAL SUBGRUPO A.1			R\$	27.502,76

R



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUBGRUPO A.2 - ADICIONAIS			
HORA EXTRA - R\$8.000,00/Mês (Inclusive com a súmula 444 TST - Vigias jornada 12x36)	R\$		404,90
GRATIFICAÇÃO - Acúmulo de função para todos os "Auxiliares de Serviços Gerais - com GAF" - conforme convenção coletiva			
ADICIONAL NOTURNO (120 horas por mês considerando o cargo de Vigia - Noturno - N)	R\$		680,90
TOTAL SUBGRUPO A.2	R\$		1.085,80
TOTAL DO GRUPO A	R\$		28.588,58
GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)			
INSS	20,00%	R\$	5.777,71
FGTS	8,00%	R\$	2.311,08
SESC	1,50%	R\$	433,33
SENAC	1,00%	R\$	288,89
IN CRA	0,20%	R\$	57,78
SEBRAE	0,80%	R\$	173,33
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	722,21
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT (com incidência do Fator Acidentário de Prevenção - FAP) *	2,00%	R\$	577,77
TOTAL GERAL DO GRUPO B	35,80%	R\$	10.342,11
GRUPO C - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS - LDI (% SOBRE GRUPO A)			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
LUCRO			
SUPERVISÃO			
OUTRAS DESPESAS (tais como treinamento e/ou reciclagem de pessoal, despesas bancárias da conta vinculada, etc)			
TOTAL GERAL DO GRUPO C		R\$	291,33
GRUPO D - INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA			
UNIFORMES E EPI'S / EPC'S (Inclusive dos substitutos)		R\$	1.270,83
VALE-LANCHE		R\$	7.233,80
DESCONTO DO VALE-LANCHE (20% DO VALOR DO VALE-LANCHE)	20,00%	-R\$	1.446,72
VALE-TRANSPORTE	R\$ 2,99	R\$	1.315,80
DESCONTO DO VALE-TRANSPORTE (6% do Subgrupo A.1 - SALÁRIO)	6,00%	-R\$	834,08
PAT. PAF. PQM, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE, SEGURO DE VIDA EM GRUPO, ETC		R\$	82,06
TOTAL GERAL DO GRUPO D		R\$	7.621,09
GRUPO E - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS - NA OCORRÊNCIA (% SOBRE GRUPO A)			
REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM	R\$ 140,00	R\$	-
SUBSTITUIÇÕES DE FALTAS LEGAIS / INJUSTIFICADAS E RESPECTIVOS REFLEXOS (AUXILIO DOENÇA ≤15 DIAS,	2,06%	R\$	595,10
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS SOBRE SUBSTITUIÇÕES*	0,74%	R\$	213,05
AVISO PRÉVIO INDENIZADO E RESPECTIVOS REFLEXOS	2,26%	R\$	652,88
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,16%	R\$	46,22
INDENIZAÇÃO ADICIONAL (ART. 9º DA LEI 7.238/84)	0,08%	R\$	23,11
TOTAL GERAL DO GRUPO E	2,60%	R\$	1.530,36
GRUPO F - CONTA VINCULADA (% SOBRE GRUPO A)			
FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	11,11%	R\$	3.209,52
13º SALÁRIO	8,33%	R\$	2.406,42
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO *	6,96%	R\$	2.010,51
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FGTS - LEI COMOLMENTAR Nº 110/01)	0,80%	R\$	231,11
INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (MULTA FGTS)	3,20%	R\$	924,43
TOTAL GERAL DO GRUPO F	30,40%	R\$	8.781,09
SUBTOTAL MENSAL (GRUPO A + GRUPO B + GRUPO C + GRUPO D + GRUPO E + GRUPO F)		R\$	57.455,43
GRUPO G - TRIBUTOS (% SOBRE O SUBTOTAL MENSAL)			
TRIBUTOS	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA S/ FATURAMENTO	VALOR
ISSQN (ALÍQUOTAS VARIADAS)	4,00%	4,58%	R\$ 2.620,25
PIS	1,48%	1,69%	R\$ 969,49
COFINS	8,81%	7,78%	R\$ 4.480,97
TOTAL GERAL DO GRUPO G	12,29%	14,01%	R\$ 8.050,71
TOTAL GERAL MENSAL		R\$	65.506,14



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO					37.02
CONTRATO Nº 452/2013 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TDA.					ISSQN 5,00%
27º TERMO ADITIVO - Reajuste LDI, Insumos, Vale Transporte e Limpeza Caixas D'Água + Renovação					
GRUPO A - REMUNERAÇÃO					
SUBGRUPO A.1. - SALÁRIOS					
QUANT.	CARGO	JORNADA MENSAL	SALÁRIO		TOTAL
CURVELO Diamantina, Serro					
3	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ 4.329,48
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ 1.957,38
0	Copeira	200	R\$	964,28	R\$ -
4	Recepcionista	200	R\$	1.499,67	R\$ 5.998,68
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$ -
2	Vigia	200	R\$	1.243,84	R\$ 2.487,68
10	TOTAL				R\$ 14.773,22
FETHEMG INTERIOR Almorés, Geseg Interior (Reserva), Jacinto (Vigia), Poçanha, Resplendor					
9	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ 12.988,44
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ -
0	Copeira	200	R\$	964,28	R\$ -
8	Recepcionista	200	R\$	1.499,68	R\$ 11.997,44
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$ -
31	Vigia	200	R\$	1.243,84	R\$ 38.559,04
48	TOTAL				R\$ 63.544,92
VALE DO MUCURI Comarcas: Almenara, Carlos Chagas, Jequitinhonha, Novo Cruzeiro					
3	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ 4.329,48
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ 1.957,38
0	Copeira	200	R\$	964,28	R\$ -
5	Recepcionista	200	R\$	1.499,68	R\$ 7.498,40
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$ -
2	Vigia	200	R\$	1.243,84	R\$ 2.487,68
11	TOTAL				R\$ 16.272,94
VALE DO MUCURI					
0	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ -
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ -
0	Copeira	200	R\$	1.044,72	R\$ -
0	Recepcionista	200	R\$	1.630,42	R\$ -
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$ -
0	Vigia	200	R\$	1.352,34	R\$ -
0	TOTAL				R\$ -
GOVERNADOR VALADARES					
6	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ 8.658,96
1	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ 1.957,38
1	Copeira	200	R\$	1.044,73	R\$ 1.044,73
3	Recepcionista	200	R\$	1.630,42	R\$ 4.891,28
2	Secretária	200	R\$	1.924,15	R\$ 3.848,30
6	Vigia	200	R\$	1.352,34	R\$ 10.818,72
21	TOTAL				R\$ 31.219,36
MONTES CLAROS					
0	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ -
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ -
0	Copeira	200	R\$	1.044,73	R\$ -
0	Recepcionista	200	R\$	1.630,42	R\$ -
0	Secretária	200	R\$	1.924,15	R\$ -
0	Vigia	200	R\$	1.352,35	R\$ -
0	TOTAL				R\$ -
BETHAC NORTE DE MINAS Rio Pardo de Minas					
0	Assistente Administrativo	200	R\$	1.443,16	R\$ -
0	Assistente de Apoio à Direção do Foro	200	R\$	1.957,38	R\$ -
0	Copeira	200	R\$	964,28	R\$ -
0	Recepcionista	200	R\$	1.499,67	R\$ -
0	Secretária	200	R\$	1.953,46	R\$ -
1	Vigia	200	R\$	1.243,84	R\$ 1.243,84
1	TOTAL				R\$ 1.243,84
SINTTEL Almenara, Geseg Interior (Reserva), Governador Valadares					
5	Telefonista	150	R\$	1.646,62	R\$ 8.233,10
5	TOTAL				R\$ 8.233,10
DISSER / GECONT / COMPOS					
96	TOTAL SUBGRUPO A.1				R\$ 138.267,37

fl



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUBGRUPO A.2 - ADICIONAIS			
HORA EXTRA - R\$8.000,00/Mês (inclusive com a súmula 444 TST - Vigias jornada 12x36)	R\$		1.638,99
GRATIFICAÇÃO - Acúmulo de função para todos os "Auxiliares de Serviços Gerais - com GAF" - conforme convenção coletiva			
ADICIONAL NOTURNO (120 horas por mês considerando o cargo de Vigia - Noturno - N)	R\$		2.015,38
TOTAL SUBGRUPO A.2:	R\$		3.654,37
TOTAL DO GRUPO A	R\$		138.941,74
GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)			
INSS	20,00%	R\$	27.788,35
FGTS	8,00%	R\$	11.115,34
SESC	1,50%	R\$	2.084,13
SENAC	1,00%	R\$	1.389,42
INCRÁ	0,20%	R\$	277,88
SEBRAE	0,60%	R\$	833,65
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	3.473,54
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT (com incidência do Fator Acidentário de Prevenção - FAP) *	2,00%	R\$	2.778,63
TOTAL GERAL DO GRUPO B:	35,80%	R\$	49.741,14
GRUPO C - LÚCRO E DESPESAS INDIRETAS - LDI (% SOBRE GRUPO A)			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
LÚCRO			
SUPERVISÃO			
OUTRAS DESPESAS (tais como treinamento e/ou reciclagem de pessoal, despesas bancárias da conta vinculada, etc)			
TOTAL GERAL DO GRUPO C:		R\$	3.307,69
GRUPO D - INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA			
UNIFORMES E EPI'S / EPC'S (inclusive dos substitutos)		R\$	5.098,55
VALE-LANCHE		R\$	34.590,38
DESCONTO DO VALE-LANCHE (20% DO VALOR DO VALE-LANCHE)	20,00%	R\$	6.582,58
VALE-TRANSPORTE		R\$ 2,99	6.314,88
DESCONTO DO VALE-TRANSPORTE (8% do Subgrupo A.1 - SALÁRIO)	6,00%	R\$	4.058,62
PAT. PAF. PQM, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE, SEGURO DE VIDA EM GRUPO, ETC.		R\$	1.518,56
TOTAL GERAL DO GRUPO D		R\$	36.881,17
GRUPO E - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS - NA OCORRÊNCIA (% SOBRE GRUPO A)			
REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM		R\$ 140,00	R\$ 280,00
SUBSTITUIÇÕES DE FALTAS LEGAIS / INJUSTIFICADAS E RESPECTIVOS REFLEXOS (AUXÍLIO DOENÇA ≤15 DIAS)	2,06%	R\$	2.862,20
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS SOBRE SUBSTITUIÇÕES*	0,74%	R\$	1.024,87
AVISO PRÉVIO INDENIZADO E RESPECTIVOS REFLEXOS	2,26%	R\$	3.140,08
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,16%	R\$	222,31
INDENIZAÇÃO ADICIONAL (ART. 9º DA LEI 7.238/84)	0,08%	R\$	111,15
TOTAL GERAL DO GRUPO E	2,60%	R\$	7.640,41
GRUPO F - CONTA VINCULADA (% SOBRE GRUPO A)			
FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	11,11%	R\$	15.438,43
13º SALÁRIO	8,33%	R\$	11.573,85
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO *	6,96%	R\$	9.669,68
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FGTS - LEI COMOLMENTAR Nº 110/01)	0,80%	R\$	1.111,53
INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (MULTA FGTS)	3,20%	R\$	4.446,14
TOTAL GERAL DO GRUPO F	30,40%	R\$	42.237,63
SUBTOTAL MENSAL (GRUPO A + GRUPO B + GRUPO C + GRUPO D + GRUPO E + GRUPO F)		R\$	278.829,98
GRUPO G - TRIBUTOS (% SOBRE O SUBTOTAL MENSAL)			
TRIBUTOS	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA S/ FATURAMENTO	VALOR
ISSQN (ALÍQUOTAS VARIADAS)	5,00%	5,77%	R\$ 16.078,31
PIS	1,48%	1,71%	R\$ 4.759,18
COFINS	6,81%	7,85%	R\$ 21.898,65
TOTAL GERAL DO GRUPO G	13,29%	15,33%	R\$ 42.736,14
TOTAL GERAL MENSAL			R\$ 321.566,12

Ítems do Processo de Compra	
Item de Material/Serviço: 4626 - SERVICOS DE APOIO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	Material/Serviço: SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
Classe de Material/Serviço: SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSERVACAO E LIMPEZA DE BENS MOVEIS E IMOVEIS E INSTALACOES	Grupo de Material/Serviço: ADMINISTRACAO GERAL

Elemento Item: LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	Natureza da Despesa: SERVICOS
Unidade Orçamentária: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Órgão Demandante: TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fornecedor: 78533312000158 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	Linha de Fornecimento: NÃO SE APLICA
Data da Homologação: 28/12/2015	Cidade de Entrega: MINAS GERAIS
Quantidade Homologada: 0,0000	Unidade de Medida: 1 UNIDADE
Valor de Referência Unitário: 9.735.693,41	Valor Total de Referência: 0,00
Valor de Homologado Unitário: 0,00	Valor Total de Homologado: 0,00
Nº do Contrato: 9050116 (https://www1.compras.mg.gov.br/contrato/gestaocontratos/arquivosContrato.html?idContrato=123737)	

Item de Material/Serviço: 4626 - SERVICOS DE APOIO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	Material/Serviço: SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
Classe de Material/Serviço: SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSERVACAO E LIMPEZA DE BENS MOVEIS E IMOVEIS E INSTALACOES	Grupo de Material/Serviço: ADMINISTRACAO GERAL
Elemento Item: LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	Natureza da Despesa: SERVICOS
Unidade Orçamentária: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Órgão Demandante: TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fornecedor: 78533312000158 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	Linha de Fornecimento: LOCACAO DE MAO DE OBRA PARA APOIO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO
Data da Homologação: 28/12/2015	Cidade de Entrega: MINAS GERAIS
Quantidade Homologada: 0,0000	Unidade de Medida: 1 UNIDADE
Valor de Referência Unitário: 9.735.693,41	Valor Total de Referência: 9.735.693,41
Valor de Homologado Unitário: 9.735.693,41	Valor Total de Homologado: 9.735.693,41
Nº do Contrato: 9050116 (https://www1.compras.mg.gov.br/contrato/gestaocontratos/arquivosContrato.html?idContrato=123737)	

Item de Material/Serviço: 13048 - SERVICOS DE LIMPEZA E TRATAMENTO DE CAIXAS DAGUA E RESERVATORIOS.	Material/Serviço: SERVICOS DE LIMPEZA E TRATAMENTO DE CAIXAS DAGUA E RESERVATORIOS
Classe de Material/Serviço: SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSERVACAO E LIMPEZA DE BENS MOVEIS E IMOVEIS E INSTALACOES	Grupo de Material/Serviço: ADMINISTRACAO GERAL
Elemento Item: LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	Natureza da Despesa: SERVICOS
Unidade Orçamentária: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Órgão Demandante: TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fornecedor: 78533312000158 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	Linha de Fornecimento: NÃO SE APLICA
Data da Homologação: 28/12/2015	Cidade de Entrega: MINAS GERAIS
Quantidade Homologada: 0,0000	Unidade de Medida: 1 UNIDADE
Valor de Referência Unitário: 5.717.788,19	Valor Total de Referência: 0,00
Valor de Homologado Unitário: 0,00	Valor Total de Homologado: 0,00
Nº do Contrato: 9050116 (https://www1.compras.mg.gov.br/contrato/gestaocontratos/arquivosContrato.html?idContrato=123737)	

Item de Material/Serviço: 13048 - SERVICOS DE LIMPEZA E TRATAMENTO DE CAIXAS DAGUA E RESERVATORIOS.	Material/Serviço: SERVICOS DE LIMPEZA E TRATAMENTO DE CAIXAS DAGUA E RESERVATORIOS
Classe de Material/Serviço: SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSERVACAO E LIMPEZA DE BENS MOVEIS E IMOVEIS E INSTALACOES	Grupo de Material/Serviço: ADMINISTRACAO GERAL
Elemento Item: LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	Natureza da Despesa: SERVICOS
Unidade Orçamentária: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Órgão Demandante: TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fornecedor: 78533312000158 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	Linha de Fornecimento: SERVICOS DE LIMPEZA E TRATAMENTO DE REDE DE AGUA, PISCINAS E CAIXAS DAGUA
Data da Homologação: 28/12/2015	Cidade de Entrega: MINAS GERAIS
Quantidade Homologada: 0,0000	Unidade de Medida: 1 UNIDADE
Valor de Referência Unitário: 5.717.788,19	Valor Total de Referência: 5.717.788,19
Valor de Homologado Unitário: 5.717.788,19	Valor Total de Homologado: 5.717.788,19
Nº do Contrato: 9050116 (https://www1.compras.mg.gov.br/contrato/gestaocontratos/arquivosContrato.html?idContrato=123737)	

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 1030	Valor: 479.721,27
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 05/02/2016	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.01 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor
1767	21/10/2016	150.000,00
1919	10/11/2016	400.000,00
468	20/05/2016	300.000,00
304	20/04/2016	190.000,00
305	20/04/2016	43.000,00
138	16/03/2016	350.000,00
2138	06/12/2016	69.549,14
1236	19/08/2016	1.013.271,12
997	19/07/2016	324.063,08
768	20/06/2016	485.000,00

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 11354	Valor: 771.479,14
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 14/12/2016	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.01 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 1031	Valor: 806.538,77
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 05/02/2016	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.02 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor

2085	23/11/2016	900.000,00
1765	21/10/2016	800.000,00
1516	23/09/2016	795.398,88
466	20/05/2016	716.534,15
314	25/04/2016	200.000,00
317	25/04/2016	445.000,00
139	16/03/2016	680.000,00

Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor
2239	14/12/2016	150.000,00
888	12/07/2016	58.003,89
1234	19/08/2016	1.100.000,00
996	19/07/2016	700.936,19
767	20/06/2016	824.000,00

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 1986	Valor: 786.417,60
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 16/02/2018	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.01 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor
400	17/05/2018	730.000,00
978	18/10/2018	668.618,56
859	13/09/2018	350.000,00
764	21/08/2018	300.000,00
278	17/04/2018	150.000,00
608	11/07/2018	400.000,00
1109	13/11/2018	63.815,60
503	15/06/2018	100.000,00
161	16/03/2018	450.000,00

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 1987	Valor: 1.671.137,40
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 16/02/2018	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.02 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor
405	18/05/2018	1.000.000,00
864	14/09/2018	1.822.987,01
276	17/04/2018	1.000.000,00
609	11/07/2018	900.000,00
613	11/07/2018	900.000,00
1110	13/11/2018	375.685,79
502	15/06/2018	700.000,00
159	16/03/2018	900.000,00

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 7338	Valor: 42.298,02
---------------------	------------------

Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES
Fonte: 77 - TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: GLOBAL
Data de Registro: 04/06/2018	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.92.02 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 8457	Valor: 1.599,41
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES
Fonte: 77 - TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: GLOBAL
Data de Registro: 19/06/2018	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.92.02 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 11350	Valor: 1.750.000,00
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 14/12/2016	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.02 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 1266	Valor: 375.000,00
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 30/01/2017	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.01 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor
1127	06/07/2017	350.000,00
907	02/06/2017	300.000,00
523	19/04/2017	350.000,00
1675	21/09/2017	760.000,00
823	18/05/2017	350.000,00
1466	17/08/2017	412.023,80
302	17/03/2017	343.803,01
314	22/03/2017	400.000,00
2287	12/12/2017	64.096,66

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 1265	Valor: 800.000,00
----------------------------	-------------------

Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 30/01/2017	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.02 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor
1967	16/11/2017	12.462,77
1969	16/11/2017	161,46
1125	06/07/2017	800.000,00
892	02/06/2017	780.000,00
522	19/04/2017	900.000,00
1674	21/09/2017	1.660.000,00
822	18/05/2017	600.000,00
506	18/04/2017	860.000,00
1465	17/08/2017	1.265.000,00
116	21/02/2017	860.000,00
2263	11/12/2017	150.000,00

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 9542	Valor: 70.000,00
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 25/09/2017	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.01 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor
2270	11/12/2017	178.910,16
2159	06/12/2017	685.292,30

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 9543	Valor: 170.000,00
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 25/09/2017	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.02 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor
2265	11/12/2017	98.184,84
2158	06/12/2017	1.713.099,68

Nota de Anulação de Empenho		
Nº da Anulação	Data	Valor

Nota de Anulação de Empenho		
Nº da Anulação	Data	Valor
541	11/12/2017	-98.184,84

Nota de Empenho	
Nº do Empenho: 6654	Valor: 150.803,30
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICCIONAL	Natureza de Despesa: 92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES
Fonte: 77 - TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: GLOBAL
Data de Registro: 18/05/2018	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.92.02 0.77.1
Histórico de Referência:	



[Início \(/\)](#)
[O que é o portal \(/o-que-e\)](#)
[Legislação \(/legislacao\)](#)
[Informações Gerais \(/informacoes-gerais\)](#)
[Glossário \(/glossario\)](#)
[Perguntas frequentes \(/perguntas-frequentes\)](#)
[Fale conosco \(/fale-conosco\)](#)

[Despesas \(/despesa-estado\)](#)
[Pessoal \(/estado-pessoal\)](#)
[Receita \(/estado-receita\)](#)
[Planejamento e resultados \(/planejamento-e-resultados\)](#)
[Informações socioeconômicas \(/informacoes-socioeconomicas\)](#)
[Convênios \(/convenios\)](#)
[Transferência de Impostos a Municípios \(/transferencia-de-impostos-a-municipios\)](#)
[Compras e patrimônio \(/compras-e-patrimonio\)](#)
[Contas do Governador \(/contas-do-governador\)](#)
[Cidadania Fiscal \(/cidadania-fiscal/sobre-a-cidadania-fiscal\)](#)
[Dívida pública \(/divida-publica\)](#)
[TCE/Obras Públicas \(http://geoobras.tce.mg.gov.br/cidadao/\)](#)

[Acesso à informação \(http://www.acessoainformacao.mg.gov.br\)](#)
[Dados abertos \(/dados-abertos\)](#)
[Municípios \(https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio\)](#)

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - MG
 Cidade Administrativa
 Presidente Tancredo Neves
 Edifício Gerais - 12º Andar
 Rodovia Papa João Paulo II, 1400
 Bairro: Serra Verde - BH / MG
 CEP: 31630-901
 Telefone de contato: 31 3915 9622



(<https://www.facebook.com/cgeoficial>)



(https://twitter.com/cge_mg)

Desenvolvido pela [prodemge.gov.br](http://www.prodemge.gov.br) (<http://www.prodemge.gov.br>)

Todos os direitos reservados - [Aspectos legais e responsabilidades \(/aspectos-legais-e-responsabilidades\)](#)

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte na Av. Afonso Pena nº. 1420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, declara, a pedido da interessada, que mantém com a empresa Plansul - Planejamento e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 78.533.312/0001-58, sediada a Rua Joaquim Costa, nº 270, Agrônômica, Florianópolis, SC, o contrato abaixo discriminado:

Contrato: 407/2014

Vigência do Contrato: de 21/11/2014 a 21/11/2016

Objeto do contrato: é a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos termos do Edital da Licitação nº 132/2014, dos Anexos e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

Quantitativo atual de empregados disponibilizados 1.322

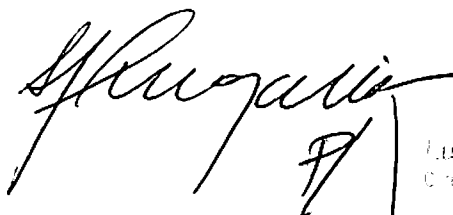
2	Arquivista
17	Articulador de Rede
69	Ascensorista
206	Auxiliar de Arquivo
7	Auxiliar de Biblioteca
5	Auxiliar de Conservação de Museu
19	Auxiliar em Saúde Bucal
6	Auxiliar de Enfermagem
21	Digitador
18	Técnico de Suporte
3	Encarregado de Serviços
208	Mensageiro
14	Mensageiro - Reserva de Contingência
319	Assistente Administrativo
15	Assistente Administrativo - Reserva de Contingência
34	Assistente de Direção Superior
1	Assistente de Direção Superior - Esp. Estatístico
10	Assistente Especializado em Suporte e Gestão de Contratos
45	Assistente Executivo
39	Recepcionista
155	Secretário(a)
5	Secretário(a) - Reserva de Contingência
23	Supervisor Administrativo 200 H
14	Supervisor Administrativo 220 H
65	Telefonista
2	Telefonista - Reserva de Contingência
1322	TOTAL

Valor do contrato: R\$ 54.543.114,01

Declaramos ainda que o serviço é prestado a contento.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2016.

Luíza Augusta de Souza
TJMG
CNPJ.: 21.154.554/0001-13
Telefone: 3249-8044



Luíza Augusta de Souza
Chefe de Departamento e Gestão
de Recursos Humanos TJMG

Plansul - Planejamento e Consultoria Ltda.
Rodrigo Breda Gualda
Administrador CRA/SC 5593

CONSELHO REGIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.863.664/0001-14

Certificamos que este Atestado/Declaração
refere-se ao Registro de Comprovação de
Aptidão para desempenho de atividades de

Administração - RCA nº 11.144, efetuada
em nome de Plasmul Planejamento

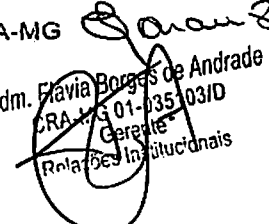
e Consultoria Ltda.

Reg nº 2886, Selo nº 8863

BH, 22/02/16

FUNC CRA-MG Saraiva

VISTO:


dm. Flavia Borges de Andrade
CRA-MG 01-03510310
Gerente
Relações Institucionais





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

549

TJ
MG

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de habilitação junto a órgãos públicos, autarquias ou entidades privadas, a pedido da interessada, que a empresa **PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI.**, inscrita no CNPJ sob o nº. **78.533.312/0001-58**, sediada na Rua Joaquim Costa, nº 270, bairro Agrônoma, Florianópolis, SC, presta, de forma contínua, ao **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TJMG**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 21.154.554/0001-13, os serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio do contrato 407/2014, utilizando o efetivo de profissionais discriminados a seguir:

CARGO	JORNADA MENSAL	QTDE
Arquivista	220 horas	2
Articulador de rede	150 horas	2
Ascensorista	150 horas	75
Ass. de Dir. Sup. Esp. Estático	200 horas	4
Ass. Esp. Suporte Gestão Contrat.	200 horas	28
Assistente administrativo	200 horas	331
Assistente de Direção Superior	200 horas	44
Assistente executivo	200 horas	55
Aux. Arquivo	220 horas	218
Auxiliar de biblioteca	200 horas	7
Auxiliar de enfermagem	150 horas	8
Auxiliar em saúde bucal	150 horas	19
Digitador	150 horas	21
Mensageiro	200 horas	227
Recepcionista	200 horas	66
Secretaria	200 horas	161
Supervisor Adm.	200 horas	19
Supervisor Adm.	220 horas	19
Técnico de suporte	200 horas	18
Telefonista	150 horas	67
Auxiliar de conservação de museu	220 horas	5
Encarregado de serviço	220 horas	2
TOTAL DE PROFISSIONAIS		1.398

Declaramos ainda que a **PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI** presta os serviços de forma satisfatória, não existindo, em nossos registros até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2018

Henrique Esteves Campolina Silva
Gerente de Compra de Bens e Serviços do TJMG
Tel. 31 3249.8011 – E-mail: gecomp@tjmg.jus.br

TJ MGSD-0
Henrique Esteves Campolina Silva
Gerente de Compra de Bens e Serviços



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Confere com o original
Data: 14/07/17 TJ: 10050740

GECONT/CONTRAT
Ct. nº. 407/2014

Publicado no Diário Oficial Eletrônico
Em 28/11/2014

CONTRATO

de prestação de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, que entre si celebram o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

Pelo presente instrumento, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte na Av. Afonso Pena nº. 1420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, neste ato representado pela Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. LÍLIAN MACIEL SANTOS, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria TJMG nº. 3.025/2014, de 17 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, a seguir denominado TRIBUNAL, e a empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA., com sede em Florianópolis/SC, na Rua Joaquim Costa, nº. 270, Bairro Agrônômica, CNPJ nº. 78.533.312/0001-58, representada por seu Procurador, Sr. RAFAEL BEDA GUALDA, CPF nº. 932.194.409-59, a seguir denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato decorrente do Processo nº. 694/2014 – Licitação nº. 132/2014 – Pregão Eletrônico, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, Leis Estaduais nº. 13.994/01 e nº. 14.167/02, Decretos Estaduais nº. 44.786/08 e nº. 45.902/12, subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666/93, pelas alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e às Cláusulas deste.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente Contrato é a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos termos do Edital da Licitação nº 132/2014, dos Anexos abaixo relacionados deste Contrato e da proposta apresentada pela CONTRATADA, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

1.1. A prestação dos serviços compreende, além dos postos de serviços, o fornecimento de uniformes necessários à execução do objeto contratual, conforme relação constante dos anexos deste Termo.

1.2. Constituem anexos deste Contrato:

- ANEXO I – QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS;
- ANEXO II – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA;
- ANEXO III – RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO;
- ANEXO IV – PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO;
- ANEXO V – PLANILHA ESTIMATIVA DE UNIFORMES EPI'S E EPC'S;
- ANEXO VI – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS;
- ANEXO VII – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS;
- ANEXO VIII – MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO;
- ANEXO IX – MODELO DE CARTA DE PREPOSIÇÃO;
- ANEXO X – FORMULÁRIO RELATÓRIO DE VIAGEM – PRESTAÇÃO DE CONTAS;
- ANEXO XI – FORMULÁRIO AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM;
- ANEXO XII – MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO;
- ANEXO XIII – TERMO DE REFERÊNCIA.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Confere com o original

Alfapelli

Data: 14/07/17 TJ: 10050760

1.3. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o TRIBUNAL e os agentes, prepostos e supervisores, profissionais, ou demais pessoas da CONTRATADA, designadas para a execução dos serviços.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: A execução dos serviços nas dependências das edificações do Poder Judiciário Estadual, localizadas nas diversas unidades do Tribunal, por profissionais pertencentes ao quadro funcional da CONTRATADA, observará o REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, previsto no art. 10, inciso II, alínea "b", da Lei Federal nº. 8.666/93.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a prestação dos serviços deverão ser observadas as seguintes disposições:

3.1. A descrição dos serviços contratados e as condições para prestação dos serviços constam do item 7 do TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº 132/2014.

3.2. JORNADA DE TRABALHO

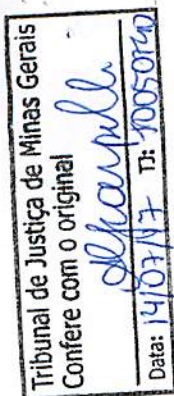
3.2.1. A jornada de trabalho para cada ocupação está prevista no item 8 do TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº. 132/2014 e estimada conforme quadro seguinte:

CATEGORIA	JORNADA
Arquivista	220h
Articulador de Rede	150h
Ascensorista	150h
Assistente Administrativo	200h
Assistente de Direção Superior	200h
Assistente de Direção Superior - Estatístico	200h
Assistente Especializado em Suporte à Gestão de Contratos	200h
Assistente Executivo	200h
Auxiliar de Arquivo	220h
Auxiliar de Biblioteca	200h
Auxiliar de Enfermagem	150h
Auxiliar em Saúde Bucal	150h
Digitador	150h
Encarregado de Serviços	220h
Messageiro	200h
Recepcionista	200h
Secretário(a)	200h
Supervisor Administrativo 220h	220h
Supervisor Administrativo 200h	200h
Técnico de Suporte	200h
Telefonista	150h

3.2.2. As jornadas constantes do subitem anterior cumpridas em 220 (duzentas e vinte) horas mensais, correspondentes a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, serão distribuídas em:

- a.1.) 8 (oito) horas e 48 (quarenta e oito) minutos diários, de segunda a sexta-feira; ou,
a.2) 8 (oito) horas diária, de segunda a sexta-feira e 4 (quatro) horas aos sábados.

J



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.2.1. A carga horária diária constante das alíneas a.1 e a.2 do subitem anterior deverá ser cumprida no horário compreendido entre 6 (seis) e 22 (vinte e duas) horas, sendo dividida em dois turnos, com intervalo para refeição de, no mínimo, 1 (uma) hora e no máximo 2 (duas) horas.

3.2.3. As jornadas constantes do subitem 3.2.1 cumpridas em 200 (duzentas) horas mensais, correspondentes a 40(quarenta) horas semanais, serão distribuídas em:

a) 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira.

3.2.3.1. A carga horária diária deverá ser cumprida no horário compreendido entre 6 (seis) e 22 (vinte e duas) horas, sendo dividida em dois turnos, com um intervalo para refeição de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas.

3.2.4. As jornadas constantes do subitem 3.2.1 cumpridas em 150 (cento e cinquenta) horas mensais, correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, serão distribuídas em:

a) 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira.

3.2.4.1. A carga horária diária deverá ser cumprida no horário compreendido entre 6 (seis) e 22 (vinte e duas) horas, em um só turno, manhã, tarde ou noite, com intervalo de 15 (quinze) minutos para descanso.

3.2.5. Nas localidades onde não houver expediente aos sábados, e havendo compatibilidade com a jornada de trabalho estabelecida para o profissional, a carga horária prevista para os sábados deverá ser redistribuída de segunda a sexta-feira, nos termos da legislação trabalhista.

3.2.5.1. Na hipótese de redistribuição da carga horária referente aos sábados, a CONTRATADA deverá celebrar acordo formal de compensação com os seus profissionais.

3.2.5.2. Excepcionalmente, de acordo com as necessidades, poderá ocorrer à convocação dos empregados da CONTRATADA para atenderem demandas fora da jornada de trabalho, como sábados, domingos, feriados ou além da jornada diária com o devido regime de compensação e banco de horas dentro do mesmo mês, desde que não dilatada a jornada máxima mensal, ficando a CONTRATADA OBRIGADA a apresentar acordo individual escrito (desde que não haja norma coletiva em sentido contrário), acordo coletivo ou convenção coletiva em que haja previsão de compensação, sob pena de a CONTRATADA arcar com os custos decorrentes do descumprimento desta cláusula, sendo que tal medida não configurará alteração da cláusula econômico-financeira do contrato.

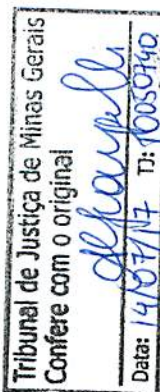
3.2.6. A forma de cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais alocados será determinada pela CONTRATADA, mediante orientação do TRIBUNAL, conforme peculiaridades do local da prestação de serviços, nos termos descritos no TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº.132/ 2014.

3.2.7. A CONTRATADA deverá submeter-se às condições contratuais, quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos pelo TRIBUNAL, em conformidade com as leis trabalhistas e ao controle da presença e permanência dos profissionais em serviço e, ainda:

3.2.7.1. Assegurar que os profissionais não executem os serviços em dias e/ou horários distintos dos previamente estabelecidos, bem como que cumpram integralmente a jornada e os horários fixados para a prestação de serviços ao TRIBUNAL, em conformidade com as leis trabalhistas, vedada à alteração do horário de trabalho sem autorização dos FISCALIS do Contrato.

3.2.7.2. Exercer, por meio de seu PREPOSTO, controle diário da frequência e pontualidade dos profissionais alocados, visando ao fiel desempenho das atividades contratadas, independente do acompanhamento do TRIBUNAL.

3.2.7.3. Estabelecer, dentro dos parâmetros legais, os critérios de intervalos para refeição que deverão ser observados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.7.4. Assegurar que a jornada de trabalho seja cumprida integralmente no local onde o profissional presta serviços, permitida a ausência somente em situações previstas em lei, mediante a imediata substituição para assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

3.2.7.5. Assegurar o cumprimento de horas extras programadas, bem como aquelas executadas em atendimento a outras situações inadiáveis, excepcionais ou atípicas, devidamente justificadas, desde que previamente autorizadas, por escrito, pela Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais - GESEG.

3.2.7.6. Observar, na hipótese de aprovação da realização de horas extras, os limites, diário e mensal, máximos estabelecidos nas normas trabalhistas aplicáveis e em acordos ou convenções coletivas de trabalho das categorias profissionais do objeto deste Contrato.

3.2.7.7. Proibir a prorrogação da jornada normal de trabalho do profissional alocado, que não esteja previamente autorizada, por escrito, pela GESEG.

3.2.7.8. Adequar as jornadas de trabalho estipuladas, quando for detectado que elas são superiores à estabelecida para a categoria profissional nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

3.3. QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS

3.3.1. O quantitativo de ocupações, separado por unidade, encontra-se descrito no ANEXO II – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA.

3.4. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

3.4.1. Os serviços deverão ser executados por meio de profissionais capacitados do seu quadro próprio de pessoal, que preencham, no mínimo, os requisitos constantes no item 9 do TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº. 132/2014.

3.4.2. A CONTRATADA se responsabilizará pela realização de treinamento, qualificação e reciclagem dos profissionais alocados, sem onerar o preço contratado, como forma de garantir o aprimoramento e a manutenção do nível de execução da prestação de serviços, inclusive para aqueles que farão as substituições.

3.4.3. O TRIBUNAL, a seu critério, poderá exigir da CONTRATADA a comprovação da realização de treinamento de qualificação dos profissionais alocados.

3.5. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.5.1. A relação dos prédios e respectivos endereços para a prestação de serviços é a constante do ANEXO III – Relação de Endereços para a Prestação dos Serviços deste Contrato.

3.5.2. A distribuição do efetivo de pessoal nos locais da prestação de serviços poderá ser alterada de acordo com as necessidades administrativas do TRIBUNAL e será determinada pela GESEG, ficando qualquer outra alteração sujeita à sua prévia análise e aprovação.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUARTA: Observando o disposto no art. 67 da Lei nº. 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização dos serviços objeto deste Contrato serão geridos por servidor efetivo ocupante do cargo de Gerente da Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais – GESEG, vinculada à Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – DIRSEP, ficando designados para a fiscalização contratual os servidores efetivos ocupantes dos cargos de Coordenador da Coordenação de Controle do Fornecimento de Serviços Gerais - COSERG e da Coordenação de Controle da Prestação de Serviços Gerais - COSEC.

4.1. Durante o período de vigência contratual, a CONTRATADA deverá manter, diariamente, entre 08 (oito) e 19 (dezenove) horas, pelo menos um PREPOSTO, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, bem como para gerenciar os profissionais envolvidos na prestação de serviços, conforme previsto no art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1.2. Na qualidade de representante administrativo da **CONTRATADA**, o **PREPOSTO/SUPERVISOR** terá competência para receber comunicações, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e tomar decisões sobre a execução do Contrato, devendo reportar-se unicamente ao **GESTOR** e/ou **FISCAIS** do Contrato.

4.1.3. Ao **PREPOSTO**, indicado pela **CONTRATADA**, caberá comandar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, devendo para tanto:

- a) Garantir o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que não devem ser interrompidos ressalvados os casos de força maior, justificados pela **CONTRATADA** e aceitos pelo **TRIBUNAL**;
- b) Administrar todo e qualquer assunto que envolva a prestação dos serviços nas dependências do **TRIBUNAL**;
- c) Estar sempre em contato com os órgãos de fiscalização do **TRIBUNAL**, adotando as providências requeridas quanto à execução dos serviços;
- d) Cuidar da disciplina dos profissionais alocados, diligenciando para que os mesmos executem unicamente as tarefas pertinentes ao objeto contratado, conforme exigências previstas no TERMO DE REFERENCIA anexo ao **Edital da Licitação nº. 132/2014** e neste Contrato, observando-se as peculiaridades dos serviços, com vistas a assegurar a perfeita execução dos serviços e evitar o desvio de função;
- e) Diligenciar para que os profissionais alocados não se afastem de seus afazeres, principalmente para atender a chamados, ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- f) Garantir que seus profissionais ajam com cordialidade e respeito quando do atendimento ao público interno e externo;
- g) Comunicar ao **TRIBUNAL**, por escrito, qualquer irregularidade ou anormalidade observada no local da prestação dos serviços;
- h) Avisar ao **TRIBUNAL**, imediatamente, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade do **TRIBUNAL**, ou que estejam sob a responsabilidade da **CONTRATADA**, ou de terceiros;
- i) Apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do **TRIBUNAL**, inclusive nas situações descritas anteriormente;
- j) Prestar esclarecimentos, independentemente de solicitação, sobre outros eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a **CONTRATADA**;
- k) Encaminhar à **COSERG** e/ou à **COSEC** todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços.

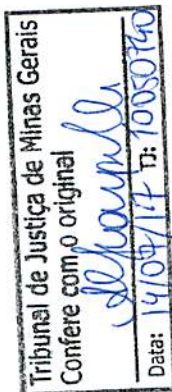
4.2. Para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, todos os edifícios constantes no **ANEXO III – RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** deverão ser visitados pelos **SUPERVISORES** indicados pela **CONTRATADA**, pelo menos uma vez a cada mês e sempre que solicitado por este **TRIBUNAL**.

4.2.1. O **TRIBUNAL** poderá reportar-se diretamente aos **SUPERVISORES**, dando ciência ao **PREPOSTO**, para resolução de qualquer problema operacional relacionado ao Contrato.

4.3. Cabe à **CONTRATADA** encaminhar à **COSEC**, mensalmente, até o dia 20 (vinte) de cada mês, em formato digital, cópia do relatório de acompanhamento da execução do Contrato, devidamente preenchido, conforme modelo sugerido pelo **TRIBUNAL**, no **ANEXO VI - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS**, atestando as condições de prestação dos serviços e, se for o caso, sugerindo melhorias e destacando as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual.

4.3.1. Os relatórios entregues, descritos no subitem anterior, deverão corresponder à avaliação dos serviços prestados no mês anterior.

4.4. A periodicidade mencionada poderá ser alterada pelos **FISCAIS** do Contrato, podendo ficar condicionada à solicitação do **TRIBUNAL**, quando então terá a **CONTRATADA** o prazo máximo de 30 (trinta) dias para entrega dos relatórios referentes à prestação dos serviços do mês em que ocorreu a solicitação, contados a partir da data da notificação pela **COSEC**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 4.5. A CONTRATADA deverá encaminhar à COSEC, em formato digital, cópia do relatório mensal das substituições, inclusive de férias, dos profissionais alocados na contratação, atestando as condições das substituições dos profissionais, conforme modelo sugerido pelo TRIBUNAL no ANEXO VII - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS.
- 4.6. Os relatórios descritos nos subitens 4.3 e 4.5 deverão ser preenchidos, de maneira clara e concisa, pelo Juiz Diretor do Foro, Gerentes, Coordenadores, ou também por representante indicado por esse, bem como pelo PREPOSTO ou SUPERVISOR da CONTRATADA e atestado por ambos.
- 4.7. O relatório de substituição, inclusive de férias, devidamente preenchido, deve ser encaminhado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a ocorrência da substituição.
- 4.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao TRIBUNAL números telefônicos para localização imediata de seu PREPOSTO e SUPERVISORES, bem como fornecer e-mails, *pager*, ou outros meios legalmente eficazes, para contato com os mesmos, ainda que fora do expediente normal de trabalho, sem quaisquer custos adicionais para o TRIBUNAL.
- 4.8.1. A CONTRATADA deverá verificar diariamente o correio eletrônico indicado no ato da contratação, a fim de verificar eventuais comunicações efetuadas pelos FISCAIS ou GESTOR do Contrato.
- 4.9. O TRIBUNAL comunicará, por escrito, as deficiências e as irregularidades de qualquer natureza porventura verificadas na execução dos serviços e no descumprimento de cláusulas contratuais, que sejam de responsabilidade da CONTRATADA, estabelecendo prazo para as correções, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 4.10. Os FISCAIS indicados pelo TRIBUNAL deverão reportar-se, preferencialmente, ao PREPOSTO indicado pela CONTRATADA, a seus procuradores ou aos SUPERVISORES, quando se tratar de ciência das ocorrências e de assuntos relacionados à administração e operacionalização da execução deste Contrato.
- 4.11. A administração e a fiscalização do TRIBUNAL não farão cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.
- 4.12. A ocorrência de danos ou irregularidades na execução deste Contrato não implicará corresponsabilidade do TRIBUNAL.
- 4.13. Não obstante a CONTRATADA seja o único e exclusivo responsável pela execução de todos os serviços, o TRIBUNAL se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente, ou pelo GESTOR ou pelos FISCAIS designados.
- 4.13.1. Os FISCAIS acompanharão continuamente os serviços para aferir se os resultados estão em conformidade com os termos contratados.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações das partes:

5.1. DO TRIBUNAL:

- 5.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Contrato.
- 5.1.2. Fiscalizar e supervisionar a execução dos serviços, em observância às exigências do presente instrumento, efetuando registros de falhas e sugestões corretivas.
- 5.1.3. Expedir ao PREPOSTO da CONTRATADA autorização escrita para início da execução dos serviços.
- 5.1.4. Transmitir ao PREPOSTO e SUPERVISORES da CONTRATADA, por meio da COSERG e/ou CÓSEC, conforme o caso, as instruções necessárias à realização dos serviços.
- 5.1.5. Permitir e assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso e a movimentação dos profissionais da CONTRATADA às instalações onde os serviços serão prestados, desde que devidamente uniformizados, quando for o caso, e identificados por meio de crachá.
- 5.1.6. Manter representante do TRIBUNAL portador das chaves, que deverá acompanhar durante todo o tempo a execução dos serviços, caso haja necessidade de entrada e/ou permanência de pessoal da CONTRATADA em salas de trabalho vazias ou em outras repartições.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5.1.7 Comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-la.
- 5.1.8. Comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS por parte da **CONTRATADA**.
- 5.1.9. Comunicar à **CONTRATADA**, imediatamente, a ocorrência de qualquer acidente com os profissionais alocados por ela.
- 5.1.10. Efetuar os pagamentos mensais devidos pela execução dos serviços, cumprindo os prazos determinados, desde que observadas as formalidades legais e exigências deste Contrato.
- 5.1.11. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme, crachá, equipamentos e/ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- 5.1.12. Prestar informações e esclarecimentos necessários à plena execução do objeto deste Contrato.
- 5.1.13. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços.
- 5.2. DA **CONTRATADA**, além daquelas descritas no Edital da Licitação nº 132/2014 e seus Anexos:
- 5.2.1. Implantar, a partir da data prevista na "Autorização de Início da Prestação de Serviços", a execução e supervisão permanente das atividades, nos locais relacionados no **ANEXO II – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA** deste Contrato, observando os horários e a programação de execução, bem como as respectivas alterações, segundo cronograma elaborado conjuntamente pela **GESEG** e pela **COSEC**.
- 5.2.2. Executar o contrato sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.
- 5.2.3. Manter na Capital ou Região Metropolitana de Belo Horizonte estrutura administrativa e operacional que garanta a ininterrupta execução dos serviços e o pleno cumprimento de suas obrigações, resguardando o **TRIBUNAL** de problemas advindos da dificuldade de contato com a **CONTRATADA**, bem como dispêndio de recursos com ligações interurbanas e correspondências, quando da necessidade de regularização de pendências porventura existentes.
- 5.2.4. Comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento da obrigação prevista no subitem anterior.
- 5.2.5. Fiscalizar, através de seu **PREPOSTO/SUPERVISOR**, o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo **TRIBUNAL**, não devem ser interrompidos.
- 5.2.5.1. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do **TRIBUNAL** não eximirá a **CONTRATADA** de total responsabilidade por seus atos falhos.
- 5.2.6. Orientar seus profissionais para que incluam, na rotina de serviço, a verificação e o desligamento das luzes das salas desocupadas após às 18h30min.
- 5.2.7. Instruir seus empregados através de cursos ou palestras quanto à prevenção de incêndios e acidentes do trabalho, bem como orientá-los quanto à redução de consumo de energia elétrica, água e produção de resíduos sólidos, nas dependências do **TRIBUNAL**, realizando, periodicamente, programas de treinamento e aperfeiçoamento, observadas as normas ambientais vigentes.
- 5.2.8. Recrutar, selecionar, preparar e encaminhar os profissionais integrantes do seu quadro funcional próprio em quantidade suficiente e qualificação mínima exigida necessária à execução dos serviços requisitados pelo **TRIBUNAL**, observadas as disposições e as condições mínimas estabelecidas no presente termo de referência.
- 5.2.9. Remanejar seus profissionais mediante autorização por escrito da **GESEG**, conforme o caso.
- 5.2.10. Assumir as responsabilidades e providenciar as medidas necessárias ao atendimento daqueles empregados acidentados ou vítimas de mal súbito durante o horário de trabalho, devendo providenciar a sua substituição.
- 5.2.11. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.
- 5.2.12. Manter atualizadas as carteiras dos seus empregados.
- 5.2.12.1. Os **FISCAIS** do contrato poderão examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados ao seu serviço, para comprovar o registro de função profissional, bem como conferir todas as anotações



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

na carteira de trabalho, dando atenção especial quanto à função exercida, a remuneração e todas eventuais alterações dos contratos de trabalho.

5.2.13. Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão, quanto na demissão, como durante toda a vigência do contrato de trabalho de seus profissionais, todos os exames médicos exigidos, apresentando os atestados de sanidade física e mental ao **TRIBUNAL**, quando houver solicitação formal do GESTOR ou de qualquer um dos FISCAIS do contrato.

5.2.14. Providenciar, no início da prestação de serviços e sempre que necessário, a realização de perícia, a ser procedida por profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, atestando o grau de insalubridade/periculosidade (máximo, médio ou mínimo), quando for o caso, bem como se a atividade apontada como insalubre consta na relação da NR-15 do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 192 da CLT e NR-15, aprovada pela portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando o pagamento do adicional de insalubridade condicionado à realização da referida perícia.

5.2.15. Zelar pela disciplina dos profissionais alocados na prestação de serviços, que deverão obedecer às normas internas disciplinares e de segurança do **TRIBUNAL**, sendo vedado:

- a) Qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas e bilhetes, a circulação de listas e pedidos de qualquer natureza;
- b) A permanência dos profissionais cedidos nas dependências do órgão no qual prestam serviços, antes ou depois dos horários de trabalho;
- c) O consumo ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências do **TRIBUNAL**;
- d) O uso de uniforme quando não estiver prestando serviços.

5.2.16. Garantir que os profissionais envolvidos na prestação dos serviços assumam o posto com aparência pessoal adequada, observando as regras de higiene pessoal, mantendo-os uniformizados e devidamente identificados, através de crachás.

5.2.16.1. Os crachás, cujo fornecimento e recolhimento são de responsabilidade da **CONTRATADA**, serão confeccionados com fotografia recente do empregado e tarja magnética, conforme modelo previamente aprovado pela COSEC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do início da prestação de serviços, devendo ser obrigatoriamente recolhidos e destruídos pela **CONTRATADA**, quando do término do contrato de trabalho dos profissionais alocados nesta contratação.

5.2.16.2. A entrega do crachá far-se-á mediante "Recibo de Entrega" assinado e datado pelo profissional cedido, elaborado em três vias, sendo uma para a **CONTRATADA**, uma para o empregado alocado e uma a ser encaminhada à COSEC, em arquivo digital.

5.2.16.3. Os uniformes e complementos adequados deverão ser fornecidos, sem ônus para os profissionais alocados, conforme especificações, periodicidade e quantidades indicadas no item 10 do TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº 132/2014.

5.2.17. Conceder férias aos seus funcionários dentro do período concessivo, sob pena de rescisão contratual, informando mensalmente ao **TRIBUNAL** os nomes dos funcionários em férias.

5.2.18. Encaminhar à COSEC, até o nono mês de vigência contratual, na hipótese de manifestação formal das partes para prorrogação do contrato, escala com período de usufruto das férias regulamentares de todos profissionais alocados.

5.2.18.1. A escala de férias deverá ser elaborada de forma a não prejudicar o andamento dos trabalhos habituais, com análise prévia da COSEC.

5.2.18.2. A **CONTRATADA**, mediante solicitação da COSEC, deverá registrar as ocorrências e efetuar as substituições dos profissionais que entrarem em férias.

5.2.18.3. No período de férias a **CONTRATADA** deverá repor a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, substituindo um profissional por outro.

5.2.18.4. Caso o profissional manifeste o interesse em converter 1/3 (um terço) de suas férias em abono pecuniário, dentro do prazo legal, o seu substituto irá laborar por vinte dias, que, somados aos dez dias convertidos em abono pecuniário, totalizará os trinta dias que serão reembolsados pelo **TRIBUNAL**.

5.2.18.5. A COSEC poderá dispensar a reposição do substituto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5.2.18.5.1. Para fins de acompanhamento das substituições de profissionais em férias regulamentares, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à **COSEC**, mensalmente, a relação contendo nome dos profissionais substituídos e substitutos.

5.2.19. Providenciar as substituições de profissionais que se ausentarem das atividades por licença-paternidade, licença-maternidade, licença-médica, ou outro afastamento.

5.2.19.1. Em todos os casos de substituição, a **CONTRATADA** deverá encaminhar os profissionais substitutos para os locais de trabalho mediante formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente: o nome completo do empregado substituto e do empregado substituído, a qualificação, a ocupação e jornada de trabalho, o motivo da substituição e, quando possível, a data de início e término da substituição.

5.2.20. Substituir, mediante da formalização da **GESEG**, qualquer empregado em serviço, cuja apresentação, saúde, conduta moral ou profissional, sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes, ou insatisfatórias, ou aqueles que, por qualquer forma, não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços.

5.2.20.1. No cumprimento desse encargo, a **CONTRATADA** deverá assegurar que todo profissional que cometer falta disciplinar ou não estiver atendendo ao serviço contratado será retirado do local de trabalho ou quaisquer outras instalações do **TRIBUNAL**.

5.2.21. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, abrangidos: os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais, os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos profissionais alocados, inclusive vale-transporte e vale-lanche.

5.2.22. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de início da prestação de serviços, a emissão do cartão cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

5.2.23. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de início da prestação de serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, para verificar se suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

5.2.24. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

5.2.25. Excluir do faturamento mensal os dias de faltas não justificadas dos profissionais alocados, os salários daqueles que o **TRIBUNAL** colocar à sua disposição e dos que receberem benefícios do INSS (licença-maternidade, auxílio-enfermidade, auxílio acidente do trabalho, dentre outros).

5.2.26. Calcular as despesas não previstas na planilha de custos, consignadas nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais alocadas na contratação, no percentual do **GRUPO C – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS** e detalhadas para devidos fins.

5.2.27. Efetuar o pagamento mensal direto na conta corrente dos seus profissionais, visto que não será permitido pagamento em espécie nas dependências do **TRIBUNAL**.

5.2.27.1. O domicílio bancário dos empregados deverá ser na cidade ou na Região Metropolitana na qual serão prestados os serviços.

5.2.28. Providenciar, nos moldes previstos nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, contratação de seguro de vida em grupo, com auxílio-funeral e auxílio-familiar para seus profissionais.

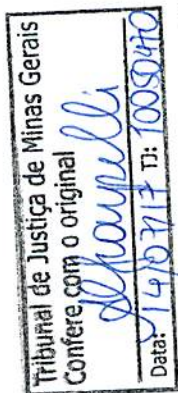
5.2.29. Encaminhar, sem ônus adicional para o Tribunal, ao local de trabalho, quaisquer comprovantes de pagamento devidos aos seus empregados, tais como: vales-transporte, vales-lanche, contracheques, bem como o conjunto de uniformes, quando for o caso.

5.2.30. Encaminhar, às suas custas, ao local de trabalho, a folha de ponto dos funcionários.

5.2.31. Fornecer ou disponibilizar o contracheque aos empregados até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

5.2.32. Fornecer à **COSERG**, por meio eletrônico, a relação nominal dos profissionais que atuarão junto ao **TRIBUNAL**, contendo os dados descritos abaixo, comunicando toda e qualquer alteração que venha a ocorrer posteriormente:

a) nome completo;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) endereço residencial, telefone e e-mail, se houver;
- c) registro profissional nas entidades afins, quando for o caso;
- d) CPF, RG e PIS;
- e) data de admissão pela **CONTRATADA**;
- f) data de início da prestação de serviços no **TRIBUNAL**;
- g) ocupação;
- h) horário de trabalho;
- i) local da prestação dos serviços.

5.2.33. Fornecer à **GESEG**, obrigatoriamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, relação contendo entidades sindicais a que pertencem os funcionários alocados para a execução do objeto contratual, bem como as informações referentes às Convenções Coletivas e dissídios salariais.

5.2.34. Encaminhar, mensalmente, à **GERÊNCIA DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS INFORMATIZADOS – GESAD**, os arquivos de dados com as informações constantes da folha de pagamento, bem como aquelas referentes a outros benefícios concedidos aos profissionais que prestam serviços através desta contratação, nos formatos estabelecidos pelo **TRIBUNAL**.

5.2.35. Enviar, mensalmente, à **COSERG**:

a) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados constantes do contrato, com os seguintes documentos integrantes:

I) Protocolo da Conectividade Social;

II) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF do mês de competência da prestação de serviços e respectivo comprovante bancário de recolhimento;

III) Relação de Empregado por Tomador de Serviços – RET (específico para o Tomador);

IV) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP – RE, com resumo do fechamento (específico para o Tomador);

V) Comprovante de Declaração à Previdência Social (específico para o Tomador);

VI) Comprovante de Solicitação de Retificação para o FGTS, quando ocorrer;

VII) Comprovante de Solicitação de Exclusão, quando ocorrer;

VIII) A REC, a RET, o Comprovante de Declaração à Previdência, a Confissão de Não Recolhimento de FGTS e de Contribuição Social, a Declaração de Ausência de Fato Gerador para Recolhimento FGTS, a Retificação/Protocolo de Dados do FGTS e o Comprovante/Protocolo de Solicitação de Exclusão, quando ocorrer, devem ser impressos para apresentação ao **TRIBUNAL**;

IX) Guia da Previdência Social – GPS (específica para o Tomador).

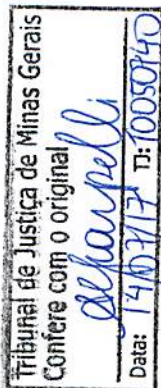
5.2.36. Fornecer quaisquer documentos solicitados pelo **TRIBUNAL**, para fins de comprovação da regularidade e cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos profissionais que prestam ou prestaram serviços em razão deste instrumento, no prazo estabelecido pelo **TRIBUNAL**.

5.2.37. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.38. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço, aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências do **TRIBUNAL** membros da CIPA, quando exigido pelas normas de segurança do trabalho.

5.2.39. Responder, na qualidade de empregadora exclusiva, em juízo, ou fora dele, para todos os efeitos de direito, cabendo-lhe assumir inteira responsabilidade:

- a) por todos os atos de negligência de seus empregados, praticados durante o horário de trabalho;
- b) por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja no âmbito trabalhista, previdenciário, social, de caráter securitário ou qualquer outro, obrigando-se a saldá-los na época própria;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas em dependências do TRIBUNAL;
- d) pelos encargos de possível demanda trabalhista, civil e administrativa, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- e) pelas multas e indenizações aplicadas ao TRIBUNAL por autoridade competente, pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, ou por qualquer outro órgão fiscalizador dos serviços contratados, em decorrência:

I - do descumprimento das obrigações relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais resultantes da execução deste Contrato;

II - do descumprimento da legislação específica, de regulamentos e de posturas municipais; e,

III - da inobservância, por parte de seus profissionais, de leis, decretos, normas de segurança do trabalho, regulamentos e posturas municipais.

- f) pela violação de sigilo dos documentos, processo e assuntos internos do TRIBUNAL;
- g) pelo uso indevido de informações sigilosas ou de uso restrito;
- h) por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do TRIBUNAL, provocados por ineficiência ou irregularidades na execução dos serviços ora contratados;
- i) por quaisquer danos materiais ou pessoais, direta ou indiretamente, ocasionados ao TRIBUNAL, ao seu patrimônio, à CONTRATADA ou a terceiros, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados ou PREPOSTO e SUPERVISORES, na execução dos serviços, ou na área de prestação de serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste termo, sendo sua obrigação:

I - avisar ao TRIBUNAL, imediatamente, após tomar conhecimento da ocorrência, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade, ou que estejam sob a responsabilidade da CONTRATADA, do TRIBUNAL, ou de terceiro;

II - apurar, sem prejuízo das providências adotadas pelo TRIBUNAL, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do TRIBUNAL, inclusive nas situações descritas anteriormente;

III - guardar, segurar e proteger todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, de propriedade da CONTRATADA, utilizados nos serviços; e,

IV - manter conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, de forma que eles se apresentem em perfeitas condições de uso.

5.2.40. Encaminhar, por mídia digital à COSERG, no início da prestação dos serviços e/ou a cada nova admissão, os documentos específicos relacionados à CONTRATADA e aos profissionais pertencentes ao seu quadro funcional, conforme descrição abaixo:

- a) Contrato de trabalho;
- b) Ficha de registro dos profissionais e das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social, comprovando o registro do empregado;
- c) Comprovante do cadastramento dos empregados no regime do PIS/PASEP;
- d) Documento que comprove o recebimento de equipamento de proteção individual ou coletiva, se o serviço exigir;
- e) Atestado de saúde ocupacional (ASO), exigível por força da Norma Regulamentadora nº. 7, subitem 7.4.4., anexo à Portaria nº. 3.214, de 8 de junho de 1978, nas seguintes situações: admissional, periódico, demissional e retorno ao trabalho;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- f) Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas na contratação, observada rigorosamente a data de vigência dos mesmos;
- g) Regulamento interno da **CONTRATADA**, se houver;
- h) Comprovante de opção de fornecimento do vale-transporte, com a quantidade a ser fornecida mensalmente e o valor correspondente, quando for o caso;
- i) Comprovante de quitação do prêmio e cópia da apólice do seguro de vida em grupo dos profissionais alocados na prestação de serviços;
- j) Comunicado de Acidente do Trabalho (CAT), na hipótese de ocorrência.

5.2.41. Encaminhar, por mídia digital à COSERG, durante a prestação dos serviços, quando devidamente solicitado:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – cópias das páginas com anotações, amostras por cargo;
- b) Cartão, ficha, ou livro de ponto assinado pelo empregado, constando as horas normais e extraordinárias trabalhadas;
- c) Recibo de concessão do aviso de férias;
- d) Comprovante da entrega da RAIS e de que o trabalhador dela fez parte, quando for o caso;
- e) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;
- f) Documento comprovando a concessão de aviso-prévio pela **CONTRATADA**, ou pelo profissional alocado;
- g) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador possa requerer o benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo);
- h) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

5.2.42. Executar a prestação dos serviços observando as normas regulamentadoras prescritas pela Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T. e pela legislação complementar, além dos dispositivos contidos nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, pactuados entre os Sindicatos que abrangem as categorias profissionais envolvidas nesta contratação.

5.2.43. Utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho conforme enquadramento das categorias profissionais alocadas nesta contratação.

5.2.43.1. O **TRIBUNAL** não se vinculará às disposições contidas nos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

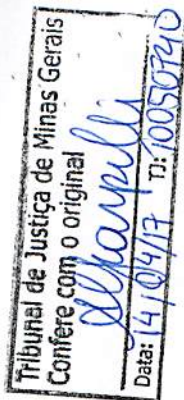
5.2.44. Adequar o valor salarial estimado pelo **TRIBUNAL**, na planilha de formação de preços da contratação, quando detectado que este está inferior ao piso da categoria profissional fixado nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, observando a proporcionalidade da jornada de trabalho inerente às ocupações **CONTRATADA**.

5.2.45. Fornecer e exigir dos empregados, sem repasse de qualquer ônus aos profissionais, o uso de todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e/ou Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC's, exigidos pelas normas regulamentares, quando for o caso, responsabilizando-se pela orientação correta da utilização dos equipamentos.

5.2.45.1. O quantitativo de equipamentos a serem utilizados será determinado pela **CONTRATADA**, com base no número de empregados necessários à perfeita execução dos serviços, a produtividade de referência e a vida útil do equipamento envolvido.

5.2.45.2. Os equipamentos deverão ser substituídos, sem ônus para o **TRIBUNAL**, sempre que necessário, seja por desgaste natural ou defeito que impossibilite sua perfeita utilização ou extravio, ficando a **CONTRATADA** responsável pela guarda dos mesmos.

5.2.46. A **CONTRATADA**, caso seja optante pelo Simples Nacional, deverá, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, apresentar ao Gestor do contrato, cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.2.46.1. Caso não efetue a comunicação no prazo estabelecido na condição anterior, o TRIBUNAL, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.2.46.2. A vedação estabelecida na condição anterior não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

5.2.47. Caberá à **CONTRATADA** conceder adiantamento financeiro aos profissionais envolvidos na contratação, para fazer face às despesas em viagem, no período que estiver consignado no formulário "Autorização de Viagem".

5.2.47.1. As despesas em viagem correspondem àquelas dispendidas com alimentação e hospedagem pelos profissionais que, em razão do serviço, necessitam se deslocar de sua sede, no valor máximo de R\$140,00 (cento e quarenta reais), por dia.

5.2.47.2. As despesas referidas deverão ser aprovadas em respectiva prestação de contas.

5.2.47.3. O reembolso das despesas em viagem observará os seguintes critérios:

- a) Para os efeitos deste reembolso considera-se sede o local onde o empregado está lotado para o exercício habitual de suas atividades;
- b) Somente caberá reembolso de despesa de viagem quando exigir pernoite.

5.2.47.4. Despesas, tais como, telefonemas, bebidas alcoólicas e cigarros não serão reembolsáveis à **CONTRATADA**.

DO VALOR DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEXTA: O custo total da contratação está estimado em R\$ 47.279.880,00 (quarenta e sete milhões, duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais), divididos em parcelas mensais de R\$ 3.939.990,00 (três milhões, novecentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa reais), correndo à conta da Dotação Orçamentária nº 4031.02.061.706.4.224.3.3.90.37.02 – Locação de Serviços de Apoio Administrativo ou de outra que vier a ser consignada para este fim.

DO FATURAMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA: Para fins de conferência do TRIBUNAL, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à **COSERG** o demonstrativo dos valores a serem faturados, correspondentes aos serviços efetivamente prestados, ou aos créditos previstos neste Contrato, observando os procedimentos abaixo.

7.1. A apresentação da folha analítica e sintética (impressa e eletrônica) deverá ocorrer até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço realizada.

7.2. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a **CONTRATADA** deverá apresentar a nota fiscal/fatura discriminada, emitida após o primeiro e, no máximo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao da prestação realizada.

7.3. FATURA MENSAL:

7.3.1. **Valor:** corresponderá ao previsto no SUBGRUPO A.1 – SALÁRIOS (considerado o total de mão-de-obra utilizada para a prestação dos serviços contratados, deduzidas as ocorrências arroladas no mês, tais como faltas, admissões, demissões, férias, dentre outros), acrescido:

- a) dos valores referentes ao GRUPO B – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS [(SUBGRUPO A.1+ADICIONAIS) X GRUPO B];
- b) do valor (fixo) referentes ao GRUPO C – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS – LDI;